

**Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze  
(séculos XVII e XVIII)**

**Jorge Alexandre dos Santos Baltasar**

**Dissertação de Mestrado em História do Império Português**

**Setembro 2016**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo Teodoro de Matos e coorientação do Professor Doutor Luís Frederico Dias Antunes

*Aos meus familiares e amigos,  
por serem parte da minha História.*

## **Agradecimento**

Um agradecimento deveria ser tão extenso quanto a vida; suficiente para abarcar todos aqueles que fizeram e fazem parte do autor e, portanto, do seu trabalho.

Circunscrevamo-nos aos factos:

Esta dissertação seria impossível sem o apoio dos meus pais que me incutiram o gosto pelo Conhecimento e que rejubilaram com o regresso do meu entusiasmo pelos mares do Império português.

Esta dissertação seria impossível sem a paciência, o alento, a motivação e o amor da Inês.

Esta dissertação seria impossível sem o desejo dos meus irmãos e cunhadas no meu sucesso. Seria igualmente impossível sem os meus sobrinhos que têm um lugar especial no meu coração.

Esta dissertação seria impossível sem a amizade de todos os que, a partir de Portugal e Moçambique, me ajudaram no presente trabalho e que em cada dia me ajudaram a construir a pessoa que sou hoje. Não preciso de cometer a injustiça da nomeação.

Newton constatou que cada investigador vislumbra o seu caminho a partir dos “ombros de gigantes”. Esta dissertação não seria possível sem o trabalho de investigação realizado por todos os autores que constam da bibliografia e que me proporcionaram um vislumbre do vale do Zambeze.

Esta dissertação seria impossível sem a preciosa orientação dos professores Paulo Teodoro de Matos e Luís Dias Antunes, a quem agradeço o empenho com que me guiaram no complexo caminho de construir um trabalho científico.

Esta dissertação foi possível.

## **Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII)**

**Jorge Alexandre dos Santos Baltasar**

### **Resumo**

**PALAVRAS-CHAVE:** Prazos; Vale do Zambeze; Monomotapa; Tete; Sena; Quelimane; Moçambique;

No seio da expansão portuguesa os denominados *Prazos do Zambeze* constituíram-se como a única forma de presença territorial consistente na costa Oriental africana. Devido à localização remota desta geografia, assistiu-se à criação de uma sociedade fortemente miscigenada cujo quotidiano resultava da acomodação da experiência portuguesa e africana. Fonte quase inesgotável de riqueza para os prazeiros mais bem-sucedidos, o sertão revelou-se um terreno de intermediação comercial por excelência onde os senhores controlavam proveitosas rotas mercantis.

A estrutura logística proporcionada pelo prazo revelou-se decisiva para a presença territorial portuguesa. Contudo, a dimensão do mesmo, o número de cativos que conseguia albergar e a africanização dos prazeiros transformou o vale do Zambeze num território pouco permeável à intervenção política e legislativa ditada pelas instituições oficiais de Lisboa e Goa.

Partindo das premissas enunciadas, o presente estudo propõe a análise das interações sociais no vale do Zambeze nos séculos XVII e XVIII, tendo como foco os territórios concedidos pela Coroa segundo a figura jurídica do prazo.

# **Into the hinterland : the social development of the Zambezi Valley Prazos (17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries)**

**Jorge Alexandre dos Santos Baltasar**

## **Abstract**

**KEYWORDS:** Prazos; Zambezi Valley; Enfiteuse; Monomotapa; Tete; Sena; Quelimane; Mozambique;

Within the Portuguese expansion, the Zambezi *prazos* were the only consistent territorial presence on the East African coast. Due to the remote location of this geography, it developed a highly multiracial society whose everyday life resulted from the accommodation of Portuguese and African experience. A source of wealth for the most successful *prazeiros*, the hinterland proved to be a land of commercial intermediation where the lords controlled profitable trade routes.

The logistic structure provided by the *prazo* land was decisive for the Portuguese territorial presence on East Africa. However, the length of each territory, the number of captives it could hold and the Africanization of *prazeiros* transformed the Zambezi valley into a territory less liable to the political and legislative action dictated by the official institutions of Lisbon and Goa.

In this sense, this study proposes the analysis of social interactions in the Zambezi valley in the seventeenth and eighteenth centuries, focusing on the territories granted by the Crown under the legal figure of the *prazo*.

# Índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução: breve contexto da origem da presença portuguesa na costa oriental africana..</b> | <b>1</b>  |
| <b>Prazos da Coroa: em busca de uma definição .....</b>   | <b>6</b>  |
| A origem social e jurídica dos Prazos .....   | 6         |
| Evolução geográfica das Terras da Coroa .....   | 15        |
| Demografia do vale do Zambeze.....  | 19        |
| Comparação com outros modelos de colonização no Império português .....                         | 22        |
| Brasil .....  | 23        |
| Angola .....  | 25        |
| <b>A sociedade dos prazos da Zambézia .....</b>   | <b>30</b> |
| Enquadramento Administrativo.....   | 30        |
| O território do Prazo .....   | 33        |
| O prazeiro.....   | 36        |
| A relação com as estruturas africanas e a miscigenação .....                                    | 43        |
| As donas .....  | 49        |
| Terras de ordens religiosas .....   | 53        |
| Servos e Cativos.....   | 56        |
| Chefaturas e Colonos africanos .....  | 68        |
| Reinos do vale do Zambeze.....  | 68        |
| Os colonos .....  | 75        |
| Muçulmanos e Hindus .....   | 78        |
| Portugueses fora dos prazos.....  | 82        |
| Terras de Fatiota .....   | 83        |
| Meios urbanos .....   | 84        |
| Feiras e Bares .....  | 88        |
| A Ilha de Moçambique .....  | 91        |
| Tendências de evolução política e económica e o seu impacto na sociedade dos prazos.....        | 97        |

|  |            |
|--|------------|
| Séc. XVII.....   | 97         |
| Séc. XVIII .....   | 102        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                       | <b>112</b> |
| <b>Anexos.....</b>   | <b>117</b> |
| Mapa 1 – A geopolítica no vale do Zambeze no séc. XVII.....  | 118        |
| Mapa 2 – A geopolítica no vale do Zambeze no séc. XVIII..... | 119        |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                    | <b>120</b> |
| <b>Glossário.....</b>  | <b>129</b> |



## **Índice de Tabelas**

|   |    |
|---|----|
| Tabela n.º 1: Distribuição de prazos pelas regiões de influência dos principais centros urbanos ..... | 36 |
| Tabela n.º 2: N.º de cativos das ordens religiosas no Zambeze no início do séc. XVIII .....           | 56 |
| Tabela n.º 3: Escravos exportados a partir do Zambeze (1794-1832) .....                               | 68 |
| Tabela n.º 4: Principais importações e exportações de Quelimane em 1806 .....                         | 88 |

## **Introdução: breve contexto da origem da presença portuguesa na costa oriental africana**

A presença portuguesa na costa Oriental Africana remonta ao final do século XV, assentando os primeiros contactos portugueses com a região de Moçambique no âmbito da expansão marítima e da sua passagem além do Cabo da Boa Esperança. Múltiplos fatores concorrem para a chegada portuguesa a Moçambique. Em termos internos, a expansão marítima é um imperativo de soberania no final de um séc. XV de luta pela afirmação política na península Ibérica. A expansão assumiu igualmente um papel teológico na mítica demanda por um poderoso aliado a oriente: o reino do Preste João. Ao inaugurar a Carreira da Índia, Vasco da Gama, tornaria o comércio a principal motivação da sua viagem nas páginas da História, reequilibrando a Europa, ao criar um novo centro de poder virado para o Atlântico<sup>1</sup>.

Na costa Oriental africana os portugueses depararam-se com um enquadramento social, político e económico diverso da exploração atlântica, sendo os primeiros contactos frutuoso em interpretações incorretas, nomeadamente no capítulo religioso, logo desde a primeira viagem à Índia que teria o objetivo de “buscar cristãos e especiarias”<sup>2</sup>. É neste contexto que as primeiras viagens chegam a Moçambique, com a experiência de uma exploração iniciada e consolidada na costa ocidental africana.

Os pioneiros da presença portuguesa encontraram uma realidade diferente dos modelos atlânticos, com um conjunto de teias sociais e económicas previamente construídas que os obrigaram a uma adaptação e a uma presença comparativamente menos territorial. Para lá do Cabo foram encontradas estruturas complexas nas quais os portugueses procuraram o seu espaço, garantindo a sua presença essencialmente através da construção de fortificações militares<sup>3</sup>. A Ilha de moçambique é exemplo desta

---

<sup>1</sup> J. BRASSEUL, *História Económica do Mundo*, Lisboa, Texto & Grafia, 2014., pp.89-98

<sup>2</sup> R. RAMOS, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012., p.213; J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2007., p.43

<sup>3</sup> A.J.R. RUSSELL-WOOD, "Padrões de Colonização no Império Português", in F. BETHENCOURT et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, 2010, pp. 171-206.,

estratégia, sendo um exíguo território insular onde os portugueses estabeleceram a primeira feitoria em 1507<sup>4</sup>, revendo a sua dimensão e defesas ao longo do século XVI, confirmando este ponto como passagem obrigatória da Carreira da Índia. Vindos de sul, a partir de Sofala os portugueses encontraram indivíduos cujos modos se assemelhavam aos das terras atlânticas de domínio muçulmano<sup>5</sup>.

Apesar da costa oriental africana, e também a Índia, preconizarem uma presença portuguesa espartilhada em construções de índole militar, dedicadas à função defensiva e de entreposto comercial, o ponto de convergência mais evidente com a presença atlântica é o nosso objeto de estudo: os prazos do vale do Zambeze. Neste espaço, singularmente, os portugueses instalaram-se num eixo territorial de ocupação rumo ao *hinterland* africano. Como veremos esta presença era largamente constituída por empresas individuais, sendo um dos poucos exemplos de iniciativa régia a expedição ordenada por D. Sebastião ao Monomotapa em 1570, liderada por Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem<sup>6</sup>. A expedição, carregada de dificuldades logísticas, viria a revelar-se um fracasso, não conseguindo o domínio sobre as minas de ouro do Monomotapa e redundando na morte de Francisco Barreto. No entanto, tornar-se-ia fundamental para abrir caminho à presença no Zambeze, mormente através do reconhecimento das regiões de Sena e Tete como domínios portugueses<sup>7</sup>.

O presente trabalho visa abordar a temática da sociedade portuguesa que se estabeleceu nos prazos do Zambeze. Este tema ganha especial relevância para a historiografia referente à costa Oriental africana, por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, os prazos são uma exceção na África Oriental portuguesa, por preconizarem uma presença territorial efetiva no *hinterland*, por oposição a um modelo maioritariamente talassocrático, de influência e dominação comercial sediado em pontos de comércio litorais. Por outro lado, esta especificidade do Vale do Zambeze cria

---

<sup>4</sup> J.M. GARCIA, *Breve História dos Descobrimentos e da Expansão de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1995., p.154; M. BASTIÃO, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", 2010., p.3

<sup>5</sup> J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, op. cit., p.56

<sup>6</sup> J.V. SERRÃO, *História de Portugal – Vol. III – O século de Ouro*, n.d., Verbo, 2003., p.146

<sup>7</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", in F. BETHENCOURT et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 145 - 168.

um campo de estudo particularmente relevante, pois a fixação populacional gera uma interação social com outros intervenientes, com uma evolução própria e muitas vezes à margem de Lisboa e de Goa. Estamos assim perante uma sociedade de matriz afro-portuguesa que evoluiu no sentido de uma mundividência e hábitos próprios como descortinaremos ao longo do presente estudo.

Como forma de aprofundar esta temática, identificamos os três objetivos principais através dos quais se pretende abordar a sociedade dos prazos. Em primeiro lugar, procuramos discernir a singularidade dos prazos face a outros modelos de presença territorial do império, sendo para tal obrigatória para além de uma caracterização intrínseca, a comparação efetiva com os modelos seguidos na costa ocidental africana e no Brasil. O segundo objetivo da análise será a descrição social dos prazeros e a sua interação no terreno com outros intervenientes portugueses e africanos. Por último, pretende-se compreender a evolução do modelo de prazos e o seu papel económico no contexto imperial português.

Os três objetivos correspondem ao aprofundamento de três áreas distintas, contribuindo o conjunto para uma compreensão mais lata da realidade em estudo, não sendo esquecida a sua origem e fim: o Império Português. Pretende-se que o enfoque recaia sobre a vertente social, mas reconhecemos que esta não poderá ser estudada isoladamente, sem preocupação com diferentes temáticas, pela sua estreita interligação com os desenvolvimentos políticos e económicos na região e no globo.

Em termos geográficos, restringir-nos-emos à região do Vale do Zambeze, tendo presente que são descritas superficialmente relações com regiões tão importantes como a Ilha de Moçambique, como ponto fulcral na ligação das redes comerciais regionais e imperiais, o império Monomotapa e a Índia Portuguesa. No que concerne aos limites cronológicos do presente estudo, centraremos o mesmo nos séculos XVII e XVIII, como balizas fundamentais desde a constituição *de jure* dos prazos, ao seu desenvolvimento e evolução. O séc. XIX será ocasionalmente abordado por imperativos de continuidade, mas não é objeto da presente análise por constituir uma realidade diversa da sociedade até aí construída.

Para o estudo da temática enunciada, pretende-se que o mesmo tenha uma estruturação lógica e intuitiva para o leitor, partindo-se do geral para o particular, sendo a abordagem intrínseca de cada ponto apresentada de forma cronológica. Neste sentido,

começamos por introduzir a presença portuguesa na costa oriental africana com uma breve resenha histórica da expansão além Cabo e a ligação natural de Moçambique à carreira da Índia e, conseqüentemente, a Goa.

A expansão marítima isoladamente materializa-se num conjunto de viagens com um sucesso assinalável tendo em conta o conhecimento científico e os meios técnicos à disposição na Europa ocidental do séc. XV. A sua particularidade não assenta no seu ineditismo geográfico, visto que viajantes como o veneziano Marco Polo e o muçulmano Ibn Battutta tinham, grosso modo, conseguido ir igualmente longe, muito antes dos portugueses. A grande diferença reside no facto dos segundos terem optado por rotas marítimas, sem uma estrutura terrestre de suporte, muitas vezes rumo ao desconhecido, como forma de flanquear precisamente as rotas venezianas e muçulmanas. A grande riqueza desta tipologia de expansão reside nas transações que a mesma proporcionou aos níveis económico, científico, cultural, religioso e social. A fixação física de colonos nos novos territórios representa uma cadeia de riscos para os mesmos que só se justificariam em face dos putativos proveitos que retirariam dessa situação. Do lado da Coroa, a presença dos seus representantes num território é condição *sine qua non* para exploração do mesmo e para poder reclamar a sua soberania. É deste jogo de interesses individuais e institucionais que surgem modelos de ocupação territoriais como os prazos. De forma a garantir a sua compreensão, após o enquadramento da chegada portuguesa a Moçambique procuraremos definir os Prazos e explicar, por comparação, a sua originalidade dentro do Império Português.

A terceira componente do presente estudo visa explicar as tendências de evolução económica e política no território dos prazos, bem como as relações existentes neste âmbito com os intervenientes de origens distintas da portuguesa. Paralelamente, será abordada a sua evolução da instituição e os fatores endógenos e exógenos que concorreram para a mesma, assinalando os acontecimentos chave que motivaram as diferentes configurações geográficas dos prazos. As três temáticas expressas acima, expansão além Cabo, definição dos prazos e enquadramento económico e político, confluem para a grande questão a que o estudo pretende responder que será a identificação dos grupos sociais presentes no território, as suas origens, interações e os processos de aculturação ao longo do tempo. A miscigenação terá particular realce dado o papel dos prazos enquanto elo de ligação com o *hinterland* africano. O estudo abordará ainda na sua componente social o papel das «donas dos prazos», originalidade

reconhecida neste modelo face a outras possessões imperiais portuguesas. Complementarmente, são afloradas questões políticas e económicas indissociáveis da componente social, como forma de contextualização dos diversos grupos sociais que faziam parte do mosaico populacional da região em estudo.

Em termos estruturais, reservamos a parte final do estudo para apresentar as principais conclusões retiradas da investigação. Pretende-se com este capítulo consolidar uma rota de investigação relativamente aos prazos, apresentar o conhecimento criado através da interpretação das fontes historiográficas, bem como apresentar os caminhos ainda por explorar no estudo dos prazos do Zambeze apontando caminhos para futuros investigadores.

O facto do estudo se concentrar na costa oriental africana concede especial responsabilidade e relevância ao mesmo, dado que esta geografia tem sido um alvo pouco frequente da historiografia portuguesa, quando comparada com regiões como o Brasil, Angola e a Índia. Apesar de existirem importantes estudos sobre a temática dos prazos da Zambézia esta é, ainda, uma área com uma grande margem de investigação, apresentando frequentemente interpretações diversas.

Identificado inequivocamente o objeto de estudo e centrando a pergunta de partida na matriz social desenvolvida nos prazos do Zambeze, importou identificar o método mais eficiente para garantir a cientificidade do presente trabalho. A metodologia proposta centrou-se na identificação, análise e interpretação das fontes impressas sobre o tema. A bibliografia analisada baliza-se temporalmente entre os relatos de viajantes do início do séc. XVII e os mais recentes estudos efetuados no decorrer do séc. XXI. No presente documento serão aprofundadas as diferentes conceções historiográficas que correspondem a períodos distintos de origem das fontes. Esta pesquisa tem como objetivo último a contribuição para a construção de uma interpretação que abarque os diferentes contributos sobre a temática, enquadrando as suas questões mais fraturantes na narrativa histórica atual. Começamos o estudo dos prazos do Zambeze pela sua definição conceptual e jurídica, identificando a sua importância enquanto instrumento impar de colonização por parte da Coroa portuguesa.

## **Prazos da Coroa: em busca de uma definição**

Apresentados os pressupostos do presente estudo, bem como as suas fronteiras temáticas, comecemos por responder a uma premissa basilar: como podemos definir um *Prazo da Coroa*?

Ao abordar a região do vale Zambeze, a historiografia tende a perpetuar a generalização de algumas características na busca de uma definição desta complexa realidade, simplificando a sua disparidade no espaço e no tempo. Desta forma, as definições mais comuns apontam os prazos como vínculos jurídicos entre a Coroa portuguesa e um súbdito, que mediante a atribuição de um território delimitado ficaria obrigado a pagar um foro. No caso do Vale do Zambeze, esta atribuição seria válida pelo prazo de três vidas e, obrigatoriamente sucedida por via uterina. Sucintamente, esta é a definição que perpetua generalizações pouco precisas sobre a alegada originalidade do modelo e a sua via de sucessão, ocultando uma realidade muito mais complexa e dinâmica. Por outro lado, esta definição, apesar de útil numa primeira abordagem, não destriça cabalmente estes territórios de outros incentivos territoriais dados pela Coroa noutras zonas do império, partindo ainda da assunção, como veremos errada, da originalidade de uma imperiosa sucessão por via feminina.

### **A origem social e jurídica dos Prazos**

Em termos cronológicos o ciclo de vida dos prazos iniciou-se informalmente no final de quinhentos, expandindo-se no século XVII, altura em que recebeu o primeiro enquadramento legal e a nomenclatura, atingindo a maturidade no século XVIII<sup>8</sup>. O sistema vigorou até à sua abolição legal na década de 1930<sup>9</sup>. Do ponto de vista geográfico, os prazos encontravam-se concentrados na região do vale do rio Zambeze<sup>10</sup>, embora existissem, com menor frequência, noutras regiões como por exemplo nas ilhas

---

<sup>8</sup> F. BETHENCOURT, "Configurações Políticas e Poderes Locais", in F. BETHENCOURT et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 207-264., pp.226-228

<sup>9</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, Mem Martins, Europa-América, 1997., p.203;

<sup>10</sup> Zambeze seria a designação africana que prevaleceu, encontrando-se nos relatos portugueses, como sinónimo, a nomenclatura "rios de Cuama"

Quirimbas, sem os efeitos práticos que nos interessam no presente estudo, dada a sua insularidade.

Como vimos, as primeiras viagens da Carreira da Índia foram o mote de Lisboa que deu aos mercadores portugueses acesso à costa oriental africana. Até à década de setenta do séc. XVI, as iniciativas régias limitavam-se à região do litoral, baseando o modelo português na região numa talassocracia comercial que se estendia até à Índia, tendo como sede cidades portuárias como Mombaça, Quíloa e a Ilha de Moçambique<sup>11</sup>. Luís Filipe Thomaz resume esta visão ao afirmar que “, o Estado da Índia é, essencialmente, uma rede e não um espaço: (...) aspira mais ao controlo dos mares que à dominação da terra”<sup>12</sup>.

Neste contexto, é assinalável que na década de 1530 se identifiquem os primeiros portugueses, que à revelia das instruções oficiais e dos seus monopólios comerciais<sup>13</sup>, começaram a viver entre Tongas e Karangas no sertão moçambicano. Estes pioneiros transformaram o vale do rio Zambeze no primeiro, e podemos afirmar que único, eixo de ocupação territorial com expressão na região de Moçambique até ao século XIX. Este processo foi resultado da iniciativa individual de comerciantes e aventureiros portugueses que procuravam riqueza e influência no interior do continente africano, aproveitando as dificuldades de coesão interna do Monomotapa<sup>14</sup>. Atuando como verdadeiros *lançados*, eram marginais ao Estado, integrando-se rapidamente no modo de vida africano sendo posteriormente o elo de ligação entre as instituições portuguesas e os povos locais, formando as primeiras famílias mestiças<sup>15</sup>. Conforme descrito por Disney, “as pessoas que formavam a guarda avançada deste processo eram

---

<sup>11</sup> M. BASTIÃO, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", *op. cit.*, p.3

<sup>12</sup> L.F. THOMAZ, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 207-243., p.210

<sup>13</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Edições Afrontamento, 1996., p.24; p.44

<sup>14</sup> A. LOBATO, "Prazos da Zambézia", in *Reformulação do Estado da Índia*, 2º Vol, Cap. X, n.d., Mapfre, s.d.

<sup>15</sup> J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, *op. cit.*, p.92



localmente conhecidas como *muzungos* e iriam desempenhar um papel central na história subsequente de Moçambique”<sup>16</sup>.

A iniciativa régia no Vale do Zambeze surgiu apenas quatro décadas depois dos pioneiros e materializou-se com as expedições militares de Barreto e Homem em 1571. Embora esta iniciativa militar não atingisse em pleno os seus objetivos<sup>17</sup>, contribuiu em grande medida para suprimir a influência muçulmana na região sul do Zambeze e construir uma base de presença portuguesa cujos principais pontos se materializaram em fortificações militares em Sena e Tete. Efetivamente, esta expedição manifestava uma nova forma de encarar o império a oriente do cabo da Boa Esperança, apanágio da última década do reinado de D. Sebastião<sup>18</sup>. Neste período, foi defendida em Lisboa uma nova forma de atuação que privilegiava a expansão do domínio territorial, por forma a garantir o controlo direto das fontes de rendimento, tal como começava a suceder no Brasil.

Apesar de gorados os intentos militares da Coroa com a expedição de Barreto e Homem, a mesma abriu um novo leque de possibilidades à iniciativa dos *muzungos* instalados na região. Os comerciantes portugueses dos Rios tinham agora uma base constituída pelas fortificações erigidas ao longo do Zambeze e viam a sua posição negocial reforçada pelo retraimento muçulmano. Com a expansão das zonas de influência dos fortes de Sena e Tete, os governadores cederam aos comerciantes e

---

<sup>16</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II*, Lisboa, Guerra e Paz, 2011., p.312

<sup>17</sup> Em 1571, a expedição comandada por Francisco Barreto, antigo governador de Goa, surge inspirada pelo ressurgimento da vontade de conquista no encalço das “supostas” minas do Monomotapa, estabelecendo um paralelo com o sucesso espanhol no Peru. A expedição com cerca de mil homens, canhões e cavalos, partiu do litoral penetrando o vale do Zambeze cerca de duzentos km até Sena, onde acampou à espera de reforços, tendo perdas assinaláveis devido às epidemias de malária e doença do sono. (Disney refere uma intriga dos jesuítas com a população muçulmana local que alegadamente teria envenenado a expedição, seguindo-se o massacre dessa população). A expedição seguiu rumo a Tete acabando por ter de retirar ao ser atacada por tribos locais. A segunda tentativa, dois anos depois, redundou no mesmo fracasso. A terceira expedição seria comandada por Vasco Fernandes Homem que tinha menos recursos mas melhor planeamento, chegando finalmente às minas de ouro do Monomotapa, apenas para descobrir a sua pequena dimensão e inutilidade da conquista *Ibid.*, pp.168-169; Eugénia Rodrigues refere que esta conquista não chegou a acontecer porque, para além das evidentes dificuldades logísticas, não era objetivo uma conquista literal, mas antes a imposição de condições ao Monomotapa. A autora descreve detalhadamente a expedição que terminou com o massacre dos 200 soldados deixados na Chicova por Francisco Homem C.f. E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

<sup>18</sup> M.A.L. CRUZ, *D. Sebastião*, Mem Martins, Temas e Debates, 2009., pp.179-180

ordens religiosas territórios adjacentes às fortificações e nas ilhas do rio Zambeze<sup>19</sup>. O ponto de partida foi a concessão à Ordem Dominicana de um território de duas léguas, junto a Sena em 1582<sup>20</sup>. Este novo posicionamento permitiu a negociação da cedência das primeiras terras com as chefaturas africanas do sul do Zambeze, iniciando um processo de expansão territorial que se prolongaria por todo o séc. XVII.

A nova realidade na região, em que as iniciativas individuais deixaram a mera intermediação comercial para contemplar igualmente a posse territorial, obrigou as autoridades portuguesas a discernir um enquadramento legal apropriado. Eugénia Rodrigues<sup>21</sup> enquadra juridicamente os prazos na tradição de presúria da reconquista cristã na Península Ibérica. Neste sentido, cabe ao rei o direito de posse de todos os territórios descobertos, ou conquistados pelos seus súbditos, mesmo que abdique do seu usufruto em favor de um particular. À luz do direito da época, as terras eram da Coroa, porque “os reis de Portugal tinham senhorio de todas as terras do Ultramar, descobertas ou a descobrir, conquistadas ou a conquistar”<sup>22</sup>, sendo assim suas por direito quaisquer terras que os seus súbditos angariassem no sertão africano. Desta forma, não será exagerado sublinhar a ideia que a Coroa, na Zambézia apenas conferia direitos de aforamento a territórios que os seus súbditos tinham previamente negociado no terreno. Alexandre Lobato explica o processo ao referir que “a terra que passava de domínio *cafre* para português era registada na Fazenda Real, convertida em prazo, delimitada e coletada em tantos maticais de foro anual”<sup>23</sup>.

Contrariamente à generalidade da experiência atlântica, no vale do Zambeze, os pioneiros do comércio português depararam-se com um território povoado, política e socialmente complexo, onde se imiscuíram, conquistando a cedência de territórios conforme a conveniência das chefaturas locais. Foram estes territórios verdadeiramente parte dos domínios da Coroa? Sim, na medida em que foram atribuídos a portugueses,

---

<sup>19</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.367

<sup>20</sup> *Ibid.*, p.367

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.356

<sup>22</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, Lisboa, Edições Alfa, 1989., p.32

<sup>23</sup> *Ibid.*, p.32

que não podiam reclamar a sua posse sem que os mesmos fossem pertença do rei português, que confirmava o aforamento.

A transposição para letra de lei, em 1608 e 1633<sup>24</sup>, da regulação em que se deveriam processar as concessões na região provam esta realidade. Contudo, pragmaticamente, estes territórios não deixavam de fazer parte integrante dos reinos africanos a que pertenciam, na medida em que a sua população era maioritariamente constituídas por populações nativas, governadas por chefaturas locais. Com a sucessão de gerações, os próprios *prazeiros* transformaram-se em afro-portugueses imbuídos num dia-a-dia de matriz totalmente africana. Talvez o mais importante dos argumentos para a soberania africana sobre estes territórios seja o facto dos próprios líderes africanos os cederem para usufruto destes senhores, mas tendo como enquadramento o seu costume, que não contemplava posse individual de terra. Nestas condições, o domínio territorial português tornou-se uma questão semântica, em busca de uma posição de força demonstrada pela extensão do seu território imperial. Perante esta realidade, como veremos, a própria administração oficial debateu-se com grandes dificuldades em impor as suas regras junto dos enfiteutas.

A inspiração para a criação jurídica do Prazo não é uma matéria unânime entre os investigadores, havendo duas linhas de opinião distintas. De um lado encontramos historiadores como Anthony Disney<sup>25</sup> que afirmam a continuidade de um modelo de raiz africana. Malyn Newitt<sup>26</sup> arrisca como origem a generalização dos poderes conferidos pelo Monomotapa aos estrangeiros no âmbito das feiras para em seu nome manter a ordem dentro da respetiva comunidade, degenerando num âmbito mais largo de poder sobre todas as comunidades. Esta delegação era conferida ao Capitão das Portas, autoridade que era reconhecida pelas chefias africanas e portuguesas no território. Ernesto Vilhena<sup>27</sup> é mais comedido na interpretação da origem do prazo, encarando os senhores como sucessores sociais das funções do *mambo*, interpretação

---

<sup>24</sup> E. RODRIGUES, "As Donas de Prazos do Zambeze. Políticas Imperiais e Estratégias Locais", in *VI Jornada Setecentista: Conferências e comunicações*, Curitiba, Aos Quatro Ventos/Cedop, 2006, pp. 15-34., p.17

<sup>25</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, p.313

<sup>26</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique, op. cit.*, pp.181-200

<sup>27</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.,p. 16; p.30

com a qual não podemos concordar, visto que, como veremos adiante, a hierarquia social africana não desapareceu com o aparecimento dos prazeiros. O investigador que levou mais longe a hipótese da origem não portuguesa do modelo de prazos foi Allen Isaacman<sup>28</sup>, que não só retira ao lado europeu toda a iniciativa, como vê no modelo de prazos uma instituição muito similar a exemplos como, por exemplo, o reino de Kazembe. Esta interpretação é cronologicamente discutível, visto que este reino só se viria a formar na segunda metade do séc. XVIII<sup>29</sup>.

Por outro lado, Alexandre Lobato ao perceber o alcance jurídico da instituição, insurge-se contra a ideia dos prazos constituírem uma continuação da tradição africana, por influência do contacto com muçulmanos, ao afirmar:

*“Não há notícia de terem os mouros senhoreado a terra, porque se dedicavam exclusivamente ao comércio podendo concluir-se que os prazos nasceram da adaptação do sistema português das sesmarias às condições sociais, económicas e políticas da Zambézia. Terras de sesmaria é como eles são inicialmente designados e convém ter presente o facto”*<sup>30</sup>.

Sem dúvida que é sobre Moçambique que a pena de Lobato ganha ímpeto, pensando o território de forma crítica e inovadora no seu tempo e enredando-se em entusiasmadas discussões historiográficas<sup>31</sup>. De facto, concordamos com a ausência de influência da tradição muçulmana na constituição do regime de *prazos*. A facilidade com que os novos senhores do comércio, desta feita portugueses, conseguiram substituir as superficiais redes muçulmanas, impondo-se como referência para os chefes africanos da região atesta a sua tese. Esta imposição progressiva, decorrente da atividade comercial quotidiana, viria a transformar-se em posse territorial, posse essa que se fosse costume anterior, encontraria muito maior dificuldade no terreno por meio de estruturas semelhantes às que foram criadas pelos prazeiros. Estas estruturas não existiam!

---

<sup>28</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique : The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, London, The University of Winsconsin Press, 1972.

<sup>29</sup> K.M. PHIRI, O.J.M. KALINGA et H.H.K. BHILA, "A Zambézia do Norte: a região do Lago Malauí", in B.A. OGOT (ed.), *História Geral de África - Vol. V*, Brasília, UNESCO, 2010., 713

<sup>30</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.171

<sup>31</sup> Como são exemplo as suas tiradas sobre a obra de Oliveira Martins, desacreditando a sua visão, com uma argumentação que ultrapassa a factualidade rumo aos considerandos pessoais; C.f. *Ibid.*, p.179

Eugénia Rodrigues<sup>32</sup> apoia a tese de Alexandre Lobato. A autora considera a corrente que defende a pré-existência africana do modelo de cedência territorial se baseia na historiografia do séc. XIX, demasiado influenciada pelos ditames políticos de uma época em que se tentaria desvirtuar o sistema. Em conclusão, autores mais recentes, como Anthony Disney e Malyn Newitt, incorreram no erro de se basearem em correntes historiográficas que escondiam motivações políticas.

Porém, este modelo não é herdado da sesmaria como afirma Lobato. Conforme bastante argumentado por Eugénia Rodrigues<sup>33</sup>, o modelo utilizado na África Oriental tem uma influência direta da prática vigente na Província do Norte, na Índia portuguesa. A aproximação que encontramos à sesmaria não poderá ser legal, visto que no Vale do Zambeze os senhores estavam teoricamente obrigados a um foro. A única característica que aproxima os enfiteutas das práticas medievais do reino é de cariz comportamental e materializa-se na relação dos prazeiros com os seus semelhantes, com as redes mercantis do império, com a administração oficial e com os poderes africanos, demonstrando modos de atuação próximos do senhorio feudal<sup>34</sup>. Esta característica não é suficiente para contrabalançar a avassaladora influência goesa, visto que o *prazo* tal como intuído pelo próprio Alexandre Lobato, é essencialmente um vínculo jurídico. Também Luís Filipe Thomaz defende uma origem mista do nosso objeto de estudo ao escrever que “o régimen dos prazos do Norte representa, pois, o cruzamento do régimen senhorial indo-muçulmano (...) com o direito português (de onde provém o sistema do emprazamento em três vidas)”<sup>35</sup>.

Do ponto de vista pragmático, recordemos que o território em estudo se encontrava sob jurisdição do Estado Português da Índia. Por conseguinte, a inspiração do modelo de prazos da região de Moçambique encontra um antecessor na distribuição

---

<sup>32</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit.

<sup>33</sup> *Ibid.*

<sup>34</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, p.314; E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, op. cit., p.10; P.A. ÁLVARES, *O Regime dos Prazos da Zambézia*, Lisboa, Tipografia Universal, 1916., p.7

<sup>35</sup> L.F. THOMAZ, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", art. cit., p.239

de territórios rurais do Estado da Índia, nomeadamente em Baçaim e Damão<sup>36</sup> em meados do séc. XVI. Sanjay Subrahmanyam sublinha esta influência direta ao afirmar “os prazos existiam desde meados do séc. XVI na Província do Norte (...) um benefício que podia ser concedido a fidalgos que o merecessem ou para assegurar o casamento de moças fidalgas pobres, como as órfãs d’el-rei”<sup>37</sup>. Ao aprofundar esta temática, Luís Dias Antunes determina a governação do vice-rei D. João de Castro como responsável pela criação das concessões de terras, em 1546, “em regime de aforamento ou emprazamento pela duração máxima de três vidas”<sup>38</sup>. Esclarece ainda o autor que em Baçaim a actividade agrícola assumia uma fatia preponderante do rendimento da região e o emprazamento era uma forma de maximizar esse potencial. Como veremos, o enquadramento nos territórios do Zambeze era diversa, servindo os prazos como plataforma logística da intermediação comercial. Adicionalmente, tanto em Baçaim como em Damão os objetivos da criação dos prazos assentavam na necessidade de defesa territorial, tendo por isso os senhores de viver na terra aforada, e na criação de receita fixa a favor do Estado<sup>39</sup>. Estas metas encontrariam paralelo também na costa oriental africana com a necessidade da Coroa de garantir ocupação territorial, sendo no entanto a capacidade administrativa de gerar receita bastante inferior à Província do Norte.

Nestes espaços, à semelhança do sudeste africano, os senhores tinham um conjunto de obrigações de cariz militar para com a Coroa, tendo igualmente o direito de coletar direitos sobre as populações locais, preconizando um modelo de enfiteuse, por oposição às sesmarias atlânticas. As terras aforadas na Província do Norte eram ainda juridicamente dotadas de uma característica distintiva: a possibilidade de sucessão pela via feminina. Este regime concilia preocupações como a defesa militar, descendente da tradição muçulmana na Índia, com a renovação da concessão por um espaço temporal

---

<sup>36</sup> L.F.D. ANTUNES, "A persistência dos Sistemas Tradicionais de Propriedade Fundiária em Damão e Baçaim (século XVI)", in J.V. SERRÃO *et al.* (ed.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*, Lisboa, 2014, pp. 156-165.; J. CAPELA, *Moçambique Pela Sua História*, e-book, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010., pp.71-72

<sup>37</sup> S. SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português 1500-1700: uma história política e económica*, Linda-a-velha, Difel, 1995., p.278

<sup>38</sup> L.F.D. ANTUNES, "A persistência dos Sistemas Tradicionais de Propriedade Fundiária em Damão e Baçaim (século XVI)", *art. cit.*, p.160

<sup>39</sup> *Ibid.*, p.161

de três vidas. Esta última característica, alicerçada no ordenamento jurídico português, exprime a preocupação da Coroa no final do séc. XVI em dispor, a cada momento, de mercês para distribuir pelos serviços dos seus súbditos. Este desígnio tem confirmação pragmática nas primeiras concessões de D. João de Castro na Proivíncia do Norte aos homens que participaram consigo na campanha de Diu<sup>40</sup>. Refira-se que no que concerne a cargos públicos em Moçambique, no decorrer do séc. XVII, estes, tal como as enfiteuses, raramente eram personificados por reinóis<sup>41</sup>.

Podemos assim afirmar que do ponto de vista do seu enquadramento legal, os prazos foram um resultado direto dos seus congéneres na Índia, entre o início do séc. XVII e 1752, data da independência administrativa de Moçambique. Desta forma, dado o diminuto número de prazeiros, e o contexto periférico do sudeste africano, a legislação era, na maioria dos casos, simplesmente transposta do enquadramento legal relativo a Baçaim e Damão. Este posicionamento periférico conferia ainda uma diferença assinalável entre a letra de lei e a sua aplicação efetiva no terreno. Exemplo desta situação é a proibição de sucessão dos prazos por entidades eclesiásticas, ou as doações entre cônjuges, proibidas por lei<sup>42</sup>, mas fomentadas na prática pela administração oficial como forma de garantir a ocupação dos prazos no remoto território dos rios de Sena. Devido a esta mesma necessidade de manter o espaço habitado, para além dos casos descritos, a própria lei dava aos prazeiros um amplo espaço de manobra na designação da sua sucessão, podendo a mesma ser indicada em vida, ou por meio de testamento. Na eventualidade desta circunstância não ter sido acautelada, algo comum dada a alta taxa de mortalidade no sertão africano, o prazo passaria aos seus descendentes ou ascendentes<sup>43</sup>.

No sertão africano, os novos *muzungo* partiam das terras adjacentes às fortificações resultantes das expedições militares de Barreto e Homem. Esta guarda

---

<sup>40</sup> A. LOBATO, "Sobre os Prazos da Índia", in L. ALBUQUERQUE et I. GUERREIRO (ed.), *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 459-466., p.461

<sup>41</sup> M.M. LOPES, "Goa: a simbiose luso-oriental", in A.H.O. MARQUES et M.M. LOPES (ed.), *O Império Oriental (1660-1820)*, t. 2. *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VI, 2006, pp. 15-193., p.54; Thomaz ilustra a Zambézia como uma região "em parte colonizada por goeses" em L.F. THOMAZ, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", *art. cit.*, p.231

<sup>42</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, *op. cit.*, pp.599-603

<sup>43</sup> *Ibid.*,

avançada infiltrava-se em novos territórios onde Lisboa e Goa não tinham influência, não restando às autoridades outra alternativa se não a de confirmar *a posteriori* os territórios conseguidos individualmente através do regime de prazos. Como vimos, este regime acolhe influência da legislação dos prazos da Província do Norte, nomeadamente nos contratos de enfiteuse praticados neste território. Sendo um regime híbrido, concentra igualmente características medievais da Lei Mental, nomeadamente no que concerne à inalienabilidade e indivisibilidade de um bem que em última instância era da Coroa. O costume no Zambeze, também neste campo contrariou a estatuição legal, especialmente na prática da divisão dos aforamentos por ocasião das sucessões<sup>44</sup>. A contradição entre a letra de lei e a prática foi uma marca definidora de toda a instituição, baseando-se por um lado na absoluta necessidade que a Coroa tinha de manter as terras ocupadas e no poder de que os *prazeiros* dispuseram para equilibrar o poder no sertão.

No seu último fôlego, já no correr do séc. XX, os prazos ainda eram uma temática largamente debatida em Lisboa<sup>45</sup>. Esta atividade resultava numa prolixa produção legal, cuja base fora construída em 1890, que se destinava a regulamentar uma instituição desfigurada, dominada por companhias comerciais, e cujos aforamentos tinham agora um prazo de vinte e cinco anos.

### **Evolução geográfica das Terras da Coroa**

A dificuldade na definição cabal dos limites geográficos dos prazos é uma temática tão complexa quanto a definição dos limites das possessões portuguesas na região. Esta dificuldade deriva em grande medida de uma evolução política pouco institucionalizada, cujo planeamento estratégico de Lisboa e Goa encontrou obstáculos na sua materialização no terreno. Os interesses de uma política concertada portuguesa deram lugar no terreno aos interesses individuais dos prazeiros, cuja própria identidade cultural, em muitos casos, se fixava entre os costumes portugueses, goeses e africanos. Este contexto é fruto de uma presença portuguesa que desde o séc. XVI deu primazia ao comércio com as chefaturas do *hinterland*, negociando, individualmente, o seu espaço. Este método de atuação é descrito por Alexandre Lobato ao referir que “a primitiva

---

<sup>44</sup> E. RODRIGUES, "As Donas de Prazos do Zambeze. Políticas Imperiais e Estratégias Locais", *op. cit.*, p.18

<sup>45</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, *op. cit.*



ocupação territorial não derivou de qualquer ação política do Estado planificada para isso e as primeiras terras portuguesas foram obtidas pelos primeiros negociantes que a partir do segundo quartel do século XVI se dedicaram ao comércio com os régulos”<sup>46</sup>.

Podemos questionar, por que razão as chefaturas africanas decidiram ceder terras aos novos intervenientes europeus. A resposta encontra-se no facto dos portugueses se revelarem uma força aliada importante na construção do equilíbrio político entre régulos, conseguindo desta forma o seu favor na concessão territorial., funcionando como importantes aliados nas lutas internas. Adicionalmente, segundo a mundividência africana não existia uma cedência efetiva da terra, mas sim a delegação da chefia sobre a mesma.

Mais de meio século após a expedição de Barreto e Homem, e apesar das dificuldades levantadas pela malária e pelas pressões demográficas dos movimentos migratórios africanos, os portugueses viriam a conseguir um acordo de vassalagem com o império Monomotapa em acentuado declínio em 1629<sup>47</sup>, sendo o Monomotapa Mavura batizado por missionários dominicanos. Este acontecimento foi decisivo para impulsionar a verdadeira presença portuguesa, com território efetivo no Zambeze através do que seria convencionado como o sistema de Prazos. Tirando partido de um império Monomotapa altamente fragmentado por querelas políticas internas, os portugueses assinaram um tratado de apoio militar que levaria ao trono o Monomotapa Mavura, impondo-lhe em troca condições opostas das que vigoravam até então, tanto a nível comercial como religioso<sup>48</sup>. A partir de 1629 foram consentidos os portugueses nas suas terras do Monomotapa sem a obrigação de lhe pagar tributo, medida que se aplicaria igualmente ao castelão de Moçambique. Os missionários dominicanos seriam autorizados a pregar a fé cristã, sendo fixada a expulsão dos muçulmanos.

Numa região tão extensa como o hinterland africano, caracterizada pela abundância de água proporcionada pelo Zambeze, é normal observarmos dinâmicas

---

<sup>46</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit. p.20

<sup>47</sup> F. BETHENCOURT, "Configurações Políticas e Poderes Locais", art. cit., p.227; Numa análise errada das fontes Hoppe toma a imposição da expulsão muçulmana, por “assegurar a liberdade religiosa” F. HOPPE, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal 1750-1777*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1970., p.39

<sup>48</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", in B.A. OGOT (ed.), *História Geral de África - Vol. V*, Brasília, UNESCO, 2010., p.767

sociais evolutivas no período em estudo. Segundo Disney<sup>49</sup> haveria em 1637 oitenta e um prazos da coroa. Em termos de distribuição destes territórios, a coroa conferia 71 a portugueses, ou em abono da verdade, a afro-portugueses, 4 à Ordem Jesuíta, 3 à Ordem Dominicana e 2 a chefes africanos. Após três décadas, estes territórios continuavam a ser detidos na sua maioria por prazeiros portugueses, mas existiam também indianos, luso-africanos e, até, um chinês<sup>50</sup>. Os números apresentados por Eugénia Rodrigues<sup>51</sup> apontam para um número superior de prazos. Reportando-se ao levantamento efetuado entre 1634 e 1637 existiam 116 prazos, sendo a maior parte localizados na margem sul do Zambeze. Tete registaria 53 Terras da Coroa, seguindo-se Sena com 38 e Quelimane com 25.

O número de prazos e prazeiros não era diretamente proporcional, visto que alguns detentores chegavam a ter 6 prazos, cujo tamanho e valor produtivo variavam bastante. Esta instituição teve um crescimento irregular, pautado pela instabilidade política no sertão, havendo em meados do século XVIII, 103 prazos, sendo os mais lucrativos sedeados perto de Tete e Quelimane.

A definição dos prazos, segundo Sanjay Subrahmanyam<sup>52</sup>, é de difícil generalização, dado que não funcionariam como uma realidade estável e unificada. Este era um sistema em constante mutação das propriedades e dos seus prazeiros, muitos deles vivendo fora do seu território, contrariamente ao espírito da instituição estabelecida pela Coroa com o objetivo de fixar população portuguesa. Desta forma, dificilmente o estudo aprofundado de um prazo poderá ser generalizado em todas as suas minudências a toda uma região, num sistema que era altamente personalizado à figura do senhor e de alta volatilidade. Eugénia Rodrigues refuta o carácter de constante transformação dos prazos, afirmando que esta conclusão é suportada em autores como Isaacman cuja investigação generaliza erroneamente períodos de grande conturbação

---

<sup>49</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, p.314

<sup>50</sup> Disney refere-se, com certeza, às diferentes proveniências dos portugueses detentores de prazos, e não à sua nacionalidade

<sup>51</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII, op. cit.*, p.383

<sup>52</sup> S. SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português 1500-1700: uma história política e económica, op. cit.*, p.279

como a expulsão dos Jesuítas e consequente redistribuição das suas terras<sup>53</sup>. Por outro lado, a autora afirma que foram interpretados como novos prazos alguns registos que consubstanciam apenas mudanças de grafia por parte das autoridades.

Entre duas opiniões tão distintas, temos de realçar a maior assertividade de Eugénia Rodrigues, muito fruto de uma investigação mais recente e exaustiva. O contributo de Subrahmanyam aponta algumas linhas de estudo importantes, nomeadamente quando reporta a ausência dos prazeiros do seu aforamento. Todavia, não concordamos inteiramente que esta seja uma característica definidora dos prazos, visto que esta realidade apenas se efetivou na segunda metade do séc. XVIII. Este traço de mudança foi fortemente alavancado pelo crescimento do tráfico de escravos, utilizando os mercadores da Ilha de Moçambique o sertão como base logística do seu comércio, substituindo, assim, algumas das anteriores casas senhoriais.

Na última década de seiscentos, a invasão do Changamire retiraria em poucos anos o domínio português sobre as minas e feiras do sertão, perdendo as Terras da Coroa uma parte substancial do seu território que agora se restringia novamente à zona contígua ao Zambeze. Após estes sucessos, cujas repercussões se fizeram sentir durante duas décadas, o poder dos senhores ressurgiu, tornando paulatinamente mais difícil a implementação das disposições da administração portuguesa na região<sup>54</sup>. Os prazos evoluíram rapidamente para territórios cada vez mais extensos, comportando-se como pequenos estados independentes com exército próprio. Como consequência natural, os régulos africanos começaram a recorrer com cada vez maior frequência à ajuda dos prazeiros em vez de contactarem os representantes da Coroa.

Newitt apresenta uma curiosa resenha deste período que passamos a citar:

*O sistema de prazos característico do século XVIII mais não foi que uma forma de criar um mundo próspero, feito de grandes casas e de um paternalismo (ou maternalismo) feudal de características benevolentes, o certo é que, em termos reais, se traduziu por uma espécie de banditismo institucionalizado*<sup>55</sup> (Newitt, 1997:219).

---

<sup>53</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.540

<sup>54</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014., p.375

<sup>55</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.206

Debatendo-se com constrangimentos políticos, económicos e militares a sul do Zambeze, a partir de 1720<sup>56</sup> iniciou-se um novo período de iniciativas da Coroa e dos senhores no sentido de expandir as possessões portuguesas para o território Marave, a norte do Zambeze. Esta iniciativa foi especialmente bem-sucedida na região de Tete, onde de resto, assentavam os territórios mais afetados pelas conturbações militares que se seguiram à incursão do Changamire e que, agora, se encontravam devolutos.

### **Demografia do vale do Zambeze**

Em termos demográficos os números que dispomos sobre a população no Vale do Zambeze no período em estudo são parcos e de baixa fiabilidade, especialmente no que concerne ao séc. XVII. Os números chegam-nos através de estimativas de viajantes portugueses em trânsito na região, ignorando, na maioria dos casos, as zonas rurais onde se situavam os prazos, e apresentando contabilizações da população africana pouco plausíveis.

No decorrer do séc. XVIII dispomos de estudos mais aprofundados, mercê de uma maior preocupação da Coroa em quantificar as populações ultramarinas. Em 1722, existiriam cerca de 300 portugueses, 180 indianos e 2.900 africanos batizados<sup>57</sup> nos rios de Sena. Em 1735, tomando o exemplo de Tete, moravam na cidade 47 portugueses (de 15 famílias), 65 filhos de Goa, 113 filhos da Terra, 769 Escravos batizados, somando 994 cristãos. A generalidade destes estudos restringe os habitantes aos “cristãos” dando apenas visibilidade sobre uma franja populacional que estava longe de representar o universo do vale do Zambeze. Acrescente-se que, segundo Andrade<sup>58</sup>, o sucesso da missão católica não teria uma grande expressão, apontando como principais causas para o insucesso a influência moura, a fraca disponibilidade dos nativos, a baixa qualidade dos sacerdotes, alguns delinquentes no reino e em Goa, e a expulsão jesuíta, a partir de 1759.

---

<sup>56</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.513-521

<sup>57</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, op. cit., p.283; F. HOPPE, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal 1750-1777*, op. cit.

<sup>58</sup> A.A. de ANDRADE, *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1985., p.71; p.99

Destes números podemos retirar duas conclusões. Em primeiro lugar, que os portugueses, mesmo que de origem mestiça ou goesa, eram uma minoria quase residual, tal como acontecia noutras regiões do império, como por exemplo, nos arquipélagos de Cabo Verde<sup>59</sup> e São Tomé<sup>60</sup>. Não esqueçamos contudo que, conforme referido por Lobato<sup>61</sup>, os prazeiros tinham de ter uma propriedade extensa sendo essa uma das explicações para o seu reduzido número. Mesmo estes encontravam-se normalmente ligados por teias familiares. Em segundo lugar, os números são muito diminutos comparativamente ao fervilhar brasileiro onde, em meados do século XVIII, a população se cifrava em cerca de dois milhões e meio de indivíduos<sup>62</sup>, com tendência crescente. Esta tendência revelar-se-ia exponencial, a partir do séc. XIX, após a instalação da corte portuguesa em solo sul-americano.

Em face das vicissitudes apresentadas os números populacionais a que temos acesso exprimem uma realidade bastante incompleta para o período em estudo. Alguma desta insuficiência parte das instruções formais que enquadram os levantamentos demográficos. Como exemplo, em 1777 o capitão general Baltazar Pereira do Lago ordenava aos governadores e padres a contabilização da população cristã, excluindo cafres, filhos de cafres, cativos e mouros<sup>63</sup>. Esta instrução exclui os dois maiores grupos populacionais dos prazos do Zambeze: os colonos africanos e os cativos. Em 1794, com as restrições já conhecidas, foram contabilizados 2.887 indivíduos<sup>64</sup> na jurisdição de Moçambique, um aumento de 45% em comparação com o censo de 1777.

---

<sup>59</sup> A. CARREIRA, "O Primeiro «Censo» de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde", in *Revista de História Económica e Social* - n. 13, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1984, pp. 51 - 66.

<sup>60</sup> A.M. CALDEIRA, "Elites locais, património e mobilidade social no arquipélago de São Tomé e Príncipe durante o século XVIII", in *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, 2011. pp. 4-5

<sup>61</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit.

<sup>62</sup> M.B.N. da SILVA, "O Império Luso-Brasileiro 1750-1822", in J. SERRÃO et A.H.O. MARQUES (ed.), *Nova História da Expansão Portuguesa - Vol. VIII*, n.d., Editorial Estampa, 1986., p.31

<sup>63</sup> A.P. WAGNER, "Política e população no Império Português: Moçambique no último quartel do século XVIII", in A. DORÉ et A. de A. SANTOS (ed.), *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR-SCHILA/ Fundação Araucária, 2009, pp. 399-411., p.401; F.R. SILVA, "From church records to royal population charts: The birth of "modern demographic statistics" in Mozambique, 1720s-1820s", in *Anais de História de Além-Mar XVI*, 2015., p. 136

<sup>64</sup> A.P. WAGNER, "Moçambique e seu "Diminuto Número de Habitantes": Recenseamentos da População da África Oriental Portuguesa, no Último Quartel do Século XVIII", in *Diálogos*, v. 11, n. 1/n. 2, n.d., DHI/PPH/UEM, 2007, pp. 239-266., p.247

A partir do séc. XIX as contabilizações disponíveis são mais abrangentes. Os números de 1802 e 1806<sup>65</sup> revelam uma população livre muito superior ao número de cativos apresentado. Segundo este levantamento, existiam 79.520 indivíduos livres nas Terras da Coroa, destacando-se a região de Sena onde viviam cerca de 86% dos efetivos. Atente-se, contudo, que estes números são uma aproximação por defeito. Já a relação de cativos de 1806 resulta num decréscimo do seu número, sendo agora de 21.827, ou seja, um quinto da população total da região. Infelizmente, a ausência de fontes demográficas do séc. XVII impede-nos de fazer uma análise mais aprofundada da evolução da população.

Para além dos africanos livres anteriormente referidos, em 1806, António Truão<sup>66</sup>, dividia os habitantes dos rios de Sena em três “castas”, que contabilizam a seguinte demografia: 502 brancos e mestiços batizados e 21.827 cativos, embora cerca de metade estivessem “fugidos”, ou ausentes do prazo com consentimento do senhor. Existiriam ainda 10.960 negros forros e servos que cultivam a terra. O então governador dos Rios aponta as causas para a pouca fiabilidade dos números, mesmo no início do séc. XIX, queixando-se da impossibilidade de estimar o número de colonos livres, face ao sistema tributário em vigor, cuja coleta era concentrada na figura do fumo. O autor declara ainda praticamente nulo o saldo entre nascimentos e óbitos na região, resultando todo o contexto numa densidade populacional muito baixa.

Comparativamente, no Brasil, em 1800 existiriam 3.660.000 habitantes<sup>67</sup>, no reino pouco mais de 3.100.000<sup>68</sup> e em Angola os números de 1770 apontam para cerca

---

<sup>65</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.856-860; A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Sena do Anno de 1806*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889., pp.7-10

<sup>66</sup> *Ibid.*, pp.7-10; S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, Lisboa, José Baptista Morando, 1835., p. 262

<sup>67</sup> M.B.N. da SILVA, "O Império Luso-Brasileiro 1750-1822", art. cit.

<sup>68</sup> T.R. VEIGA, *A População Portuguesa no Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 2004., p.

de 160.000 pessoas<sup>69</sup>. Estes números são o espelho de um domínio territorial mais disperso na costa Oriental africana relativamente às possessões atlânticas.

### **Comparação com outros modelos de colonização no Império português**

No início do séc. XVII confluía a Lisboa uma rede comercial com pilares essencialmente marítimos, assente em regiões tão distintas como as Ilhas Atlânticas e os continentes americano, africano e asiático, com ritmos de desenvolvimento e desafios locais próprios. “Pela primeira vez na História, um mesmo modelo civilizacional insinuou-se ao mesmo tempo junto de sociedades dos outros três grandes continentes”<sup>70</sup>. Fruto da diversidade da presença portuguesa a nível global, as estratégias da presença portuguesa em cada um dos seus domínios foram adequadas às contingências de cada geografia, começando gradualmente a prosperar também em terra firme no Brasil, na Índia e no Oriente africano. De forma a melhor percebermos as raízes e originalidades dos prazos do Zambeze, será da máxima pertinência compará-los com outros modelos de colonização, no seio do Império português.

A diferença legal mais assinalável, e transversal ao atlântico é a transposição da sesmaria do reino para as ilhas atlânticas e depois para Angola e Brasil. Este modelo diferencia-se da enfiteuse praticada no Índico por ter como objetivo o fomento agrícola e ser isento do pagamento de foros além do dizimo religioso<sup>71</sup>. No caso do Zambeze, a Coroa mantinha o direito sobre a terra, cedendo ao enfiteuta, a troco de um foro, apenas o seu domínio útil.

Por natural ordem geográfica do seu descobrimento, a génese da concessão territorial ultramarina encontra-se nas ilhas atlânticas, tratando-se, na sua maioria, de territórios inabitados dos quais a Coroa dispôs, distribuindo-os a capitães-donatários. No entanto, de todos os territórios sob a tutela imperial portuguesa, interessam-nos

---

<sup>69</sup> P. T. de MATOS et J. Vos, “Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico”, in *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 17, núm. 3, Maringá – Brasil, Univesidade Estadual de Maringá, 2013., pp. 807-834, p.819

<sup>70</sup> J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, op. cit., p.20

<sup>71</sup> E. RODRIGUES, “As Donas de Prazos do Zambeze. Políticas Imperiais e Estratégias Locais”, op. cit., p.17

especialmente a terra firme do Brasil e Angola, por consubstanciarem uma expansão efetiva para o *hinterland*, situação que não seria possível em territórios insulares.

### ***Brasil***

No Brasil, os portugueses não negociaram a sua terra, impondo-se ao excluírem as tribos ameríndias que se opuseram à apropriação territorial<sup>72</sup>. Johnson confirma esta ideia ao referir que a maior tecnologia militar dos portugueses, em conjunto com as epidemias que grassaram entre as populações nativas desequilibraram desde o início a balança a favor do lado português<sup>73</sup>. Nestas condições, nas capitanias onde as tribos ameríndias intimidavam o estabelecimento português, esta situação devia-se mais à falta de meios e empenho no enraizamento, do que ao poder bélico dos nativos. No último quartel do séc. XVI a resistência nativa já se tinha transferido essencialmente para regiões interiores, não chegando a sua força para travar o avanço português.

Não se pretende retirar destes dados assunção que o avanço no Brasil foi facilitado pelo contexto militar dos ameríndios. Pelo contrário, capitanias como a da Baía, Espírito Santo e Porto Seguro passaram por momentos de grande dificuldade. O que pretendemos expor no contexto do nosso estudo, é que este avanço foi fruto de constante peleja, não sendo franqueado também por negociação como no caso do Monomotapa. Em termos comparativos, os ameríndios tinham uma estrutura política que fornecia menor oposição, na medida em que se encontrava muito mais fragmentada do que na África Oriental, o que permitia um avanço mais efetivo.

O Brasil foi espaço para replicar, do outro lado do Atlântico, os modelos feudais europeus<sup>74</sup>, cedendo os novos territórios a capitães, que exerciam poder judicial, militar e fiscal e assumiam a gestão do território, incluindo o seu povoamento. Estes capitães,

---

<sup>72</sup> C.M. FILIPE, "Primeiro Contacto com Terras Brasileiras", in L. de ALBUQUERQUE (ed.), *Portugal no Mundo, vol.III, O Descobrimento do Brasil e suas Consequências*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 198-209., pp. 198-202; Lacerda e Costa referem que "as relações entre Portugueses e Índios foram sempre marcadas por esta dicotomia, provocando fenómenos quer de intolerância quer de profunda cumplicidade, dos quais nasceram fenómenos interculturais verificáveis nalguns processos de conversão dos Índios, nas alianças com as tribos contra as demais potências europeias" J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, op. cit., p.54

<sup>73</sup> H.B. JOHNSON, "Portuguese Settlement, 1500-1580", in L. BETHELL (ed.), *Colonial Brasil*, Cambridge, 2004, pp. 1-38., p.18; p.30

<sup>74</sup> F. BETHENCOURT, "Configurações Políticas e Poderes Locais", art. cit., p.246; F. MAURO, "As Capitanias Hereditárias do Brasil", in L. de ALBUQUERQUE (ed.), *Portugal no Mundo, vol.III, O Descobrimento do Brasil e suas Consequências*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 234-247., p.234



habitualmente delegavam este poder em emissários seus no terreno e esta é outra diferença fundamental para os prazeiros que se estabeleceram de facto no Vale do Zambeze. Por outro lado, tal como apontado por Mauro<sup>75</sup>, a entrada no Brasil foi franqueada também pela ajuda dos “lançados”, que viviam integrados em algumas sociedades ameríndias, característica que encontra paralelo nos primeiros *muzungos*.

No caso brasileiro, foram fundadas quinze capitanias em 1534<sup>76</sup>. Este modelo não resultou de igual forma no território sul-americano, destacando-se o sucesso nas capitanias de Pernambuco e São Vicente alavancado pelas alianças com os poderes locais e política de miscigenação com a população<sup>77</sup>. Com efeito, o modelo de capitanias brasileiro evoluiu com tendência para maior centralização do poder na Coroa, como são exemplo determinações como o Governo-Geral na Baía, ou a absorção pela Coroa da capitania de Pernambuco após rechaçar a tentativa de apropriação holandesa em 1654. De facto, “em meados do século XVIII todas as capitanias hereditárias tinham regressado ao controlo da Coroa”<sup>78</sup>, sendo no entanto criadas novas capitanias à medida que o território foi explorado em busca de ouro<sup>79</sup>. A este movimento, não é estranho o crescimento demográfico e económico do Brasil, que se verificou no final do séc. XVII e início do séc. XVIII<sup>80</sup>, tornando o Atlântico a componente financeiramente mais representativa do comércio imperial.

A este propósito, John Thornton descreve a posição da Coroa como um “jogo do gato e do rato” com os colonos. Por um lado, fomentava as iniciativas individuais de

---

<sup>75</sup> *Ibid.*, p.239

<sup>76</sup> No período que mediou entre a descoberta e o estabelecimento de capitanias, a Coroa ensaiou dois modelos de exploração comercial. O primeiro foi o aluguer a um consórcio encabeçado por Fernão de Noronha, à semelhança do que fizera na exploração do Atlântico com Fernão Gomes. Este contrato vigorou por três anos, não sendo renovado. Posteriormente, até 1534, a Coroa assegurou a exploração construindo feitorias. C.f. H.B. JOHNSON, "Portuguese Settlement, 1500-1580", *art. cit.*

<sup>77</sup> F. BETHENCOURT, "Configurações Políticas e Poderes Locais", *art. cit.*, p.249; C.M. FILIPE, "Primeiro Contacto com Terras Brasileiras", *art. cit.*, p.206

<sup>78</sup> F. BETHENCOURT, "Configurações Políticas e Poderes Locais", *art. cit.*, p.250

<sup>79</sup> As evidências apontam para a descoberta de ouro na segunda metade do séc. XVI, mas a sua exploração só se efectivou massivamente na última década do século seguinte. C.f. A.J.R. RUSSELL-WOOD, "The Gold Cycle, 1690-1750", in L. BETHELL (ed.), *Colonial Brasil*, Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge, 2004, pp. 190-243.

<sup>80</sup> S.B. SCHWARTZ, "A Economia do Império Português", in F. BETHENCOURT et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 21-52., pp.37-46

povoamento da baixa aristocracia, para depois de estabelecidos e eliminado o risco favorecer os seus próprios agentes de estratos sociais mais elevados e tentar um maior controlo sobre as regiões. A presença no *hinterland* moçambicano tem algumas semelhanças com o caso do Brasil neste campo, visto que as estruturas da Coroa cresceram sem necessidade de investimento militar significativo. Concluímos desde já o lado negativo desta política: a evidente falta de controlo sobre os senhores, quando estes se estabeleciam apoiados e reconhecidos pelas instituições nativas e a Coroa tentava reaver o controlo sobre a sua ação.

Esta situação foi muito mais pronunciada no Índico do que no Brasil. Ao compararmos o exemplo brasileiro com o interior do território moçambicano é evidente um maior poder da Coroa sobre os domínios Atlânticos, que se materializava numa distribuição geográfica feita *a priori* pela própria Coroa, ao invés da confirmação posterior de iniciativas individuais. A maior proximidade geográfica permitia uma verdadeira presença de colonos reinóis voluntários<sup>81</sup>, bem como maior efetividade no terreno das disposições políticas decididas em Lisboa. Contrariamente ao que se observa no Brasil, a Coroa teve grandes dificuldades em afirmar a sua soberania no interior da costa oriental africana perante os exércitos particulares dos prazeiros. De resto, esta dificuldade fazia-se sentir inclusivamente na corrupção generalizada da própria estrutura institucional instalada na Ilha de Moçambique<sup>82</sup>. No final do séc. XVIII, o governador dos Rios de Sena, Francisco de Lacerda e Almeida, por ocasião dos preparativos da expedição em que procurava ligar as duas costas, denotava, por exemplo “traficância no feitor”<sup>83</sup>, tendo de se socorrer em última instância da prazeira D. Francisca Meneses que lhe cedeu cativos para o transporte logístico.

### **Angola**

Do outro lado do Atlântico, em Angola, os sucessivos governos deram à expansão contornos mais oficiais e bélicos. Aqui, a génese da presença portuguesa

---

<sup>81</sup> F. MAURO, "As Capitanias Hereditárias do Brasil", *art. cit.*, p.246

<sup>82</sup> Exemplo prático desta dificuldade é o comércio ilegal de escravos com as Ilhas francesas do Mediterrâneo protagonizado pelos próprios governadores, C.f. E.A. ALPERS, "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)", in *Cahiers d'études africaines, Volume 10, N.º 37*, 1970, pp. 80-124.

<sup>83</sup> F.J. de L. e ALMEIDA, "Diário da Viagem da Vila de Tete, Capital dos Rios de Sena, para o Interior de África", in L. de ALBUQUERQUE (ed.), *Textos para a História da África Austral (Século XVIII)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 81-132., p.83

deve-se à instalação de comerciantes, provenientes de São Tomé, que traziam até ao reino do Ndongo os longínquos produtos da Europa e da Ásia<sup>84</sup>. Estes comerciantes, contrariamente à região do Zambeze, não foram coniventes com as primeiras ações da Coroa, suspeitando-se das suas intrigas junto da corte do Ngola, quando o reino tentou estabelecer os primeiros contactos diretos de missionação e comércio.

Após a imposição pelas armas, os governadores mantinham “uma quase permanente operação de guerra”<sup>85</sup>, conseguindo desta forma, paulatinamente, afirmar o poderio português, especialmente em fortalezas na zona litoral. Neste território, a fundação de Luanda em 1576 por Paulo Dias de Novais é exemplo paradigmático da tipologia de operação, incentivada e comandada pela Coroa. Novais levou consigo o poderio militar conferido pela construção de uma fortaleza e dos soldados ao seu comando, mas também instituições destinadas a impor a vivência portuguesa como um hospital, uma igreja, uma Misericórdia, uma câmara municipal e uma prisão<sup>86</sup>.

Em termos de governação do território, Novais repartiu sesmarias ao longo da costa, a colonos privados e ordens religiosas. De resto, destinou para si próprio um terreno junto às margens do rio Cuanza. A iniciativa do governo central concentrava-se essencialmente no litoral, mas chegava também ao interior, fundando fortalezas em povoações, muitas vezes dotadas de alguma autonomia administrativa, sendo o exemplo máximo Massangano.

Nas cidades do interior, à semelhança de Moçambique, a sociedade apresentava importantes traços de miscigenação sendo fortemente marcada por um cariz afro-português. Esta extensão é compreensível dado que o grande pilar económico da implantação portuguesa era, já nesta altura, o tráfico de escravos cujo rasto da proveniência se alargava para o interior do continente africano. A este respeito, Disney<sup>87</sup> assinala uma dicotomia socialmente relevante na sociedade portuguesa presente em Angola no final do séc. XVII: por um lado, a prosperidade das famílias portuguesas mais

---

<sup>84</sup> A.M. CALDEIRA, "Um triângulo conflituoso: relações comerciais da ilha de São Tomé com os reinos do Kongo e de Angola durante o Séc. XVI", 2011, pp. 671 -687.

<sup>85</sup> A.T. de MATOS, *O Império Colonial Português no início de século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995., p.184

<sup>86</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, pp.144-146

<sup>87</sup> *Ibid.*, p.146

ricas de Luanda dependia em grande medida do tráfico de escravos que chegava do interior, mas, por outro lado, os portugueses mais pobres viviam virados para o mar e para os serviços e produtos que por este meio podiam fazer chegar à cidade. A dilatação da “Fé e do Império” imortalizada nos versos de Camões foi uma preocupação real de Lisboa, afirmando Disney<sup>88</sup> que “Angola sempre foi considerada uma conquista espiritual e temporal. A expedição fundadora de Novais incluía vários jesuítas que depressa se lançaram na evangelização da população africana”. Este é um traço agregador da expansão portuguesa, do qual o Zambeze não é exceção.

Em Angola, tal como no Zambeze, foram feitas expedições militares e construídas fortalezas<sup>89</sup> com o intuito de conquistar e explorar minas, lembrando o sucedido na expedição de Barreto e Homem. A demanda mítica por estes recursos em ambas as costas faz parte de um desígnio comum, inspirado pelo sucesso castelhano na América do Sul. Nas duas costas este plano revelar-se-ia um fracasso no que concerne à exploração argentífera, marcando o séc. XVII uma separação da exploração económica dos dois territórios. Em Angola, a chegada em 1604 a Cambambe findou a ilusão da existência de extensas reservas de prata, passando o foco a ser principalmente a busca de escravos para o comércio atlântico<sup>90</sup>, dando continuidade à atividade iniciada pelos são-tomenses. Contrariamente a Moçambique, o tráfico de escravos marcou o ritmo da economia angolana desde a sua génese, explodindo com o crescimento da atividade no Brasil. Apenas no séc. XIX, com a pragmatização política dos ideais iluministas, a pressão internacional obrigou os traficantes a procurar alternativas ao comércio de escravos a partir de Angola, influenciando um aumento da procura no Índico.

\* \* \*

Conforme exposto, o modelo de concessão descrito nas regiões desabitadas, ou por explorar do Atlântico, enquadra-se juridicamente nas sesmarias típicas do período medieval, resultando de uma preocupação agrícola e com o povoamento. Comparativamente, no Índico, seria impossível fazer tábua rasa dos reinos africanos previamente instalados, tendo as concessões sido enquadradas juridicamente por uma

---

<sup>88</sup> *Ibid.*, p.145

<sup>89</sup> A.T. de MATOS, *O Império Colonial Português no início de século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas*, op. cit., p.197

<sup>90</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português*, Vol. II, op. cit., p.142

enfiteuse. Neste caso, a Coroa não cedia o direito sobre a terra, mas apenas a sua utilidade, por prazos limitados, mas renováveis, dando aos senhores a prerrogativa de cobrar direitos sobre as populações. Devido à sua proveniência assentar na negociação com os soberanos locais, estes regimes tiveram, naturalmente, uma maior permeabilidade à influência do costume enraizado no sudeste africano.

Na sua génese, o modelo dos prazos é dotado de outra diferença fundamental em relação à sesmaria atlântica. No Índico, as terras “serviam não só para recompensar os vassalos com as rendas recebidas das terras como também para enquadrar as populações africanas”<sup>91</sup>. Na costa oriental africana, as iniciativas para atrair reinóis foram ténues e votadas ao fracasso. A agricultura também não era a principal riqueza da atividade económica dos prazos, servindo apenas a sua subsistência. Desta forma, os dois pilares do fulcro da sesmaria esboroam-se, dando lugar a um processo próprio em que o senhor do prazo enquadra uma população de colonos livres e cativos, ambos africanos.

Conforme identificado por Carlos Mattoso Filipe<sup>92</sup>, nos territórios atlânticos, a concessão de terras por parte da Coroa foi uma forma de restringir um investimento direto de dinheiro do Estado no povoamento. A escassez de recursos é efetivamente uma razão válida que une os processos de sesmaria e enfiteuse dos dois lados do Cabo. Concluimos assim que para além das minudências jurídicas das duas formas de concessão dos bens da Coroa, a principal distinção entre os rios de Sena e o espaço atlântico materializa-se na relação com as populações locais. A mesma resulta na vertente oriental na acomodação aos modelos africanos vigentes e, na vertente ocidental, a uma imposição do modelo português.

Do ponto de vista social, tal como identificado por Isaacman, uma característica une todos os “transfrontiersmen”<sup>93</sup>, aqueles que viviam para lá da fronteira da sociedade ocidental nestas novas possessões: a aculturação. Refere-se o autor a uma aculturação num sentido desequilibrado, quase unilateral, em que o ocidental é absorvido pela cultura dominante. Estes *trans-raianos* são os pioneiros, nos sertões do Zambeze, do

---

<sup>91</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.580

<sup>92</sup> C.M. FILIPE, "Primeiro Contacto com Terras Brasileiras", art. cit., p.203

<sup>93</sup> A. ISAACMAN et B. ISAACMAN, "Os Prazeiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural", *Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, octobre 1991.

Brasil, em Angola e no caso dos lançados da costa da Guiné. O isolamento propiciou assim a adoção de aspetos práticos e rituais das populações locais, bem como a substituição geracionalmente progressiva de valores base. Um exemplo característico desta realidade no nosso objeto de estudo é a adoção generalizada da poligamia nos prazos distantes dos meios urbanos no vale do Zambeze.

Por último, na comparação com outros modelos de cedência territorial no império português, não podemos esquecer que o sistema de prazos dos rios de Sena resulta de uma transposição do regime que já vigorava na Índia, por congénita influência de ambos os territórios serem tutelados por Goa. A diferença nuclear do sistema de prazos em África relativamente a todos os outros anteriormente usados pela Coroa é o facto desta nada ter de seu para distribuir. Por outras palavras, a coroa limitava-se a confirmar *de jure* a cedência dos terrenos aos prazeiros, que na verdade os tinham conseguido no terreno junto das chefias africanas<sup>94</sup>. Esta é uma originalidade moçambicana, pois no caso das sesmarias, nas capitánias donatárias e no modelo vigente em Damão e Baçaim a coroa distribuía sempre pelos colonos algo que já possuía *a priori*<sup>95</sup>. Foi neste intuito que, conciliando o direito português com a prática muçulmana na região indiana, se aforaram os primeiros territórios aos homens que se notabilizaram no cerco de Diu<sup>96</sup>. Esta forma de penetração territorial maioritariamente assente na vontade, poderio e engenho individual dos pioneiros do sertão, desenharia as linhas mestras da forma de interação social que vigorariam nos Prazos da Coroa e que aprofundaremos de seguida.

---

<sup>94</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, p.174

<sup>95</sup> A. LOBATO, *Colonização Senhorial da Zambézia e Outros Estudos*, n.d., Junta de Investigações do Ultramar, 1962., p.104

<sup>96</sup> M.M. LOPES, "Goa: a simbiose luso-oriental", *art. cit.*, p.251

## **A sociedade dos prazos da Zambézia**

### **Enquadramento Administrativo**

A iniciativa da exploração do vale do Zambeze coube a comerciantes portugueses que seguiram o trato do ouro a partir de Sofala, em direção à sua origem no Monomotapa. Perante a evidência do estabelecimento desta comunidade e da rentabilidade do comércio no sertão, a Coroa seguiu a sua pegada dentro das suas possibilidades de organização e dos efetivos de que dispunha no terreno. Dado o cariz reativo das instâncias do Império, a análise da evolução da sua estrutura oficial ajudar-nos-á a enquadrar a presença portuguesa na região.

Do ponto de vista administrativo, a Coroa dotou Moçambique de uma estrutura que evoluiu ao longo do período em estudo, acompanhando por um lado as áreas de influência portuguesa, bem como a influência global da mesma no todo. Na sua génese, esta presença limitava-se a dois pontos-chave: Sofala como ponto litoral onde afluíam as rotas do ouro e a Ilha de Moçambique enquanto ponto fulcral da Carreira da Índia. Neste sentido, a primeira adaptação administrativa foi precisamente a aglutinação da administração destes dois pontos, passando a Capitania de Sofala, a designar-se Sofala e Moçambique, por diminuição da influência da primeira no cômputo geral. Esta alteração vigorou, grosso-modo, até ao último quartel do séc. XVII, para posteriormente assumir uma terceira designação que abrangia Moçambique e Rios de Sena, em virtude da povoação do Vale do Zambeze<sup>97</sup>. Mais do que a variação do título, que se revelou constante, interessa-nos a sua abrangência geográfica, visto que a mesma exprime, a cada momento, as áreas do território com um pulsar económico e social mais evidente. Neste caso, a Coroa portuguesa reconhecia a importância do sertão numa região onde até ao momento a tradição era meramente litoral.

Na região em estudo, para além da superintendência política do Capitão-General<sup>98</sup>, que residia na ilha de Moçambique, hierarquicamente respondia-lhe o

---

<sup>97</sup> C.f. E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.945

<sup>98</sup> Designação simplificada, visto que o mesmo cargo, mediante o mandato e época, poderia ainda ter as designações de capitão-mor, governador ou castelão

governador dos Rios de Sena, ou Tenente-General dos Rios<sup>99</sup>. Se o primeiro devia a sua importância política à localização da Ilha de Moçambique, e consequente utilidade para a Carreira da Índia, o segundo devia os seus poderes à importância económica do vale do Zambeze, nomeadamente ao comércio do ouro. Efetivamente, a hierarquia era muitas vezes apenas formal, dado que ambos recebiam instruções diretas do Vice-Rei da Índia, tendo o governador dos Rios de agir muitas vezes por iniciativa própria em temáticas urgentes como a justiça e a guerra. O domínio dos senhores sobre o Vale do Zambeze era tão grande que começaram a ocupar verdadeiramente a sua política<sup>100</sup> exercendo também os cargos públicos do aparelho administrativo da região, tais como capitão de Manica e Zumbo, e Capitão-mor das terras da Coroa.

Os extensos poderes do governador dos Rios prolongavam-se ao nosso objeto de estudo, podendo o mesmo atribuir prazos, subordinando esta questão diretamente ao vice-rei da Índia. Altamente alavancado pela exploração aurífera, o vale do Zambeze tornou-se a parte mais importante da África Oriental portuguesa, num século XVII que assistiu paralelamente à decadência da Carreira da Índia e consequentemente, da influência política da Ilha de Moçambique. Perante o desafio de povoamento da região, em 1635 a Coroa subordinou os Rios de Sena diretamente ao vice-rei, retirando-os da à superintendência da Ilha<sup>101</sup>. Contudo, esta situação duraria apenas até à reorganização administrativa de 1688, data em que voltaria a ser hierarquicamente dependente de Moçambique, apesar de manter, na prática, maior autonomia do que as outras capitanias da região.

No vale do Zambeze, o progresso rumo ao *hinterland*, e consequente empraçamento territorial, resultou na evolução da estrutura administrativa por forma a acompanhar o avanço populacional e a coleta de impostos. A este respeito, Alexandre Lobato<sup>102</sup> menciona que os *prazos* das diferentes regiões se agrupavam numa capitania-mor. Foi o que aconteceu nos três principais centros urbanos, a saber, Quelimane, Sena e Tete. Era este conjunto de capitanias que se encontrava sob a jurisdição do supracitado

---

<sup>99</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p. 24

<sup>100</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.211

<sup>101</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.26

<sup>102</sup> *Ibid.*, p.33



Governo dos Rios. O facto de a Coroa não ter meios, e por isso não tomar a iniciativa, conferiu aos senhores dos prazos não só poder económico como o poder administrativo no Vale do Zambeze tornando-se progressivamente parte da estrutura política, assumindo os cargos da mesma, confirmados pelas autoridades portuguesas e pelo Monomotapa.

O papel dos prazeiros evoluiu ao longo do período em estudo mediante o interesse da Coroa pela região e o seu poder efetivo para intervir na mesma. Desta forma, podemos genericamente assinalar dois períodos distintos. O primeiro período coincide com o final do século XVI e vigorará com poucas interferências por todo o século XVII. Nesta fase, os prazeiros teriam apenas a obrigação de pagar um foro à Coroa, prometendo ajudar a mesma com as suas forças bélicas onde fosse necessário, dispondo em contrapartida de amplos poderes administrativos e judiciais nos seus prazos, poderes esses conferidos pelas chefias africanas e confirmadas por Goa e Lisboa. Este foro foi inicialmente pago em géneros, como o milho, passando a ser pago em meticais de ouro a partir de 1633. De resto, a tendência para o pagamento do foro em ouro é uma característica que também encontramos nos prazos da Província do Norte<sup>103</sup>.

Numa segunda fase, já no século XVIII, as diplomáticas iniciativas da Coroa deram lugar a medidas musculadas no sentido de retomar a soberania sobre os territórios e o seu aparelho administrativo. Contudo, a Coroa estava muito condicionada pelos seus meios no terreno e uma estrutura administrativa delegada nos senhores nos rios, e votada à corrupção na Ilha de Moçambique. Como reconhece Hoppe, “o poder militar efetivo não pertencia às guarnições mas sim aos enfiteutas”<sup>104</sup>. Entre estes dois períodos, viveram-se anos conturbados que alteraram grandemente a geopolítica do vale do Zambeze português.

A independência administrativa de Moçambique face ao Estado Português da Índia surgiria em Abril de 1752 por decreto do rei D. José I. Esta medida foi equacionada várias vezes desde o séc. XVII, sendo posta em prática como forma de

---

<sup>103</sup> A. LOBATO, "Sobre os Prazos da Índia", *art. cit.*, p.463

<sup>104</sup> F. HOPPE, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal 1750-1777*, *op. cit.*, p.97

salvaguardar os interesses dos colonizadores da região<sup>105</sup>. Esta era uma separação eminentemente política, visto que o laço económico entre o sudeste africano e a Índia era inquebrável, estando Goa largamente dependente do negócio em África e, por sua vez, África dependente dos produtos indianos. Depois de um período alargado que alternou entre a falta de instruções políticas ou de governador-geral, a colónia estabilizou em 1765 com o governo de Baltazar Pereira do Lago. O final do séc. XVIII foi no entanto marcado por conflitos entre o poder sediado na Ilha de Moçambique e a pretensão de poder do governo dos Rios de Sena. Exemplo deste conflito é a carta de 1797, citada por Eugénia Rodrigues, em que o governador dos Rios, Francisco Lacerda, afirma “não estar disposto a executar qualquer ordem do governador-geral, não lhe reconhecendo jurisdição para além da mera inspeção do seu governo”<sup>106</sup>.

### **O território do Prazo**

A primeira característica que podemos associar à sociedade desenvolvida nos prazos do Zambeze, durante a presença portuguesa, é a sua matriz fortemente multicultural. Nos prazos concentravam-se grupos tão distintos como os portugueses, de diferentes origens geográficas e os seus descendentes, normalmente fruto de miscigenação, os africanos, de origens igualmente diversas, os comerciantes indianos, muçulmanos, as populações suaílis e, ocasionalmente, outros europeus, como os holandeses, que tentaram o trato direto com as populações locais.

Por diversas vezes ao longo deste estudo, referimos a natureza inóspita e periférica dos prazos no contexto imperial, pelo que é chegado o momento de descrever este espaço físico como forma de melhor enquadrar os seus ocupantes. Na sua face litoral, as Terras da Coroa tinham um território potencial que se estende desde a foz do atual rio Púnguè até Quelimane, concentrando-se sobretudo no delta do rio Zambeze, numa extensão total de 300 quilómetros. Nesta região litoral, a sul do Zambeze concentravam-se as possessões de área mais extensa. Num eixo no sentido noroeste, os

---

<sup>105</sup> C.f. A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit.

<sup>106</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.303

prazos concentravam-se numa faixa próxima da margem sul do rio Zambeze, afastando-se da costa em direção ao sertão por cerca de 450 quilómetros. No interior do continente os dois principais polos em redor dos quais se desenvolveram as propriedades dos senhores foram as áreas de Sena e Tete. O rio, um dos maiores da África Austral, tem uma extensão total de mais de 2.500 km, 900 dos quais no nosso âmbito de estudo, nomeadamente entre o Zumbo e a sua foz no Índico.

As Terras da Coroa viriam a estender-se ao longo desta zona, que reunia desde tempos imemoriais as condições essenciais à presença humana. O leito do rio a jusante de Tete podia atingir larguras de 5 a 10 quilómetros, sendo a região constituída por planaltos de altitude média que variam entre os 200 e os 500 metros<sup>107</sup>.

Este curso de água não era um mero marco fronteiriço entre reinos, mas a fonte de prosperidade de toda a região. Frei João dos Santos<sup>108</sup> atravessou a região no início do séc. XVII deixando uma relato pormenorizado da fauna e flora, comparando as enchentes do Zambeze com as do Nilo no Egito, como elemento decisivo para a fertilidade dos solos. O autor descreve o rio com um leito imenso que comportaria a existência de diversas ilhas, com chefias próprias, essenciais à logística dos barcos portugueses que faziam este percurso fluvial. O Zambeze era ainda um excelente meio de chegar ao sertão, garantindo a viagem de Quelimane a Sena entre 9 a 15 dias<sup>109</sup>, em meados do séc. XVIII, permitindo evitar a difícil orografia do delta do Zambeze que se estendia por 60 quilómetros<sup>110</sup> de costa onde confluem diversos rios de menor dimensão.

As próprias populações *cafres* das margens deslocavam-se até às embarcações portuguesas para lhes venderem fruta, vegetais e animais como galinhas, a preços bastante baratos, dada a abundância da terra. Ao longo do rio, além de uma grande variedade de peixe, intui-se pelo relato do clérigo uma diversidade de animais selvagens

---

<sup>107</sup> I.F. CASTELO, *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014., p.31

<sup>108</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989., pp.87-96

<sup>109</sup> F. HOPPE, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal 1750-1777*, op. cit., p.93; A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Senna do Anno de 1806*, op. cit., p.6

<sup>110</sup> I.F. CASTELO, *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, op. cit.

que tornariam a região perigosa como crocodilos, leões, hipopótamos e búfalos. Em termos de flora, a terra é bastante fértil, semeando as populações locais com grande facilidade a cana-de-açúcar para sustento próprio, mas sem a transformarem em açúcar. Por influência da costa e do meio fluvial, Truão<sup>111</sup> considera o clima favorável à agricultura sendo que “os calores não são insuportáveis senão a quem a eles não está habituado”.

Em extensão, um prazo poderia variar entre uma pequena unidade que se atravessaria em menos de um dia de caminho e as grandes propriedades que necessitariam de vários dias para serem cruzadas. A individualidade com que os prazeiros chegaram ao sertão e conquistaram o seu espaço, é uma característica que se perpetua ao longo do regime, criando espaços altamente personificados e uma identidade dificilmente generalizável. Em face desta característica, os prazos cresceram de forma assimétrica. Segundo Isaacman<sup>112</sup>, três fatores contribuíram para esta assimetria territorial: relacionamento político instável na região, conflitos constantes e um vazio de poder do lado português. Este vazio de poder resultaria por um lado no crescimento desproporcional dos detentores de maior influência e na sucessiva falta de acatamento das disposições legais do reino.

Em termos legais, o prazo delimitava a geograficamente a enfiteuse do prazeiro, que mediante a dimensão do mesmo instalava uma ou mais residências, chamadas *luane*<sup>113</sup>. Dentro do prazo compreendiam-se as aldeias dos colonos e, separadamente, as dos escravos, cada uma das quais com as suas plantações agrícolas. No caso dos prazos de maior dimensão, os mesmos comportavam as vias de comunicação terrestre que ligavam o sertão.

A Tabela n.º 1 identifica a distribuição de prazos pelas zonas de influência de Tete, Sena e Quelimane ao longo do período em estudo.

---

<sup>111</sup> A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Sena do Anno de 1806*, op. cit., p.6

<sup>112</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., p.19

<sup>113</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.789; segundo a autora, para além da casa do senhor, o “luane” compreendia os armazéns do senhor, a casa dos escravos e, em redor, o espaço agrícola cultivado pelos mesmos.

|                  | <b>1637</b> <sup>114</sup> | <b>1724</b> | <b>1806</b> <sup>115</sup> |
|------------------|----------------------------|-------------|----------------------------|
| <b>Tete</b>      | 53                         | 58          | 54                         |
| <b>Sena</b>      | 38                         | 33          | 31                         |
| <b>Quelimane</b> | 25                         | 12          | 15                         |
| <b>Total</b>     | 116                        | 103         | 100                        |

**Tabela n.º 1** Distribuição de prazos pelas regiões de influência dos principais centros urbanos

Numa sociedade vincadamente multicultural e isolada os processos de evolução social dão-se de forma endogâmica, sendo o comércio na região um fator com uma ampla influência nos grupos que a habitam. Aprofundemos a caracterização dos diferentes grupos sociais presentes na geografia em estudo.

### **O prazer**

Conforme exposto, ainda no séc. XVI, os primeiros comerciantes portugueses aventuraram-se no vale do Zambeze na senda do negócio do ouro do Monomotapa, seguindo o trilho das redes comerciais muçulmanas que desembocavam em Sofala. Nesta altura já alguns portugueses tinham sido “lançados” desde o início de quinhentos, facilitando a integração dos recém chegados nas redes locais. O primeiro destes homens terá sido António Fernandes<sup>116</sup>, deixado em Sofala aquando da viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia, sendo o primeiro europeu a contactar com os meandros do Monomotapa.

Estas primeiras iniciativas individuais veriam a sua posição reforçada pela base logística proporcionada pelas expedições militares realizadas na década de 1570. Esta seria uma iniciativa bélica isolada no contexto da expansão portuguesa na região. Estes territórios, já habitados e com sociedades africanas estabelecidas passaram para o jugo

---

<sup>114</sup> Os números referentes a 1637 e o período entre 1724 provém de *Ibid.*, p.383, pp.428-491

<sup>115</sup> A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Senna do Anno de 1806*, op. cit., p.24

<sup>116</sup> J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, op. cit., p.92

destes primeiros exploradores “não por conquista (...) mas por concerto e cessão amigável”<sup>117</sup>.

Os prazeiros foram sobretudo comerciantes. Essa era a sua prioridade e não a da atividade agrícola como se passava para além do sustento nas suas terras. Alexandre Lobato<sup>118</sup> aponta esta falta de preponderância da atividade agrícola como um desvirtuamento da instituição dos prazos. Desde logo, sendo a sesmaria uma instituição cuja origem favorecia o fomento agrícola, o prazo fica desvirtuado na sua essência por não ter pragmaticamente esse fim. E não tinha esse fim, por na prática o mesmo não se enquadrar nos pressupostos da região. Os prazos não desenvolveram a agricultura, porque o interesse económico estava na intermediação comercial com o interior africano, fora das Terras da Coroa. Era além dos prazos que estavam as minas e as feiras que realmente interessavam aos senhores. A produção agrícola não tinha valor para além da lógica de subsistência, dada a impossibilidade no terreno da grande exportação e um mercado interno de colonos africanos que já produzia para si próprio. Salvaguardemos no entanto, que apesar de não ser rentável de um ponto de vista económico como o ouro ou o marfim, a agricultura de subsistência assegurava a continuidade de um sistema de prazos socialmente frágil e que podia desmoronar perante a mínima contrariedade<sup>119</sup>, como veremos que aconteceu. O que transparece na interpretação de Lobato é que os contratos dos prazos, provavelmente por vício da experiência atlântica, contemplavam como eixo essencial o desenvolvimento agrícola, não estando o desvirtuamento no enquadramento legal do prazo, mas sim na sua prática.

Desta forma, podemos assinalar que em termos económicos os prazeiros tinham como atividades predominantes o comércio de marfim, o tráfico de escravos e a mineração, podendo ainda recolher tributos do campesinato. Genericamente, a principal cultura dos prazos era a do milho, pela sua preponderância na dieta africana. A agricultura destinava-se a sustentar a casa do prazeiro, incluindo os escravos domésticos

---

<sup>117</sup> S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, op. cit., p.111

<sup>118</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.177; J. CAPELA, *Moçambique Pela Sua História*, op. cit., p.74; Também Alpers refere a falta de interesse na produção agrícola intensiva no Zambeze, tendo como pano de fundo a justificação para a entrada tardia da escravatura nas atividades económicas dos prazos, E.A. ALPERS, "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)", art. cit., p.82

<sup>119</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.220

e o seu exército *achikunda*.<sup>120</sup> No decorrer do século XVIII um novo negócio de intermediação comercial, profundamente enraizado na face atlântica, ganharia peso na região: o tráfico de escravos. Todavia, é de realçar que as redes comerciais de escravos, das quais os prazeiros serviam com um dos elos de ligação, eram abastecidas por indivíduos maioritariamente recrutados fora da região dos prazos, comprados com a única finalidade de serem vendidos<sup>121</sup>. Curiosamente, os cativos dos senhores dos prazos exerciam uma panóplia de funções que se estendiam à representação comercial do senhor, pelo que, bastas vezes, eram os mesmos que iam ao *hinterland* comprar escravos para o tráfico para as ilhas do Índico francês e para a América portuguesa.

Seguindo o trilho aberto pela expedição militar, os *muzungos* originais eram, *latu sensu*, portugueses. Em termos de origem, estes muzungos provinham maioritariamente de Goa<sup>122</sup>. Estes indivíduos somavam a vantagem fundamental de terem uma ligação ao Malabar, fruto da qual poderiam desenvolver um comércio moçambicano, na altura altamente dependente desta região<sup>123</sup>. Funcionalmente, Pearson<sup>124</sup> identifica quatro tipos de portugueses que se dedicaram ao empreendedorismo comercial: os funcionários régios e clérigos, os «casados»<sup>125</sup>, na sua maioria antigos militares que se estabeleceram familiarmente, normalmente com mulheres africanas, os «solteiros» e, finalmente, mercadores europeus ou, mais comumente os seus representantes. Isaacman<sup>126</sup> completa com uma maior heterogeneidade, sugerindo que na génese, a Coroa não negaria a concessão territorial a classes sociais mais desfavorecidas como “pequenos comerciantes, oficiais menores, marinheiros arruinados, e um crescente número de degredados e outros párias sociais”.

---

<sup>120</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*

<sup>121</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII, op. cit., p.916*

<sup>122</sup> *Ibid.*, pp.735-737

<sup>123</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763), op. cit., p.175*

<sup>124</sup> M.N. PEARSON, "Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses", in F. BETHENCOURT et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, n.d., Lugar da História, 2010, pp. 93-114.

<sup>125</sup> Na definição de Capela, “os que não eram soldados”, J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos, op. cit., p.70*

<sup>126</sup> A. ISAACMAN et B. ISAACMAN, "Os Prazeiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural", *art. cit., pp.11-12*

Diferentes na sua origem, também o eram na sua prática no sertão sendo mais propensos à miscigenação e a acolher os modos de vida africanos.

O primeiro caso é particularmente relevante, visto que funcionários da administração e clérigos, apesar de fazerem parte da presença oficial portuguesa, tinham maioritariamente iniciativas comerciais próprias, sendo o enriquecimento dos governadores apenas a evidência mais explícita desta situação que se estendia a todos os níveis hierárquicos.

A presença europeia no interior do continente africano era maioritariamente masculina. Tendo em conta as suas escassas vias de comunicação, não será de estranhar que no final do século XVI existisse uma classe de *muzungos* mestiços, afro-portugueses e afro-indianos<sup>127</sup>. Assim, ao longo do tempo, a população mestiça ganhou terreno entre os prazeiros, esbatendo-se diferenças étnicas e religiosas. Evidentemente, com a passagem das gerações esta tendência tornou-se notória. No séc. XVIII donas da mais antiga elite zambeziana como as prazeira Inês Pessoa de Almeida Castelo Branco e Catarina de Faria Leitão, “eram descritas como mulatas muito escuras”<sup>128</sup>.

Na génese do modelo de prazos, podemos assinalar como padrão a morada fixa dos enfiteutas nos seus territórios. Esta realidade manteve-se constante enquanto os senhores se dedicaram maioritariamente à intermediação comercial do ouro e do marfim, dirigindo a partir do seu centro nevralgico toda a máquina comercial que dependia logisticamente do prazo.

Esta estruturação só seria alterada com a refundação do modelo económico da região, alicerçado no tráfico de escravos. Neste processo de mudança, identificamos dois fatores exógenos com ampla influência na transferência dos senhores para fora do seu território. O primeiro fator é o aumento da procura de escravos desencadeado pelas ilhas francesas do Índico. Este negócio sempre existiu na costa oriental africana, mas foi o aumento da procura externa que o levou a tornar-se no principal negócio do vale do Zambeze. Tal alteração teve repercussões políticas e sociais na estrutura portuguesa, e está intimamente ligada ao segundo fator identificado: a transferência da posse dos

---

<sup>127</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, p.312; J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos, op. cit.*, p104

<sup>128</sup> A. ISAACMAN et B. ISAACMAN, "Os Prazeiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural", *art. cit.*, p.16



prazos para a esfera de influência dos comerciantes da Ilha de Moçambique. Este movimento aproximou o sistema de prazos dos modelos atlânticos em que os capitães viviam fora da sua sesmaria.

Com a maturidade do regime de prazos, outra forma recorrente de ser senhor era personificada por figuras da elite portuguesa na Índia que combinavam o casamento com viúvas, ou herdeiras, de prazos no Zambeze<sup>129</sup>. Relatos do séc. XVIII<sup>130</sup> apontam para a criação de uma certa ociosidade destes senhores que fazendo convenientes casamentos primavam por um *status quo* de fidalguia, que nada associamos aos pioneiros do sertão que os antecederam dois séculos. Exemplo de outras proveniências menos expressivas eram os senhores vindos do reino e do Brasil.

Apesar de serem fruto de um complexo processo de miscigenação os prazeiros declaravam-se católicos, mantinham os seus nomes portugueses e diziam-se leais ao Rei de Portugal. De facto, demonstrar a sua origem afro-portuguesa era um dos pilares que garantia um papel social de domínio, concedendo-lhes poder negocial e identificação com a estrutura portuguesa e africana. Perante uma população cuja esmagadora maioria era africana, no quotidiano, os prazeiros apresentavam características culturais como a utilização de línguas locais para se exprimirem, participação em rituais de culto dos espíritos e na consulta de *ngangas*<sup>131</sup>.

Sobre a forma como estes pioneiros se foram estabelecendo no sertão, Alexandre Lobato é particularmente crítico quanto ao uso do termo «ocupação». Na sua obra “Colonização Senhorial da Zambézia e outros estudos”<sup>132</sup> o autor reitera que não existiu uma verdadeira ocupação no vale do Zambeze. Apesar dos senhores dos prazos dominarem politicamente a Zambézia, não existia um governo forte, porque não existia resistência organizada à presença portuguesa como noutros territórios do Império. A verdadeira política de ocupação é distinta dos prazos e surgiu apenas no final do século XIX dada a mudança no tabuleiro geoestratégico internacional. Até lá, existiu uma

---

<sup>129</sup> São exemplo deste movimento Manuel Gonçalves Guião, Manuel da Costa Lopes e Luís Serrão de Sousa, E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p. 741

<sup>130</sup> A.A. de ANDRADE, *Relações de Moçambique Setecentista*, op. cit., p.253

<sup>131</sup> Curandeiros

<sup>132</sup> A. LOBATO, *Colonização Senhorial da Zambézia e Outros Estudos*, op. cit., p.82

política de pacificação que favorecia os interesses comerciais dos senhores dos prazos que não tinham qualquer proveito na destruição das soberanias indígenas. Lobato refere que “os portugueses não entraram em Moçambique como guerreiros, mas como negociantes”<sup>133</sup>, o que na génese do modelo de prazos é uma verdade inegável, pelo carácter individual, e muitas vezes aventureira, das iniciativas. Em 1835, Sebastião Xavier Botelho, no enquadramento da sua memória estatística, confirmava esta tese ao afirmar “a conquista dos *cafres* não deve ser feita com ferro e fogo, senão com brandura; cativando-os com dádivas, e macias práticas; sendo a amizade, o bom trato, a boa-fé as únicas e próprias armas que convém arremessar contra eles para os vencer e dominar”<sup>134</sup>. O sertão africano é fértil em originalidades, dentro do contexto imperial português, por se tratar de um sistema altamente personalizado de parte a parte. A negociar o espaço, em constante interação encontramos os *prazeiros* a título particular e os senhores africanos, que não consubstanciavam uma unidade política, tal como conhecida na Europa, exigindo cada régulo um tratamento próprio<sup>135</sup>.

É legítimo questionarmos qual a razão para manter uma raiz portuguesa, se os senhores e o seu sustento estavam cada vez mais imbuídos no interior de África? Por um lado, encontramos razões sociais, como a ambição pessoal de serem reconhecidos no restrito grupo de aristocratas de matriz portuguesa do território<sup>136</sup>. Para além desta motivação, arriscamos afirmar que a sua matriz portuguesa seria um elo facilitador das relações comerciais com a Ilha de Moçambique e, conseqüentemente com a Índia e o comércio imperial basilar à sua prosperidade económica. Por outro lado, os *prazeiros* tinham frequentemente ligações familiares entre si, sendo esta uma garantia de manutenção de poder numa terra onde a dimensão do prazo era essencial para a sua sustentabilidade económica, que devidamente acautelada, traria a respetiva segurança por via da sua população e exército próprio.

Apesar da sua ligação comercial estreita com as rotas comerciais portuguesas, nomeadamente com a Ilha de Moçambique, a independência dos grandes senhores dos

---

<sup>133</sup> Ibidem, p. 82

<sup>134</sup> S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, op. cit., p.26

<sup>135</sup> A.A. de ANDRADE, *Relações de Moçambique Setecentista*, op. cit., p.54

<sup>136</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.212

prazos em relação à influência política de Lisboa era assinalável. Na costa ocidental africana, a coroa conseguia impor com alguma efetividade a sua vontade. Pelo contrário, no vale do Zambeze, os prazeiros após confirmarem o seu estatuto junto das autoridades portuguesas, tirando partido da sua ligação e influência sobre as chefaturas africanas, dificilmente entregavam o seu destino a outro interesse que não fosse a sua prosperidade individual. Caso paradigmático é o de Diogo Simões Madeira<sup>137</sup> que no início do século XVII interveio com o seu exército pessoal na guerra do reino de Caranga, sendo-lhe em troca concedidas as minas pelo Mwene Mutapa<sup>138</sup>. Em todo este processo, a intervenção da Coroa esteve largamente dependente da vontade e logística proporcionada pelo prazeiro e não o inverso. Neste caso específico, que é paradigmático, o Monomotapa vendo o seu poder ameaçado, pediu ajuda aos representantes da Coroa em Sena que o encaminharam para um privado, Diogo Simões Madeira. Este, em nome de vários mercadores da região, aceitou a ajudar o Monomotapa a troco da cedência das suas minas ao rei português<sup>139</sup>, minas essas que exploraria pelo rei como seu vassalo. Trata-se de um jogo semântico e burocrático que, de forma mais ampla, simboliza o próprio sistema de prazos: um conjunto de terras negociadas, ou conquistadas, por particulares, cuja concessão real portuguesa apenas oficializa.

Esta distância entre a vontade da Coroa e a realidade, cria as condições para um desvirtuamento da instituição do prazo, apontado por Lobato<sup>140</sup>. Legalmente sempre se tentou limitar o tamanho dos prazos, mas na prática, como em tantos outros campos, os trâmites legais era abandonados em proveito do quotidiano dos senhores no sertão. De um ponto de vista pragmático, não seria possível limitar o crescimento em área dos territórios, porque o poder e interesse dos mesmos advinha da sua extensão e da quantidade de *cafres* que conseguisse albergar. O prazo não poderia ser visto como uma simples propriedade agrícola, aproximando-se mais de um “distrito”<sup>141</sup>, de dimensão

---

<sup>137</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", *art. cit.*, p. 162

<sup>138</sup> Imperador do Monomotapa

<sup>139</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, p.141

<sup>140</sup> *Ibid.*

<sup>141</sup> S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, *op. cit.*, p.264

extensa o suficiente para serem necessários vários dias para o atravessar. Este território albergava várias povoações africanas, que obedeciam a um *fumo*.

As consecutivas disputas entre o poder dos senhores dos prazos e a administração oficial portuguesa foram um dos principais obstáculos à criação de uma verdadeira ocupação oficial do território. Um exemplo concreto desta situação, é-nos oferecido pelo governador Francisco de Lacerda e Almeida, que ao requisitar cativos aos senhores dos prazos, se deparou consecutivamente com a sua fuga, deixando para trás os mantimentos que deveriam carregar. Segundo o diário do próprio, “é de notar que é muito antigo, e ainda está em prática o uso destas derramas de *cafres* entre pessoas que têm prazos da Coroa, quando eles são necessários para o real serviço”<sup>142</sup>.

No vale do Zambeze, estes senhores eram o elo de ligação entre o mundo português, africano e mesmo asiático<sup>143</sup>. Neste sentido, se de um ponto de vista português tinham o usufruto de terras cedidas por um contrato legal, perante a população africana, os *prazeiros* tinham de se impor no dia-a-dia enquanto chefias de um sistema económico-social.

### ***A relação com as estruturas africanas e a miscigenação***

A Coroa portuguesa concedia o direito dos senhores aos prazos, sendo esta relação essencialmente jurídica, e acarretando funções militares e económicas no terreno. Não obstante, o seu quotidiano encontrava-se ligado a África e ser prazeiro implicava importantes funções sociais junto do seu campesinato nativo, como é exemplo a execução da justiça e das funções rituais. Segundo Ernesto Vilhena, para a população, o prazeiro era “o amo, juiz, tutor de todos os atos da sua vida, e até o chefe que os conduzia aos combates”<sup>144</sup>. Mais do que uma verdade absoluta, esta afirmação identifica a extensão das funções do enfiteuta junto das estruturas locais presentes no seu terreno.

---

<sup>142</sup> F.J. de L. e ALMEIDA, "Diário da Viagem da Vila de Tete, Capital dos Rios de Sena, para o Interior de África", *art. cit.*, p.87

<sup>143</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, *op. cit.*, p.213

<sup>144</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, *op. cit.*, p.8

Os prazeiros e a sua família constituíam a cúpula de um sistema social do qual a esmagadora maioria da população era africana. Neste âmbito, conforme desenvolveremos em maior pormenor, dentro do prazo coexistiam essencialmente dois grupos sociais distintos: os colonos livres e os cativos. Cada um destes grupos gozava de uma hierarquia própria com a qual os senhores se relacionavam de forma diferente.

Relativamente às condições de índole comportamental, Lobato<sup>145</sup> afirma que “ali queriam-se cabos-de-guerra, homens de manha, de política e de audácia, gente de ânimo forte para pôr os escrúpulos de lado”. Este era o *modus operandi* dos *muzungos* que lhes permitia uma inserção eficaz na sociedade africana, mas também a ligação com as distantes autoridades oficiais portuguesas. Esta inclusão na sociedade africana seria feita nos seus diversos níveis hierárquicos. Perante os colonos e os escravos o senhor teria de se impor implacavelmente, mostrando a sua capacidade como administrador do território e das suas gentes. Por outro lado, junto das chefaturas, nomeadamente dos *amambos* e dos *af’umus*, o senhor estaria ligado através de um «casamento simbólico»<sup>146</sup>, do qual fazia parte a entrega de ofertas mútuas, replicando os rituais próprios das chefaturas africanas.

Com a criação de uma sociedade afro-portuguesa na extensa região do vale do Zambeze, para além da vertente económica e política, os portugueses entraram no seu xadrez social desempenhando funções como a aplicação da justiça. Esta atribuição, concedida pelo Monomotapa visava mediar os conflitos entre régulos, evitando a violência na região, sendo os portugueses conhecidos como juízes “isentos e justos”<sup>147</sup>. Desta condição, mais do que o enaltecimento das qualidades inatas dos portugueses interessa-nos discernir um verdadeiro entrosamento social onde os portugueses deixavam de ser elementos externos, para serem reconhecidos como uma parte do todo, participando dos seus rituais. Da mesma forma, parece-nos que dificilmente este poder judicial era concedido para usufruto despótico por parte dos senhores, atentando à dificuldade que tinham em exercer a sua autoridade, por exemplo, na coleta de impostos

---

<sup>145</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.174

<sup>146</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique : The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., p.29

<sup>147</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p. 139

e em influenciar nas escolhas das novas chefaturas africanas. Isaacman<sup>148</sup> esclarece a este respeito, não haver evidência dos prazeiros terem tentado reestruturar a estrutura de poder africana, ou retirar os seus chefes. Em vez disso, criaram a sua própria estrutura paralela, tendo por base os seus cativos. Acrescenta Lobato sobre esta temática que “a população africana obedece ao seu *mambo* que governa tradicionalmente, sem interferência do senhor que exerce um poder distante, a não ser que o prazeiro contraia casamento com uma filha do rei”<sup>149</sup>, situação que o autor considera rara.

A relação entre os prazeiros e as populações africanas não é um assunto unânime para a historiografia. Observemos, por exemplo, a descrição da História de África da Unesco, que refere que “os prazeiros eram conhecidos pela brutalidade com que tratavam os africanos de sua convivência, servidores voluntários ou submetidos”, complementando esta afirmação com a natureza das relações diplomáticas com os estados limítrofes dos prazos “com o objetivo confesso de explorar os seus recursos humanos”<sup>150</sup>. Esta declaração de poder dos senhores recorrendo indiscriminadamente à violência, parece alicerçada numa conceção do modelo de exploração de comércio puramente escravagista do final do séc. XVIII. Esta visão não é representativa de todo o território em estudo, e não é apanágio de toda a prática que vigorou no regime de prazos do Zambeze na sua génese e amadurecimento.

Alexandre Lobato<sup>151</sup> exprime uma visão mais matizada, expondo o argumento de ser impossível aos senhores dos prazos manter a população nos seus territórios em condições de violência e coação. Esta tese assenta na premissa base de que a generalidade da população africana dos prazos era livre e via no *prazeiro* um elemento de estabilidade social. Lobato admite, no entanto, a violência, fora dos prazos, mas apenas como meio de defesa das rotas comerciais portuguesas e, normalmente, como forma de retaliação de ataques conduzidos por *cafres*.

---

<sup>148</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique : The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902, op. cit.*, p.24

<sup>149</sup> A. LOBATO, "Prazos da Zambézia", *art. cit.*, p.15

<sup>150</sup> K.M. PHIRI, O.J.M. KALINGA et H.H.K. BHILA, "A Zambézia do Norte: a região do Lago Malauí", *art. cit.*, p.746

<sup>151</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763), op. cit.*

Em termos económicos, os prazos interessavam aos prazeiros como via comercial que sustentava o incremento da sua fortuna pessoal. No entanto, em termos políticos a sua autoridade neste espaço é bem mais difusa<sup>152</sup>. Apesar de retirarem legitimidade política às chefaturas locais, não a conservaram, pertencendo a mesma à Coroa e às suas estruturas locais a partir do momento em que o prazo lhes era concedido. Este tipo de aforamento, mais do que tirar uma soberania que os régulos já não possuíam, servia para que os mesmos a não pudessem retomar. Do ponto de vista político, por forma a assegurar a sua legitimidade junto das estruturas tradicionais africanas, era frequente que o senhor português desposasse as filhas dos chefes africanos<sup>153</sup>, tornando-se a chefia incontestada do território perante os seus colonos. Ao proceder desta forma, os senhores do vale do Zambeze ofereceram-se à africanização. Aqueles que viviam mais distantes dos centros urbanos, geração após geração, ficaram mais próximos das práticas africanas do que das portuguesas.

Ao contrário do isolamento propiciado pela insularidade da Ilha de Moçambique, no sertão africano criou-se uma verdadeira sociedade *afro-portuguesa* fruto dos contactos com as populações dos reinos que ocupavam o vale do Zambeze e territórios adjacentes. Se a Ilha de Moçambique, mesmo sendo uma escala principal na Carreira da Índia, já era um território inóspito e remoto, imagine-se o interior do sertão africano com as vias de comunicação existentes no século XVI. Desta forma, os portugueses que se fixaram nesta região foram verdadeiros agentes de miscigenação com as populações locais. Referindo-se às comunidades mercantis no oriente africano, Pearson<sup>154</sup> afirma que a distinção pela etnia e religião perdeu preponderância “devido à miscigenação com os autóctones, que deu origem a uma população de mestiços que se foi integrando cada vez mais nas sociedades locais”.

Em termos étnico-geográficos, Bethencourt<sup>155</sup> identifica uma “maior influência sobre a população Tonga, onde [os afro-portugueses] desposaram mulheres da elite,

---

<sup>152</sup> *Ibid.*, p.178

<sup>153</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", *art. cit.*, pp.767-769; A. ISAACMAN, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902, op. cit.*, p.30

<sup>154</sup> M.N. PEARSON, "Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses", *art. cit.*, p.108

<sup>155</sup> F. BETHENCOURT, "Configurações Políticas e Poderes Locais", *art. cit.*, p.227

mobilizaram a mão-de-obra e organizaram exércitos privados”. Esta miscigenação é identificada pelo autor como uma pedra angular da integração portuguesa nas chefaturas locais, situação que viria a ser reconhecida pelo sistema de Prazos. José Capela considera o processo de miscigenação na região da Zambézia “uma miscigenação física e cultural sem paralelo”<sup>156</sup>, quando comparada tanto com o restante Império português, como com outros impérios coloniais europeus. O autor sublinha que este processo é único pela participação determinante dos escravos e dos provenientes do Indostão português, eles próprios, fruto de miscigenação anterior.

Vários fatores essenciais contribuíram para a miscigenação no Vale do Zambeze. O primeiro fator é de ordem demográfica e assenta no facto de ser rara a deslocação de mulheres europeias para o sertão africano, por motivos de distância geográfica e falta de salubridade do terreno e da viagem. O segundo fator é de ordem política e consiste na procura ativa por parte dos impulsionadores da expansão para o hinterland de mulheres africanas nos mais altos estratos sociais da região, como forma de criar alianças e ganhar territórios. Esta tendência repetiu-se observando-se no séc. XVIII uma prevalência de casamentos com mulheres irmãs ou filhas da estrutura de poder africana. Os dois aspetos conjugados resultam na “prevalência de mulheres mestiças nos estratos superiores da sociedade dos Rios de Sena”<sup>157</sup>. Em termos totais, em 1735, os mulatos representavam 60% da população de Sena e Tete, subindo este número para os 76% em 1802<sup>158</sup>.

Uma condição mais transversal a todo o mundo português que contribuiu para a interculturalidade das sociedades sobre o seu domínio foi a matriz religiosa ibérica. Enquanto nos territórios protestantes haveria uma separação racial mais estrita<sup>159</sup>, no cristianismo ibérico a religião absorvia algumas tradições locais, permitindo pragmaticamente a miscigenação como forma de entrosamento nas sociedades locais. Acrescente-se que nesta região, a maior dedicação do clero ao comércio do que à

---

<sup>156</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p. 12

<sup>157</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.771; A. ISAACMAN et B. ISAACMAN, “Os Praiseiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural”, art. cit., p.16

<sup>158</sup> *Ibid.*, p.18

<sup>159</sup> J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, op. cit., p.87



cristianização das populações contribuiu para a ausência de um enquadramento europeu das famílias dos prazos. No sertão era frequente o analfabetismo e a prevalência dos dialetos locais sobre o português.

Os senhores dos prazos estavam profundamente enraizados nas matrizes africanas. Os prazeiros mais do que estarem rodeados por esta cultura, eram parte integrante da mesma, utilizando, por exemplo, os dialetos locais para se exprimirem. A título de curiosidade, mas ilustrando o que dizemos, a sua integração no mosaico cultural da Zambézia era tal que Newitt<sup>160</sup> refere que os feiticeiros chegavam a conversar com estes senhores depois de mortos, tal como faziam com os nativos na sua tradição. Desde o final do século XVI que a maior parte do território da baixa Zambézia e, consequentemente, muitos dos seus habitantes eram controlados por portugueses e afro-portugueses. A questão dos afro-portugueses não é de menor relevância neste contexto, pois com a miscigenação vigente, proporcionada por uma sociedade em certa medida obrigada a uma endogamia pelo isolamento, em poucas gerações estes indivíduos ganhavam traços fisionómicos e culturais Bantus<sup>161</sup>. Alguns, em paragens mais remotas chegavam mesmo a enjeitar a sua raiz portuguesa numa africanização completa.

Este processo levou naturalmente a absorção das práticas culturais locais, sendo a que mais espantou os observadores estrangeiros do séc. XIX, a poligamia, nomeadamente na forma de poliginia. Mesmo que não racionalizada como tal, esta prática cultural é funcionalmente imprescindível no âmbito político da região, sendo os casamentos múltiplos um suporte imprescindível à legitimação do poder do prazeiro<sup>162</sup> e à constituição de uma rede integrada de alianças. Assim, a poligamia e o concubinato acabaram por se enraizar entre os senhores dos prazos, gerando os “patrícios”, mestiços de negras com europeus ou canarins, indivíduos culturalmente híbridos com forte dominância do elemento africano. Estes eram, por sua vez, eram polígamos assumidos,

---

<sup>160</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, *op. cit.*, p.216

<sup>161</sup> Isaacman descreve em pormenor a africanização de duas famílias provenientes de Goa, os Pereira e os Cruz em A. ISAACMAN et B. ISAACMAN, "Os Praiseiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural", *art. cit.*

<sup>162</sup> *Ibid.*, p.28

adotando este aspeto do sistema social africano onde viviam num processo de socialização<sup>163</sup> onde os marcos cristão eram inexistentes.

Como já mostrámos, para lá do Cabo da Boa Esperança o domínio territorial estava longe de ser o modelo seguido pelos portugueses nas suas possessões. Stuart Schwartz<sup>164</sup> enfatiza que “apenas em alguns locais se desenvolveram propriedades fundiárias (aforamentos) sendo as mais impressionantes os prazos ao longo do rio Zambeze, na África Oriental onde detentores e instituições se africanizaram como uma espécie de governantes locais”. Esta região contraria inclusivamente a tendência histórica da expansão portuguesa em África que teria estagnado na segunda metade do século XVII com exceção da região do Zambeze<sup>165</sup>.

O crescimento em contra ciclo desta região, relativamente ao império, deve-se de facto à mestiçagem da sua população<sup>166</sup>. Em termos demográficos este facto é lógico e inevitável, apesar de não ser uma instrução planeada pela coroa. A mestiçagem revela mais que tudo a capacidade de adaptação portuguesa perante a falta de alternativas na consolidação da sua posição. Esta era uma condição essencial de sobrevivência social num território onde outros credos e proveniências se instalaram, antes e depois da chegada portuguesa.

### *As donas*

No contexto da presença portuguesa na África Oriental a originalidade das *donas dos prazos* merece uma referência especial. A africanização das sucessivas gerações de senhores dos aforamentos régios punha em perigo a influência da Coroa, sendo necessário o incremento populacional de matriz portuguesa. A solução encontrada passou por medidas de incentivo à deslocação de mulheres para o terreno e a via de sucessão feminina dos prazos<sup>167</sup>. Sendo este incentivo uma realidade, não foi a regra no

---

<sup>163</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique : The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., pp.61-63

<sup>164</sup> S.B. SCHWARTZ, "A Economia do Império Português", art. cit., p. 32

<sup>165</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", art. cit., p.164

<sup>166</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, op. cit., p.158

<sup>167</sup> *Ibid.*, p.214

sistema como ecoará de uma leitura superficial das fontes. A História de Moçambique de Péliissier<sup>168</sup> é exemplo paradigmático de tantas outras obras que afirmam a sucessão por via feminina como característica definidora dos prazos, desde a sua génese.

Vigorando o sistema de prazos desde o final do séc. XVI, esta via de sucessão apenas foi implementada na década de 1670, não sendo a predominante mesmo a partir dessa data, nem sendo uma originalidade no contexto imperial português. Mais uma vez, tal como na origem do modelo, encontramos nesta evolução legislativa o paralelo com a Índia portuguesa, sendo decretada a obrigação da nomeação em filha da segunda vida do prazo, ainda com a condição de casamento com português reíno<sup>169</sup>. Naturalmente, tal medida foi contestada no terreno, sendo de difícil a sua aplicação prática plena.

Ao tecer as regras do jogo, o poder central tentava mitigar a sua manifesta falta de controlo a nível político, característica com a qual não se debatera no Atlântico. Assim, na sucessão eram privilegiadas pela lei as filhas do casal em detrimento do filho varão sendo, teoricamente, a terra concedida por esta via a um casal europeu que garantisse o seu sustento agrícola e presença no mesmo. Este conjunto de condições aparentemente simples tem algumas particularidades fruto da época e região em que as mesmas decorrem. A primeira decorre da proveniência geográfica dos cônjuges, visto que face à distância e meios da época, seria impossível imaginar esta medida aplicada de forma literal<sup>170</sup>. Assim, efetivamente, o principal meio para aplicar a mesma seriam os portugueses da Índia. Estes colonos reuniam ainda outra condição essencial, que seria o músculo financeiro de base para se estabelecerem em terreno tão inóspito, com a sua *entourage*, garantindo a sua origem uma ligação providencial com uma das principais moedas de troca no sertão: os tecidos indianos. Por outro lado, não se pretendia um aproveitamento agrícola no sentido da sesmaria europeia, mas antes uma agricultura quase de subsistência, por forma à fixação populacional em regiões tão distantes do litoral. Não esqueçamos que o principal sustento económico do prazo eram as redes

---

<sup>168</sup> R. PÉLISSIER, *História de Moçambique - Formação e Oposição 1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994., p.80

<sup>169</sup> A. LOBATO, "Sobre os Prazos da Índia", *art. cit.*, p.465

<sup>170</sup> C.f. A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, pp. 169-183

comerciais, sendo necessária alimentar uma vasta população de trabalhadores livres e não-livres que materializavam os intentos comerciais do prazeiro.

José Capela descortina uma proveniência das *donas* anterior às medidas institucionais de incentivo ao povoamento levadas a cabo pela Coroa. A *dona* mais antiga que o autor identifica data de 1648<sup>171</sup>, não sendo goesa, ou reinol. Esta senhora deslocou-se para a região sertaneja fruto de um dote oferecido pela Coroa, sendo mestiça. O autor tem uma leitura particularmente astuciosa no que concerne às donas do Zambeze, apontando ainda como evidência da sua origem mestiça, o pedido de reforço de soldados do lugar-tenente dos Rios, Gaspar Lacerda, que dispensava o envio de mulheres, pois os soldados as encontrariam entre as nativas. Assim, segundo Capela, as donas mestiças e negras eram a regra<sup>172</sup>, não se descortinando traços de fisionomia europeia entre as mesmas.

Como vimos, apesar da sua originalidade, as Donas do Zambeze não tiveram duas características essenciais que lhe costumam ser apontadas: não foram consequência direta de um esforço continuado de Lisboa em povoar a costa oriental africana com europeus, visto que as mesmas pertenciam a linhagens mestiças ou exclusivamente africanas; por outro lado, esta não foi uma imposição legal, mas sim um incentivo, e vigorou apenas de forma consistente a partir do último terço do séc. XVII. A imposição só surgiria, por iniciativa do governo da Ilha de Moçambique em 1799<sup>173</sup>, como forma de favorecer a retirada de terras aos antigos foreiros, a favor dos traficantes de escravos que atuavam a partir da capital. Por último, esta não é uma originalidade africana.

Desde logo, podemos identificar a sua origem no âmbito da legislação destinada à Província do Norte<sup>174</sup>, e não especificamente para o sudeste africano, sendo a sua transposição fruto de uma administração conjunta centralizada em Goa. Por outro lado, embora prevista na lei, não parece ter uma aplicação prática maioritária, visto que entre

---

<sup>171</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, *op. cit.*, p.73

<sup>172</sup> J. CAPELA, "Como as Aringas de Moçambique se Transformaram em Quilombos", *Revista Digital Tempo*, 2005, pp. 70-97., p.74

<sup>173</sup> E. RODRIGUES, "As Donas de Prazos do Zambeze. Políticas Imperiais e Estratégias Locais", *op. cit.*, p.29

<sup>174</sup> L.F. THOMAZ, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", *art. cit.*, p.235; L.F.D. ANTUNES, "A persistência dos Sistemas Tradicionais de Propriedade Fundiária em Damão e Baçaim (século XVI)", *art. cit.*

1692 e 1751<sup>175</sup> as cartas de aforamento demonstram que 50% das sucessões foram efetuadas por livre nomeação e apenas 31% por nomeação em filha. A autora não nega a tentativa institucional de atrair população atribuindo prazos a mulheres, assistindo-se inclusivamente a um acréscimo de donas na segunda metade do séc. XVIII. Na viragem para o século XIX, 65% dos prazos estaria em posse de mulheres. Não obstante, sublinha a investigadora que a lei, no caso específico do Zambeze, era um incentivo, mas não uma imposição. José Capela acrescenta que apesar do incentivo se destinar primariamente a mulheres reinóis “de todas as donas conhecidas nenhuma consta com origem na europa”<sup>176</sup>.

Os relatos que nos chegaram sobre as donas do Zambeze estão longe de mostrar mulheres frágeis e confinadas a um papel social típico da Europa da época. Sebastião Botelho<sup>177</sup> relata a história do prazo de Chironde, onde uma “matrona de ânimo varonil”, chamada Maria da Maia, capitaneou um exército de escravos até à corte do rei local, destruindo tudo à sua passagem para vingar a vida do seu marido. O rei enviou-lhe a cabeça do responsável pela morte do falecido, e doou-lhe o prazo de Chironde. Não menos impressionante é o oposto caso dos sucessos de dona Inês Gracias Cardoso que perseguiu e feriu o marido, que era ex-governador de Macau, semeando a confusão ao longo do Zambeze até se ver destituída das suas terras pelo Governador-Geral<sup>178</sup>.

Muitos dos prazos foram geridos por homens que, independentemente da sua origem africana, europeia ou asiática, eram muitas vezes casados com mulheres africanas. Segundo Newitt<sup>179</sup> os senhores originários de Portugal poderiam ser cadastrados, fazer parte do aparelho administrativo imperial ou exercer atividade comercial. Já no caso dos indianos eram cristãos de Goa, na sua maioria soldados ou comerciantes. Como se incentivava a via de sucessão matrilinear, havia uma grande competição para contrair matrimónio com as herdeiras dos maiores prazos. Um traço

---

<sup>175</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit.

<sup>176</sup> J. CAPELA, *Moçambique Pela Sua História*, op. cit., p.72

<sup>177</sup> S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, op. cit., p.138

<sup>178</sup> C.f. A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.180

<sup>179</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.211

social importante, e de alguma forma apreendido das sociedades locais, é a possibilidade da poligamia, quer masculina, quer feminina, havendo no entanto um cônjuge principal. Os filhos resultantes de relações extraconjugais, com a população africana, eram aceites na família dos *muzungos*.

No século XVIII, a necessidade de elementos femininos nestes territórios era tal que na impossibilidade de ter mulheres reinóis dispostas a ir para a África Oriental, planeou-se a deslocação de chinesas de Macau para casarem com indianos e portugueses nos rios de Sena. Apesar de serem os pais ou maridos a exercer o poder no dia-a-dia, a influência das mulheres é assinalável podendo por viuvez, contrair novas núpcias e unir o poder de dois prazos. Mais raro, mas existente é o caso de donas que controlam os seus próprios exércitos<sup>180</sup>. No caso dos citados casamentos por conveniência, de homens exteriores à cultura africana, as prazeiras por serem originárias da Zambézia, habitualmente conheciam melhor a cultura local do que os seus maridos, sendo mais respeitadas pelas populações africanas.

### **Terras de ordens religiosas**

Uma pequena percentagem dos prazos do Zambeze era detida por ordens religiosas. Este é mais um exemplo da distância entre o enquadramento legal e a realidade regional, visto que por lei a concessão estava vedada às mesmas.

A origem da presença missionária na costa oriental africana é tão antiga quanto a instalação da administração oficial portuguesa. Capela reconhece-lhes uma missão conjunta com os exércitos de dilatar território e a fé cristã<sup>181</sup>. As duas ordens que se impunham na região eram a jesuíta e a dominicana, tendo esta segunda sido pioneira na Ilha de Moçambique e a primeira ao longo do Zambeze. A missão Jesuíta foi dramaticamente mal sucedida, culminando com a morte de Gonçalo Silveira na corte do

---

<sup>180</sup> *Ibid.*, p.213

<sup>181</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., pp.160-162

Monomotapa<sup>182</sup>, tendo sido este martírio uma das razões para as referidas expedições de Barreto e Homem na década de 1570.

Tal como no caso da maioria dos comerciantes que se estabeleceram na região, também o clero encontrava a sua principal fonte de recursos humanos em Goa<sup>183</sup>. Sobre esta evolução no início de seiscentos, Maria Bastião refere que “a Ilha tornou-se o centro coordenador das ações de missionação levadas a cabo na costa oriental africana. Sobretudo jesuítas e dominicanos que dali acompanharam o movimento de territorialização empreendido pela Coroa portuguesa na região do Zambeze, fundando igrejas ao longo do vale”<sup>184</sup>. Neste contexto, nos rios, antes da constituição legal do regime de prazos, foi concedido à ordem Dominicana pelo Capitão um território junto a Sena em 1582<sup>185</sup>. A justificação da posse de prazos por parte de ordens religiosas, seria garantir o sustento próprio das missões no terreno<sup>186</sup>, tendo este imperativo prático superado a ilegalidade deste tipo de concessão.

Sobre o papel de missionação propriamente dito a prudência leva-nos a não interpretar literalmente os relatos da época, na sua maioria feitos por clérigos. Frei João dos Santos afirmou ter batizado em quatro anos 694 pessoas em Sofala, tendo batizado ainda 117 em Tete, num único ano. Noutro relato, autores dominicanos asseguram a conversão de 20 mil pessoas, tratando-se de um exagero retórico<sup>187</sup>, para uma ordem que não teve mais do que três dezenas e meia de representantes entre 1577 e 1700<sup>188</sup>. Estes números, quando verdadeiros, resultavam de exercícios superficiais, como o hábito jesuíta de converter o soberano local para que em seguida toda a população se

---

<sup>182</sup> M. LOBATO, "Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma Religioso no Norte de Moçambique nos Séculos XV a XIX", in *Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, Lisboa, 2012., p.3

<sup>183</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.177

<sup>184</sup> M. BASTIÃO, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", op. cit., p.12

<sup>185</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.367

<sup>186</sup> E. RODRIGUES, "As Donas de Prazos do Zambeze. Políticas Imperiais e Estratégias Locais", op. cit., p.18

<sup>187</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p.163

<sup>188</sup> M. LOBATO, "Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma Religioso no Norte de Moçambique nos Séculos XV a XIX", op. cit., p.7

convertesse. As estimativas atuais refutam os números otimistas dos relatos de época, apontando para cerca de 6 mil cristãos a viver em toda a região de Moçambique em 1722, decaindo este número para 2 mil no último quartel do mesmo século<sup>189</sup>, altura em que haveria cerca de 35 mil muçulmanos.

Lobato<sup>190</sup> encontra para a falta de eficácia da missão cristã uma explicação social, sendo os sistemas de alianças familiares africanos politicamente mais eficazes em contexto de poligamia. A esta explicação acrescenta-se uma tendência para a maior mobilização dos clérigos na materialização da luxúria e da concentração de riqueza do que para a missionação<sup>191</sup>.

Apesar de alguns esforços para espalhar a fé cristã, Capela<sup>192</sup> afirma que contrariamente ao relatado, por imperativos da miscigenação, a Zambézia foi sempre um território maioritariamente pagão, sendo mais os portugueses a converterem-se às crenças locais do que o inverso. Isaacman<sup>193</sup> corrobora esta teoria ao referir que em 1812 das 50.000 pessoas que constituíam a população em Tete, apenas 259 eram cristãos africanos ou mestiços, e só 18 eram colonos!

Apesar de uma ação missionária pouco efetiva, no domínio da gestão territorial as ordens religiosas mostravam-se tão ou mais eficazes que os particulares. No caso dos jesuítas, eram um exemplo raro de boa gestão agrícola. Em termos de administração o seu modelo era em tudo semelhante aos prazeiros, dispondo de escravos para funções similares, como o comércio, policiamento, caça e guerra e tributando a atividade agrícola dos colonos livres<sup>194</sup> que habitava os seus terrenos. Na Tabela n.º 2 discriminamos o número de escravos por ordem religiosa, no início de setecentos.

|              | Jesuítas | Dominicanos |
|--------------|----------|-------------|
| Rios de Sena | 5.100    | 1.400       |

---

<sup>189</sup> *Ibid.*, p.10

<sup>190</sup> *Ibid.*

<sup>191</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit.,

<sup>192</sup> *Ibid.*, p.13

<sup>193</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique : The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., p.47

<sup>194</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p.166



|                       |       |       |
|-----------------------|-------|-------|
| <b>Feira do Zumbo</b> | -     | 1.600 |
| <b>Total</b>          | 8.100 |       |

**Tabela n.º 2: N.º de cativos das ordens religiosas no Zambeze no início do séc. XVIII<sup>195</sup>**

As ordens religiosas comportavam-se como senhores do sertão, possuindo casas e igrejas nos principais pontos portugueses dos rios, prazos com colonos e cativos, tal como os senhores e uma ambição de riqueza assinalável. Esta ambição levaria o Monomotapa a denunciar no fim de seiscentos o abuso dominicano no negócio das minas<sup>196</sup>, atividade essa bem patente na presença de escravos dominicanos no Zumbo, assinalada na Tabela n.º 2. Exemplo desta faceta, mais comercial que missionária, é o dominicano Pedro da Trindade, conhecido em meados do séc. XVIII pelas suas várias minas de ouro, 30 mulheres e 1500 escravos!

Perante este poder, à semelhança dos prazeiros, a relação entre as ordens religiosas e o poder político era turbulenta. O Governador-Geral não tinha oficialmente influência no mundo religioso, só podendo interferir se a atividade missionária interferisse com a ordem pública<sup>197</sup>. As principais temáticas causadoras de discórdia eram o batismo de escravos, a relação com os muçulmanos e a doação de terras a ordens religiosas.

### **Servos e Cativos**

A questão da escravatura na sociedade do vale do Zambeze assume um elevado grau de complexidade, sendo polémica a sua interpretação historiográfica. Esta é uma das questões mais fraturantes relativamente à temática dos prazos. A multiplicidade de visões sobre o tema criou ao longo dos tempos um saudável leque de ângulos de abordagem ao mesmo. Os fatores mais relevantes para a diversidade de opiniões proporcionadas assentam na distinção entre trabalho servil e escravatura e na liberdade de deslocação de que gozariam as alegadas populações cativas. Somam-se a estes pontos as diferentes tipologias de escravos presentes no prazo, não podendo a sua

---

<sup>195</sup> *Ibid.*, p.165

<sup>196</sup> *Ibid.*

<sup>197</sup> A.A. de ANDRADE, *Relações de Moçambique Setecentista*, op. cit., p. 69

existência ser vista numa lógica de simples mercadoria, tendo como finalidade a mera traficância, ou um enquadramento de trabalho braçal intensivo.

O fulcro desta questão inicia-se na sua definição pelo que nos interrogamos: afinal o que é a escravatura? David Turley traça a visão do senso comum ocidental da qual um estudo científico se deve distanciar, pois a memória histórica apresenta “a figura de origem africana debruçada a trabalhar numa plantação de cana-de-açúcar ou de algodão”<sup>198</sup>. Embora esta visão corresponda a uma realidade objetiva, não poderá ser interpretada como possuidora das características absolutas de todos os géneros de escravatura, despindo o conceito, e a análise, de uma compreensão abrangente.

A escravatura pode ser identificada em sociedades tão díspares como o período pré-clássico, a europa medieval e as sociedades muçulmanas do Médio Oriente e África. Dentro desta diversidade, existem exemplos históricos de sociedades onde os escravos assumiram funções conotadas atualmente com o papel de grupos socialmente mais influentes. A definição da Convenção da Liga das Nações de 1926 descreve a escravatura enquanto o “estatuto ou condição de uma pessoa sobre a qual são exercidos qualquer um ou todos os poderes relativos ao direito de propriedade (...) uma extensão da vontade de terceiros, sem que houvesse necessidade de lhe conceder quaisquer direitos, praticamente sem qualquer reconhecimento de valor humano”<sup>199</sup>. Perante esta definição surge a necessidade de a distinguir de outras formas de trabalho não livre, especialmente a servidão. Embora partilhe algumas características com o escravo, o servo não tem todas as suas especificidades achando-se, por exemplo, limitados os seus serviços pela lei ou pelo costume, estando ligado patrimonialmente à terra que trabalha, tendo maiores oportunidades de constituir e sustentar família, vivendo numa terra onde era considerado um nativo. Acrescente-se às características do servo enumeradas por Turley<sup>200</sup>, a possibilidade de se oferecer ao serviço do senhor em troca de uma dívida, que caso se perpetuasse no tempo, sem uma definição clara da forma como poderia ser liquidada, degeneraria em escravatura.

---

<sup>198</sup> D. TURLEY, *História da Escravatura*, Alfragide, Editorial Teorema, 2002., p.13

<sup>199</sup> *Ibid.*, p.20

<sup>200</sup> *Ibid.*, p.22

No que concerne à temática social em análise, a nomenclatura dos grupos africanos que habitam o prazo assume toda a relevância, visto revelar condições distintas no seu quotidiano e nas relações que constrói na sua integração na sociedade do mesmo. Desta forma, não podemos concordar com a proposta de Eugénia Rodrigues quando afirma que “os cativos eram genericamente denominados «chikundas» (...) ou *cafres*”<sup>201</sup>. Efetivamente, a referida imagem do trabalho intensivo que chegou aos nossos dias não se aplicaria à generalidade das tarefas no prazo, visto que a agricultura não era uma fonte de rendimento com expressão na África Oriental portuguesa, não sendo praticada a cultura intensiva tendo em vista a exportação. A agricultura que era feita servia a subsistência e tinha origem maioritária nos colonos livres africanos. Assim, teremos que aprofundar as diferentes tipologias sociais criadas na região de modo a compreender o modelo da escravatura existente na mesma.

Quanto à sua origem, é irrefutável que, tal como na restante África, a posse de cativos era já uma prática comum antes da chegada portuguesa. *Amambos* e *af’umus*, bem como as figuras mais proeminentes das suas sociedades, tinham o costume daquilo a que Isaacman apelida de “domestic Slavery”<sup>202</sup>. Não obstante, os *muzungos* criaram duas importantes inovações, inauditas na região. A primeira, e mais estrutural foi o recrutamento de uma estrutura de mão-de-obra africana paralela à dos colonos livres, que servia os interesses do prazeiro, materializada na figura dos *achikunda*. Estes provinham de grupos etnográficos diversos<sup>203</sup>, maioritariamente a norte do Zambeze. A segunda foi a pragmatização de uma resposta sistematizada à procura crescente de mão-de-obra cativa, iniciando proveitosas rotas comerciais para o tráfico de escravos no decorrer do séc. XVIII. Pelas suas profundas implicações a nível social, detenhamo-nos um pouco no aprofundamento dos dois fenómenos.

Não restam dúvidas que nos prazos existia uma panóplia de atividades que eram executadas por um conjunto de indivíduos cuja liberdade se encontrava total ou

---

<sup>201</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.789

<sup>202</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique : The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., p.47

<sup>203</sup> A. ISAACMAN et D. PETERSON, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 36, n° 2, 2003, pp. 257-281., p.261

parcialmente coartada. Perante as já elencadas definições de Turley, a maior questão historiográfica reporta à condição dos chamados *achikunda*, visto que tanto a *domestic slavery* como os indivíduos traficados se enquadram inquestionavelmente na categoria de escravos. No caso dos *achikunda*, a sua definição enquanto escravos parece ser a que melhor se aplica, tendo em conta a premissa base destes indivíduos serem vistos enquanto uma propriedade adquirida por um senhor, fazendo parte dos circuitos escravagistas intra-africanos que alimentavam a região. Mesmo nas temporadas em que o clima se mostrava mais inclemente e os indivíduos livres se ofereciam como servos, na prática negociavam a sua permanência perpétua ao serviço do senhor<sup>204</sup>.

Ao contrário de Newitt e Alexandre Lobato, não negamos desta forma a sua categorização dos *achikunda* enquanto escravos, na medida em que na sua génese estava o reconhecimento enquanto propriedade de outrem. Contudo, será fácil ser enredado pela armadilha interpretativa constituída por uma mundividência de um período pós-iluminista, em que a liberdade e igualdade de todos é um facto constitucionalmente inabalável nas sociedades ocidentais.

No quotidiano nas Terras da Coroa parece mais ponderado aproximar funcionalmente estes indivíduos de algumas características da servidão, distinguindo-os dos verdadeiros cativos, sobre os quais elaboraremos posteriormente. Os *achikunda* gozavam de um estatuto diferente, desempenhando uma multiplicidade de tarefas das quais se destacavam as funções como soldados, caçadores, administradores dos prazos e mercadores profissionais<sup>205</sup>. A sua condição servil era, ironicamente, uma garantia para os mesmos, pois enquanto se encontravam sob tutela de um senhor, não poderiam ser comercializados, tendo autonomia para formar as suas próprias aldeias, separadas das dos colonos, originando assim um novo grupo populacional na Zambézia.

No que reporta à questão em análise, denota-se uma tendência para bipolarização do discurso, toldando muitas vezes uma narrativa ponderada sobre a instituição escravagista. Como exemplo, Lobato aborda a temática demasiado impaciente por refutar as teses decadentistas, optando por uma postura de quase branqueamento da escravatura. Outros autores optam por generalizar que os prazos

---

<sup>204</sup> *Ibid.*, p.263

<sup>205</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*

eram maioritariamente habitados por escravos. Ambas as teses pecam pelo exagero da generalização e essencialmente falham por analisar a escravatura no sudeste africano numa ótica da escravatura de coerção e trabalho pesado sul-americana, que enforma na imagem do escravo que subsistiu até aos nossos dias. Naturalmente, nem Lobato descobriu este regime produtivo, por ser inexistente neste contexto específico, nem outros autores a refutaram dada a entrada da região no tráfico massivo de escravos no final do séc. XVIII.

No sudeste africano a escravatura e a servidão tinham um enquadramento próprio, intrincado nas regras sociais vigentes. Existe um diferencial imenso entre a realidade dos *achikunda* e os milhões de almas que atravessaram o Atlântico rumo às plantações e à mineração americana. É esta diferença entre as práticas da escravatura que conduz os autores a uma falta de alternativa interpretativa que permite a Lobato considerar os *achikunda* livres<sup>206</sup>, enquanto Isaacman<sup>207</sup> os considera cativos, sem que nenhum dos dois esteja totalmente certo ou errado, mas sim desenquadrados. José Capela<sup>208</sup> é o autor com a visão mais ponderada, ao apontar a tradição historiográfica de separar, dicotomicamente, escravos e senhores, não abrindo espaço para o conceito de “escravatura patriarcal”, bastante diferente da destinada à mera produção ou exportação. Tradicionalmente, esta era o tipo de escravidão encontrada, a que arrancava brutalmente o indivíduo, e a sua família, do seu enquadramento social original, mas compensava-o pela “inclusão simétrica”<sup>209</sup> num novo sistema que garantia a sua subsistência. Este, tal como muitos outros, é um traço social que mostra o enraizamento dos *prazeiros* na sociedade africana.

Os *achikunda* do vale do Zambeze enquadravam-se na escravatura tradicional africana, prévia à expansão europeia, senão vejamos:

*“Há uma grande diferença entre a escravatura tradicional tal como praticada há séculos em África e a escravatura “moderna”*

---

<sup>206</sup> A. LOBATO, *Colonização Senhorial da Zambézia e Outros Estudos*, op. cit., p.111

<sup>207</sup> A. ISAACMAN, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, vol. 27, n.d., University of Venda, 2000., p.115

<sup>208</sup> J. CAPELA, *Moçambique Pela Sua História*, op. cit., p.28

<sup>209</sup> J. CAPELA, *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2002.

*que os europeus vão impor aos negros. Na própria África, a condição do escravo que trabalha nas terras de um mais poderoso do que ele difere pouco da de qualquer camponês livre. Excetuando alguns casos isolados é até benigna. O escravo tem o direito de casar e criar os seus filhos. É proprietário da sua casa e dos seus próprios assuntos. Não é maltratado sem razão*<sup>210</sup>.

Racionalmente, não seria sensato os *prazeiros* fornecerem massivamente armas a este grupo social, se não tivessem razões suficientemente fortes para confiar na sua lealdade. Este argumento é reforçado pelo facto da própria Coroa proibir durante a maior parte do período em estudo o comércio de armas com as populações livres, sendo as mesmas introduzidas, clandestinamente por outros europeus. O vínculo escravagista não seria com certeza a melhor forma de assegurar esta confiança mútua, o que nos leva a uma nova questão: qual a razão para *muzungos* recrutarem estes africanos, quando dispunham de colonos livres? A resposta parece estar precisamente na confiança, assente no compromisso social da escravatura tradicional africana, visto que a cedência territorial das chefaturas não constituía garantia suficiente para a construção do poder dos senhores do Zambeze, se não fosse acompanhada por uma estrutura de poder paralela personificada nos *achikunda*. Não esqueçamos que as mesmas chefaturas africanas não desapareceram com o surgimento dos *prazeiros*, tendo uma influência considerável sobre as populações livres que constituíam os prazos, e sendo um manifesto exagero dizer que senhores os substituíram totalmente. No caso desta cedência total, qual a razão para a continuação da sua existência? Desta forma, os senhores confiavam aos *achikunda* o desempenho de tarefas, no intuito de velarem pelos interesses da sua propriedade, controlando os colonos livres<sup>211</sup>, equilibrando assim as forças no delicado tabuleiro social zambeziano. Estes abraçaram a tarefa, ansiosos por mostrar a sua superioridade face aos colonos, manifestando-o através de uma linguagem própria que incluía expressões portuguesas, efetuando tatuagens rituais e usando uma indumentária diferenciada<sup>212</sup>. Esta é a grande diferença destes guerreiros

---

<sup>210</sup> C. DELACAMPAGNE, *História da Escravatura*, Lisboa, Texto & Grafia, 2002., p.101

<sup>211</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., p.32

<sup>212</sup> A. ISAACMAN et D. PETERSON, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", art. cit. p.270

para outras fórmulas similares existentes em África: a sua dedicação a um senhor e não a um estado<sup>213</sup>.

Isaacman e Peterson<sup>214</sup> afirmam taxativamente os *achikunda* enquanto escravos, explorando a fundo a criação e manutenção da identidade guerreira deste grupo social, que assim se diferenciava dos africanos livres. Esta cultura foi construída geração após geração, unindo-os em torno de ritos culturais comuns que na senda do seu dia-a-dia valorizavam a coragem individual e, naturalmente, denegriam a fraqueza<sup>215</sup>. Este grupo tinha desdém pelo trabalho agrícola, considerando esse trabalho para mulheres e para os seus escravos. Esta última característica é especialmente definidora do seu grupo social por representar um corte tanto com as suas origens setentrionais, como, e principalmente, com os outros africanos que habitavam os prazos. Outra quebra com a sua proveniência é circunstancial e manifesta-se na passagem extremamente rápida de uma matriz social matrilinear para a patrilinear. Os autores reconhecem que, embora na condição de cativos, o senhor lhes proporcionavam um garante de estabilidade e o acesso a condições que não alcançariam de outra forma. Estas condições incluíam terras, constituição de família, produtos valiosos como panos e armas, e a posse de escravos próprios capturados na guerra e principalmente, a prerrogativa de não poderem ser vendidos enquanto o senhor fosse vivo<sup>216</sup>.

A população africana que servia o senhor exercia uma panóplia de funções no quotidiano que se espelhavam na sua hierarquia social. Estes cativos viviam em assentamentos próprios<sup>217</sup>, separados dos colonos livres, chamados *butaka*. Sendo responsáveis por impor a vontade do senhor dentro do prazo, incluindo a liquidação de impostos<sup>218</sup>, não será de espantar que a relação com os colonos livres fosse conflituosa.

---

<sup>213</sup> *Ibid.*, p.259

<sup>214</sup> *Ibid.*

<sup>215</sup> *Ibid.*, pp.267-268

<sup>216</sup> A. ISAACMAN, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, *op. cit.*, p.113

<sup>217</sup> A. ISAACMAN et D. PETERSON, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", *art. cit.*, p.263

<sup>218</sup> A. ISAACMAN, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, *op. cit.*, p.111

O *mukazambo*<sup>219</sup> era o líder da povoação *achikunda*, sendo responsável por manter a ordem, aplicar a justiça e tomar a iniciativa na recuperação de foragidos. Seguia-se-lhe na hierarquia o *chuanga*<sup>220</sup>, que excecionalmente vivia nas aldeias dos colonos com a missão de observar e reportar o comportamento dos chefes tradicionais e garantir a correta tributação das populações. Os *achikunda* formavam verdadeiros exércitos que variavam em dimensão conforme o tamanho e população do prazo, dividindo-se em grupos de dez homens chamados *nsaka*. Cada um destes grupos era comandado por um *sachikunda*.

Esta era a estrutura construída pelo *prazeiro* com o intuito de manter a ordem no prazo e assegurar a sua defesa. Para além das tarefas estritamente militares, esta hierarquia estendia-se à própria administração do prazo<sup>221</sup>, tanto na sua componente intrínseca de produção, como nas relações comerciais e com as chefaturas africanas. José Capela, embora opte por considerar estes grupos como cativos, faz uma distinção mais exata dividindo entre os que se dedicavam às rotas comerciais e tarefas administrativas, designados *muçambazes* e os *achikunda* que se dedicam a todas as tarefas que incluem armamento, como a guerra, policiamento e a caça<sup>222</sup>. As caçadas incluíam a captura de elefantes para a extração de marfim com a finalidade de ser exportado. Tendo em conta a distinção supramencionada, as caravanas comerciais dos senhores eram formadas por elementos mistos tendo os representantes dos senhores na figura dos *muçambazes* e a proteção da mesma pelos *achikunda*.

A estrutura hierárquica dentro do grupo de escravos era complexa, tendo o senhor maior influência na escolha das chefias do que no caso dos colonos, mas não podendo exercer um poder discricionário sob pena de enfrentar revoltas. Ao contrário de outras geografias, os senhores do Zambeze estariam condicionados pelo costume da

---

<sup>219</sup> A. ISAACMAN et D. PETERSON, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", *art. cit.*, p.264

<sup>220</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", *art. cit.*, p.770; ao longo da descrição da hierarquia social do prazo, Bhila considera toda a população como escrava, algo que consideramos uma generalização errada; A. ISAACMAN, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, *op. cit.*, p.33

<sup>221</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, *op. cit.*, pp.793-798, p.804, p.895; J. CAPELA, *Moçambique Pela Sua História*, *op. cit.*, p.73

<sup>222</sup> *Ibid.*, p.73



sociedade local na coerção física dos seus cativos, sendo raro o castigo direto envolvendo, por exemplo, o chicote. O principal castigo era, efetivamente, a venda do escravo nas redes transoceânicas do tráfico<sup>223</sup>.

Conforme referido, divergentemente, Malyn Newitt<sup>224</sup> afirma que os *achikunda* seguiam livremente o senhor que garantisse maior distribuição de pilhagens, tendo ainda como vantagem a certeza de poderem constituir família. No caso dos *achikunda*, o autor não tem dúvidas em substituir o termo escravo por “cliente”. Na mesma linha de pensamento, citemos, Alexandre Lobato<sup>225</sup> com a sua opinião sempre relevante em matérias relacionadas com a África Oriental: “a verdade, a insofismável verdade, é que os negros que habitavam os prazos eram homens livres. A prestação de serviços não se confunde com a escravidão”. Esta conclusão de Lobato é apenas ferida por um dos seus fundamentos, nomeadamente, o de que seria sempre agradável ao negro ir à guerra, fazendo-o de bom grado<sup>226</sup>, visto que, em nosso entender, não expõe o autor características suficientes sobre o dia-a-dia no sertão africano que nos façam intuir nesse sentido.

O já referido armamento dos *achikunda* e o envio dos servos em representação do senhor para territórios longínquos, mostram que os mesmos teriam o poder quantitativo e bélico, bem como bastas oportunidades para se revoltarem ou, pura e simplesmente, debandarem. No entanto, não parecem as teses de Lobato e Newitt estarem totalmente corretas. Os factos que lhes subjazem demonstram-se verdadeiros, mas a sua interpretação não nos leva a concluir a liberdade dos *achikunda*, mas sim a sua inscrição na escravatura tradicional africana, e dos seus moldes sociais próprios. Perante esta realidade, a condição de escravo não assenta num juízo de valor, nas suas funções, na sua posição na hierarquia social, que em muitos aspetos se superiorizava aos africanos livres, mas tão-somente no seu vínculo com o senhor. Por aquisição, captura, ou por submissão voluntária, os *achikunda* eram propriedade de outrem, sendo por isso inequivocamente escravos.

---

<sup>223</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit.

<sup>224</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.205; p.217.

<sup>225</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.179

<sup>226</sup> *Ibid.*

Todavia, esta conclusão não invalida a presença de outras tipologias de escravos nos *prazos* a servirem diferentes interesses dos enfiteutas. É incontestável a sua compra e captura pela guerra<sup>227</sup>, mas maioritariamente com o objetivo de integrarem as rotas do tráfico negreiro. Esta atividade marcaria uma presença muito mais assídua na economia dos prazos a partir da expansão da procura escravagista já no séc. XVIII. O primeiro impulso para este novo negócio seria dado fortuitamente em 1721<sup>228</sup> por ocasião de um ataque pirata ao navio onde viajava o conde da Ericeira, acabando o mesmo por ser recebido na Ilha de Reunião, uma possessão francesa a Este de Madagáscar, onde escreveu uma carta de recomendação endereçada ao governador da Ilha de Moçambique.

Este comércio era contudo ilegal, dada a proibição régia da entrada de navios estrangeiros nos portos moçambicanos. Esta foi uma regulação pouco observada por alguns governadores como, Tolentino de Almeida e Pereira do Lago, que seriam coniventes com este proveitoso negócio. A este propósito, Edward Alpers cita a prodigiosa fortuna conseguida por Pereira do Lago ao permitir o negócio direto com os franceses, apesar da sua ilegalidade. “By the time of his death, in June 1779, the slave trade in Mozambique was an ingrained institution in the economic life”<sup>229</sup>. Em termos estritamente oficiais era contabilizada uma média anual de cinco mil e quatrocentos escravos<sup>230</sup> a sair de Moçambique, entre 1786 e 1794. Dado o lucro deste negócio e a quantidade de intervenientes envolvidos, a economia informal deveria fazer subir substancialmente este número. Perante esta realidade, altamente alavancada com a diversificação dos destinos a partir do séc. XIX, naturalmente, houve impactos na sociedade dos prazos.

Relativamente ao interior africano, em termos quantitativos, tal como a restante demografia da região os números de que dispomos são parcos e só surgem com alguma fiabilidade no decorrer da segunda metade do séc. XVIII. Isaacman aponta para a

---

<sup>227</sup> Segundo Eugénia Rodrigues, a larga maioria dos escravos eram obtidos através de transacção comercial com os povos Maraves a norte do Zambeze E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.864; Allen Isaacman, citado pela autora, aponta que 85,4% dos escravos provinha de território Marave

<sup>228</sup> E.A. ALPERS, "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)", art. cit., p.86

<sup>229</sup> E.A. ALPERS, *Ivory and Slaves in East Central Africa*, Los Angeles, University of California Press, 1975., p.150

<sup>230</sup> *Ibid.*, p.185

presença de 33 mil escravos<sup>231</sup> presentes na região em 1759. Em 1766, São identificados cerca de 28 mil escravos<sup>232</sup> distribuídos pelos prazos das regiões de Quelimane, Sena, Tete e a feira do Zumbo. Este número não é suficientemente densificado nas fontes, incluindo-se nele todas as tipologias que temos vindo a descrever. Nestes números destaca-se a região de Sena onde viviam entre 15.760 e 15.950, mais de metade do número total de escravos. O número de cativos e a dimensão dos terrenos eram bastante díspares, estando os dois vetores intimamente associados, contribuindo e simbolizando o poder dos senhores. A título de exemplo, José António Araújo e Lima possuía entre 20 a 30 escravos em Quelimane, um número irrisório quando comparado com os cerca de 6 mil de D. Inês Castelo Branco, em Sena<sup>233</sup>.

Para todos os africanos, mesmo numa condição de servilidade, os territórios sob administração portuguesa eram mais benéficos do que os de chefaturas puramente africanas, pelo acesso a bens e à possibilidade de uma construção social própria sem o risco da escravidão pura. No século XVIII, perante as adversidades criadas por sucessivas secas havia inclusivamente nativos a oferecerem o seu trabalho servil em troca das condições que já explicitámos. Espantosamente, alguns chegariam a ter o seu próprio séquito de escravos tornando-se, segundo Newitt, mais ricos que o seu senhor<sup>234</sup>. Nesta senda, segundo indicam as fontes<sup>235</sup>, a forma mais comum dos prazeiros juntarem mão-de-obra à sua propriedade era efetivamente os indivíduos que se entregavam ao serviço do senhor, ultrapassando o seu quantitativo os números alcançados por aquisição a norte do Zambeze e na guerra. Os homens livres entregavam assim a sua liberdade, e da sua família, tanto como forma de pagamento de dívidas, execução de justiça ou, mais comumente, em nome da sobrevivência em épocas de fome ou epidemias.

---

<sup>231</sup> A. ISAACMAN, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, op. cit., p.112

<sup>232</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.763-764

<sup>233</sup> C.f. *Ibid.*

<sup>234</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., p.217

<sup>235</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p.194; E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.865

Os já referidos *achikunda* eram um bom exemplo da situação descrita. Estes movimentavam-se em grupos procurando as regiões com maior prosperidade agrícola da sua região, reforçando o poder dos prazos. Esta estirpe guerreira garantia o sustento comercial do prazo, a sua ordem interna e a defesa face ao exterior. Contudo, podiam fazer o movimento inverso em épocas de seca e fome, transformando-se em grupos diletantes independentes, agindo para seu próprio proveito, contrariando mais uma vez a tese que os mesmos seriam meros escravos dos senhores.

Uma ressalva importante tem de ser feita neste âmbito. No final do séc. XVIII o comércio de escravos assumiu um papel de charneira na economia do Zambeze, marcando necessariamente evoluções na sua estrutura social. Na última década de setecentos são apontadas grandes deserções, fugindo *achikunda* e colonos para territórios de outros prazos, ou para fora da zona das Terras da Coroa, provocando uma queda generalizada da produção, grandes fomes, e formando em alguns casos verdadeiros Quilombos<sup>236</sup>. Segundo os dados apresentados por Alexandre Lobato<sup>237</sup>, em meados do século XVIII o comércio de escravos estava ainda longe do seu auge, sendo somente a terceira maior exportação. Em valor absoluto seria cinco vezes menos proveitoso que o ouro e sete vezes menos que o marfim. As médias foram progressivamente subindo, afirmando Newitt que “antes da década de sessenta, o comércio de escravos a partir da Ilha de Moçambique parece não ter ultrapassado os mil indivíduos por ano. [...] Nos anos setenta, os franceses exportavam mil e quinhentos escravos anuais a partir de Ibo e Moçambique”<sup>238</sup>.

No século XIX entramos numa fase de decadência generalizada, em que Capela e Medeiros afirmam que ninguém estaria a salvo pois “os senhores capturavam escravos e colonos, indiscriminadamente para a exportação”<sup>239</sup>. Os números da Tabela n.º 3 ilustram este cenário:

---

<sup>236</sup> Em Moçambique, a formação de povoações fortificadas de africanos foragidos tomava o nome de *aringa*; José Capela, seguindo interpretando os achikunda enquanto escravos prefere utilizar a conotação brasileira com a instituição escravagista, optando pelo termo “quilombo”; J. CAPELA, "Como as Aringas de Moçambique se Transformaram em Quilombos", *art. cit.*, p.77

<sup>237</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*

<sup>238</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, *op. cit.*, p.229

<sup>239</sup> J. CAPELA et E. MEDEIROS, *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720/1902*, Maputo, Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, Imprensa Nacional de Moçambique, 1987., p.34

| Ano  | N.º Escravos exportados |
|------|-------------------------|
| 1794 | 467                     |
| 1796 | 602                     |
| 1806 | 1.484                   |
| 1816 | 3.381                   |
| 1820 | 5.040                   |
| 1832 | 5.601                   |

**Tabela n.º 3 - Escravos exportados a partir do Zambeze (1794-1832)<sup>240</sup>**

Esta alteração é transversal a toda a sociedade: os colonos podiam ser capturados como escravos, mas os senhores que o ordenavam não eram os mesmos que durante gerações se tornaram parte da sociedade local, mas sim comerciantes do Índico português. Acreditamos que muitas das afirmações de poder despótico dos senhores e a falta de liberdade africana fundam na generalização historiográfica deste período que, adicionalmente, se encontra mais bem documentado e encontra um paralelo maior com a realidade conhecida no Atlântico. No entanto, quando surgiram os primeiros prazos no séc. XVII a relação entre os senhores e as populações que habitavam os povoamentos a sul do Zambeze seriam bastante mais harmoniosas.

### **Chefaturas e Colonos africanos**

#### ***Reinos do vale do Zambeze***

Dada a extensão do território em estudo, que se projetava seguindo o rio Zambeze por mais de quinhentos quilómetros, não nos podemos confinar política e socialmente ao estudo da relação entre portugueses e o povo africano, sob pena desta conter uma visão demasiado redutora. De facto, estudamos a relação entre portugueses e

---

<sup>240</sup> A. ISAACMAN, "The tradition of resistance in Mozambique : anti-colonial activity in the Zambesi valley 1850-1921", in *Mozambique : the africanization of a European Institution, the Zambesi Prazos, 1750-1902*, London, Heinemann, 1976., p.6

diversas sociedades africanas<sup>241</sup>. A análise dos reinos que cederam espaço físico aos prazos, rodeando-os e fazendo parte dos mesmos, abarca consideráveis dificuldades de sistematização, pelas razões que passamos a elencar. Em primeiro lugar, encontramos uma dificuldade metodológica, pela falta de fontes primárias africanas, sendo o estudo largamente suportado por fontes da época predominantemente portuguesas. Um segundo motivo relaciona-se com as fronteiras serem predominantemente sociais<sup>242</sup>, não havendo limites políticos claramente demarcados, tal como as conhecemos em igual período no mapa europeu. Estes dois motivos conjugados obrigam a alicerçar o estudo do mapa político da região numa mundividência europeia, habituada a fronteiras geográficas que, neste caso, não existiam. Naturalmente, este fator não significa que não existissem zonas limite de atuação que se identificam com cada povo, mas as mesmas assumiam um cariz de influência principalmente social e tributária, ao invés de uma tradição jurídica ou de demarcação raiana.

Para a dimensão de determinado reino concorriam constantemente fatores de fidelidade dos povos que lhe prestassem vassalagem, bem como a própria instabilidade do mesmo, normalmente ligada a linhas de sucessão divergentes. Neste âmbito, não são incomuns os movimentos territoriais de determinados reinos, bem como o movimento dos seus centros nevrálgicos e o florescimento de novas entidades políticas. Toda esta realidade se torna mais complexa atendendo às subdivisões próprias da hierarquia das chefaturas africanas. Não deixaremos, contudo, de caracterizar os povos que pela sua interação e dimensão se mostraram mais significativos para o nosso objeto de estudo, elencando características comuns de interação nos prazos.

Dada a extensão da área em estudo, observemos que os territórios que rodeavam os prazos da Coroa, e que lhe cederam lugar, eram diversos e pertencentes a diferentes reinos, com seus costumes próprios. No início do séc. XVII, podemos intuir pelo relato de Frei João dos Santos<sup>243</sup> que no litoral, a sul dos prazos situava-se o reino de Quiteve, que outrora fez parte do Monomotapa. Este reino alongava-se desde a região de Sofala

---

<sup>241</sup> Alexandre Lobato afiança ser fácil à primeira vista achar a vida em todo o vale do Zambeze semelhante, havendo contudo evidentes diferenças em domínios como a lei e a família, c.f. A. LOBATO, *Colonização Senhorial da Zambézia e Outros Estudos*, op. cit., p.19

<sup>242</sup> A. ISAACMAN, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, op. cit.

<sup>243</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, op. cit.

até ao rio Tendaculo (ou Corone). Frei João dos Santos descreve da seguinte forma a relação de Quiteve com os portugueses: “o Quiteve é o maior e mais rico [rei], pelo muito comércio que tem com os portugueses, donde lhe vem muitas roupas e contas, que é a riqueza dos *cafres*”<sup>244</sup>. Referindo-se ao Monomotapa, o autor considera que o mesmo não consegue derrotar o Quiteve por serem muito talentosos e esforçados os seus guerreiros, não deixando de, curiosamente, enaltece-los como “grandes homens de burlas e trapaças”.

Isaacman<sup>245</sup> distingue-se desta visão de independência, ao referir três formas de governo nas regiões originais do Monomotapa, no séc. XV: o centro do império seria governado pelo próprio Monomotapa a partir de Chidima, distribuindo subdivisões do mesmo a *amambo* seus familiares por via patrilinear e chefes militares; as regiões de Manica, Barué e Quiteve foram delegadas a chefes locais seus descendentes que tinham autonomia na distribuição de terras e coleta de impostos; na margem sul do Zambeze, junto ao litoral, o território seria governado por chefes independentes que reconheciam a autoridade do Monomotapa.

Seguindo o relato de frei João dos Santos, a norte do Tendaculo, até ao Zambeze<sup>246</sup>, as terras pertenciam ao Monomotapa, que dominava uma extensa faixa de terra que incluía toda a Mocaranga, a sudoeste de Tete. Detenhamo-nos um pouco neste reino com tão estreita ligação à população dos *prazos*. Conforme descrito pelo clérigo<sup>247</sup>, o rei praticava a poligamia, tendo uma mulher principal, sendo costume que todos os súbditos e os próprios portugueses levassem um presente sempre que falassem com o soberano. Este presente variava conforme a condição social do súbdito. Era costume que a mulher principal do Monomotapa se suicidasse aquando da morte do rei. Grosso modo, em todos os domínios do Monomotapa se falava a língua Mocaranga, tal como no Quiteve. Não era hábito cortar barba nem cabelo, referindo o autor, que seria habitual encontrar indivíduos os noventa e cem anos. Esta afirmação parece-nos de

---

<sup>244</sup> *Ibid.*, p.108

<sup>245</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, *op. cit.*, p.7

<sup>246</sup> Na faixa costeira não haveria uma verdadeira soberania do Monomotapa, mas antes uma influência, visto que o soberano não conseguia, por exemplo, um pagamento de tributo por parte dos povos livres que viviam na região

<sup>247</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, *op. cit.*, p.120

difícil confirmação, tratando-se de um exagero retórico, tendo em conta as condições da vida no sertão africano<sup>248</sup>.

Projetando-se para o interior do continente africano, o Monomotapa faz fronteira com o reino de Abútua, com o qual se encontraria bastas vezes em guerra. As ligações comerciais portuguesas com este reino eram ténues dadas a distância envolvida.

Ainda a sul do Zambeze, na região montanhosa afastada do litoral, entre Sena, Tete e o Monomotapa (a sul) encontrava-se o reino do Mongás. Este reino, ajudado pelas condições orográficas, opôs-se ferozmente à expedição de Barreto e Homem, sendo consideradas as suas gentes muito belicosas. No entanto, quando vencidos militarmente fizeram a paz com os portugueses, dando-lhes livre-trânsito para passar nas suas terras.

Perto de Tete, reuniam-se onze povoações *cafres* com capitão africano, subordinado ao Capitão português da cidade. Passando para a margem norte do rio Zambeze, Frei João Santos<sup>249</sup> refere que as populações locais eram conotadas com rituais de canibalismo. Apesar deste dado poder causar estranheza, visto que as populações desta região não praticavam tais rituais, o autor é contemporâneo do período das migrações dos povos Maraves vindos do norte<sup>250</sup>, sendo o seu relato credível. De facto, os Maraves fixaram-se no início do séc. XVII margem norte do Zambeze constituindo-se como uma nova força, militarmente temível. Esta expansão coincidiu com a expansão portuguesa a sul do mesmo rio, impedindo juntamente com o Monomotapa o avanço Marave neste sentido, e juntamente com os Macuas o avanço do mesmo povo em direção a Quelimane.

---

<sup>248</sup> Apesar de não ser o nosso objeto de estudo, admitimos que um estudo evolutivo da esperança média de vida na África Subsariana após a chegada europeia será de todo o interesse. A falta de fontes para este espaço e tempo, que se limitam a quantificações demográficas frequentemente incompletas, poderá no entanto inviabilizar o seu sucesso. Contudo, os números apresentados pelo autor não nos parecem credíveis, mas antes uma forma de enfatizar uma maior esperança de vida face à europeia. Apesar de vocacionados para objetos de estudo distintos, o trabalho de Gurven e Kaplan mostra que é normal (no sentido estatístico) e natural para o humano moderno, uma esperança média de vida que se aproxima de cerca de sete décadas. C.f. M. GURVEN et H. KAPLAN, "Longevity Among Hunter-Gatherers: A Cross-Cultural Examination", in *POPULATION AND DEVELOPMENT REVIEW*, 33, 2007, pp. 321-365.

<sup>249</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, op. cit., pp.135-138

<sup>250</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.108



Há vários aspetos a reter na interpretação do movimento migratório Marave. Em primeiro lugar, Marave é um termo que abarca vários povos identificados pelos autores portugueses da época, especulando-se ainda hoje sobre a veracidade desta origem para os referidos povos Mongás<sup>251</sup>. Por outro lado, a imagem de uma relação apenas de confronto militar não é correta. De facto, a chegada dos povos Maraves deu continuidade ao comércio de marfim e algodão já antes feito pelos portugueses com os macuas, assistindo-se a uma intensa troca entre as duas margens do rio. Por fim, apesar de trazerem novos hábitos, e por isso terem sido distinguidos nas fontes portuguesas, os Maraves tinham semelhanças evidentes como os Chonas do sul do Zambeze. Estas semelhanças eram, por exemplo políticas, visto que, à semelhança do Monomotapa o líder apenas administrava o território onde vivia, delegando em chefias locais a administração das suas zonas de influência. As linhagens Maraves, contrariamente ao Monomotapa, eram matrilineares.

Na margem norte, o litoral era povoado por macuas, sendo maior a prevalência muçulmana nesta região. Esta presença devia-se às rotas comerciais de marfim e ao abastecimento dos barcos que subiam o Zambeze<sup>252</sup>, sendo reconhecida a maior presença muçulmana na margem norte, participando nas estruturas de liderança política de algumas regiões. Os macuas são tidos como amistosos, fazendo negócio do marfim com os portugueses.

De todos os grupos referido, aquele em que os prazos se instalaram com maior consistência foi a sul do Zambeze, no império Monomotapa. Exercendo uma ascensão fulgurante no domínio do planalto no decorrer do séc. XVI, as suas chefaturas tiveram um importante papel na cedência de territórios para o estabelecimento dos primeiros prazos. Efetivamente, podemos declarar que a História do Monomotapa<sup>253</sup> e da presença portuguesa no Vale do Zambeze se influenciam mutuamente. Já na fase de declínio do império, o Monomotapa Mavura<sup>254</sup> declarou vassalagem ao rei português, sendo este ato um marco no declínio que culminaria na transferência geográfica do Império para territórios progressivamente mais afastados do estuário do Zambeze.

---

<sup>251</sup> C.f. *Ibid.*, pp 105-114.

<sup>252</sup> *Ibid.*, pp.55-56

<sup>253</sup> A expressão *Monomotapa* designa tanto o império como o seu soberano

<sup>254</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", *art. cit.*, p.759

O espaço ganho pelos portugueses também é explicado pela permeabilidade que encontraram no terreno<sup>255</sup>. O sistema de prazos emergiu com a ajuda do estado caótico em que se encontrava o Império Monomotapa no final do século XVI, preferindo os nativos a segurança dada pelos novos europeus à velha ordem instituída. Esta desorganização política permitiu a fixação de uma importante comunidade portuguesa no vale do Zambeze, através da compra territorial, ou simples ocupação dos mesmos. Como vimos, o fluxo migratório foi institucionalmente enquadrado pela Coroa que designou espaço para o povoamento por meio de casais<sup>256</sup>. Para além da regularização dos *muzungos* já instalados em terras do Monomotapa, esta medida teve especial impulso no Estado da Índia, onde o Vice-Rei distribuía as terras do Zambeze por um prazo máximo de três vidas aos membros de famílias portuguesas que casassem com órfãs d'el-rei<sup>257</sup>.

As chefaturas africanas não tiveram um papel passivo, ou de submissão, na construção do modelo que as autoridades portuguesas convencionariam como prazos. De facto, a iniciativa de cedência territorial tem origem nos mesmos, ainda no séc. XVI, que intuía nos portugueses um acesso ao comércio litoral onde era possível financiar e abastecer o seu próprio esforço de guerra. Os portugueses tornaram-se desta forma convenientes aliados no quadro geopolítico das “terras livres dos povos amigos”<sup>258</sup>. Para o soberano Monomotapa, onde foram cedidas grandes extensões de terra e a administração de algumas *feiras*, havia grandes vantagens no aliado português. De igual forma, para Portugal e para os seus agentes este era um aliado fundamental. Só esta situação explica que cada novo governador que administrasse o território a partir da Ilha de Moçambique pagasse um tributo ao Monomotapa no valor de três mil cruzados em roupas e contas<sup>259</sup>, a chamada *curva*. Apesar da Ilha de Moçambique estar afastada cerca de 1.000 quilómetros das Terras da Coroa, a garantia de paz do Monomotapa e nos circuitos comerciais portugueses era um garante que o ouro continuaria a afluir à

---

<sup>255</sup> T. HENRIKSEN, *Mozambique: a History*, Southampton, The Camelot Press, 1978., p. 55

<sup>256</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, p.22

<sup>257</sup> As *órfãs d'el-rei* eram familiares de fidalgos e nobres que morressem ao serviço do Rei ficando órfãs, viúvas e desamparadas. Cf. M.M. LOPES, "Goa: a simbiose luso-oriental", *art. cit.*, p.121

<sup>258</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, p.20

<sup>259</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, *op. cit.*, p.105

Ilha de Moçambique. Da mesma forma, o governador português pagava tributo ao soberano das terras de Quiteve.

Os prazeiros seriam dotados de uma capacidade de adaptação assinalável, dado que tinham que negociar constantemente o seu próprio espaço com duas mundividências sociais, jurídicas e políticas completamente distintas. Resolvido formalmente o seu enquadramento no Império português, interessaria à sua subsistência no quotidiano o contexto dado pelas sociedades africanas e o seu entendimento quanto à cedência territorial que era substancialmente diferente do entendimento europeu. Nestas sociedades, não é preconizada a posse individual da terra, mas sim coletiva<sup>260</sup>. Esta era uma realidade transversal tanto no Monomotapa, como a Norte nos territórios Maraves. Desta forma, aquilo que era interpretado como a compra ou doação territorial, era entendido pelas chefaturas locais como um processo de angariação de novos súbditos em territórios que continuariam a possuir. Em conclusão, os senhores das Terras da Coroa consideravam, convenientemente, suas as terras que lhes eram cedidas tanto pelo soberano africano, como pelo português.

Na estrutura africana tradicional a sul do Zambeze, portanto na denominada região Tsonga, as aldeias eram lideradas por um *Mf'umo*, que seria hierarquicamente subordinado a um *mambo*, ou soberano de várias aldeias<sup>261</sup>. Assistimos a esta estrutura hierárquica no Monomotapa, com uma delegação de poder nos líderes das aldeias e província, sendo privilegiada inicialmente a família do próprio imperador, que com a evolução territorial concedeu estas chefias indivíduos envolvidos nas conquistas militares<sup>262</sup>. A estrutura administrativa do Monomotapa suportava-se ainda da religião enquanto forma de controlo social, tendo o imperador um forte relacionamento com os líderes religiosos tradicionais e feiticeiros, e encabeçando rituais como os de chuva<sup>263</sup>. A sucessão desta estrutura de chefia era primordialmente decidida entre a população africana. A mesma era efetuada seguindo as regras de sucessão tradicionais, cabendo ao

---

<sup>260</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII, op. cit.*, p.357

<sup>261</sup> *Ibid.*, p.50

<sup>262</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", *art. cit.*, p.759

<sup>263</sup> *Ibid.*, p.761

prazeiro apenas a confirmação dos novos *amambo* e *af'umu* dos seus territórios<sup>264</sup>. A intervenção do prazeiro na deposição ou escolha de nova chefia era mal apreciada, raramente sendo bem-sucedida.

No final do séc. XVIII, nos seus planos para ligar as duas costas africanas, Francisco José de Lacerda e Almeida<sup>265</sup> elabora sobre os soberanos africanos dos Rios de Sena. “Para mimos e presentes que se houveram de fazer aos sobas (...) basta levar algumas ancoretas de água-ardente de cana, alguns fardos pequenos de fazenda (...) e sobretudo coral falso, roncalha, velório e outras missangas”. Independentemente do valor que tais produtos tivessem para o observador europeu, ciente da sua abundância, no sertão este era o preço imposto pela manutenção a longo termo de uma boa relação com as estruturas africanas, essencial para a prosperidade dos interesses portugueses.

### *Os colonos*

Na África Oriental a expressão “colono” ganha um significado divergente do restante Império português. Contrariamente ao contexto Atlântico que usufruía da emigração oriunda do reino, no vale do Zambeze designam-se como colonos os africanos livres que viviam nas povoações aquando da chegada portuguesa.

Os territórios portugueses nos rios de Sena caracterizavam-se pela grande falta de controlo das autoridades sobre as populações africanas. Este papel era «delegado» nos prazeiros, com os seus amplos poderes cedidos pelas chefaturas africanas, entre os quais a arrecadação de tributos. De facto, pragmaticamente, não poderia ser de outra maneira, porque além dos poucos recursos da Coroa no terreno, a tradição africana nas duas margens do Zambeze ditava que o imposto era pago diretamente ao senhor da terra<sup>266</sup>. Do mesmo modo, eram os prazeiros que mobilizavam os exércitos africanos e não as instâncias oficiais. A aceitação do poder dos senhores junto das populações que habitavam as suas terras está patente, por exemplo, no facto de lhe estar reservado o

---

<sup>264</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.802

<sup>265</sup> F.J. de L. e ALMEIDA, "Observações Sobre a Viagem da Costa de Angola à Costa de Moçambique", in L. de ALBUQUERQUE (ed.), *Textos para a História da África Austral (Século XVIII)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 62-76., p.72

<sup>266</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.589

aproveitamento de certos animais nas suas terras<sup>267</sup>, como os elefantes que tombassem por caça ou morte natural. Esta não é uma exigência mística ou cerimonial, tendo um fundamento prático óbvio: o valor das matérias-primas que podia ser extraído da fauna, como é exemplo o marfim.

Os colonos viviam nos seus assentamentos tradicionais, ligados maioritariamente à atividade agrícola e chefiados por um *mfumu*. No seu dia-a-dia, o alimento mais comum eram as papas de milho pilado, os legumes e alguns animais como as galinhas e carneiros. Até à chegada portuguesa, a agricultura de subsistência local não utilizava animais para carregamento ou tração<sup>268</sup>.

O sistema tributário em vigor nos prazos foi herdado diretamente da tradição africana, sendo este um símbolo máximo da transferência de autoridade das chefaturas locais, primeiro para os capitães das cidades de Sena e Tete e, conseqüentemente, para os prazeiros à medida que os mesmos se afastavam dos centros urbanos. A coleta era dotada de alguma complexidade, não havendo uma relação direta entre o sujeito e o senhor. A primeira característica definidora do modelo local é a inexistência de uma noção de imposto individual, sendo este concentrado de forma coletiva. A taxação era transversalmente paga por todas as famílias que habitavam a terra do foreiro, independentemente de se tratar de colonos, escravos, servos ou, mesmo, patrícios. Só existiam duas isenções oficiais: os chefes africanos, que tinham a função de intermediação entre a recolha do tributo nas populações e o senhor e os colonos e escravos que trabalhassem diretamente no «luane». O imposto, localmente designado *musoko*<sup>269</sup>, era pago a maioria das vezes em milho, e mais raramente em algodão, outros alimentos ou serviços<sup>270</sup>. Vilhena<sup>271</sup> aponta a importância das diversas tipologias de liquidação tributária como forma de garantir aos senhores o sustento e a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento efetivo do Prazo. Para além do tributo, o senhor dispunha de direito de compra de parte de produção das aldeias sob sua jurisdição a

---

<sup>267</sup> *Ibid.*, p.813

<sup>268</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p.54

<sup>269</sup> Também chamado *mutsonko*, *chipua* ou *maperere*, E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.805-811

<sup>270</sup> Destes serviços faziam parte a manutenção de construções e mesmo o serviço militar por parte de colonos livres, *Ibid.*, p.824

<sup>271</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, op. cit., p.8

preços bastante vantajosos, prática que se desenvolveu já no decorrer do séc. XVIII<sup>272</sup>, e que, em casos mais extremos, levou a convulsões sociais.

No caso dos colonos, Isaacman<sup>273</sup> sustenta que a interação entre o prazeiro e os mesmos era praticamente nula, não sendo a sua vida substancialmente afetada pela autoridade dos senhores dos prazos. Essa afirmação faz todo o sentido, num sistema em que a própria coleta de impostos era altamente mediada. Não tendo uma estrutura de clã, os colonos viviam uma estrutura familiar patrilinear, constituída por três gerações, em que a teia de decisão e solidariedade mutua se baseava na família. Prova desta situação é o papel decisivo dos avós paternos na socialização primária das crianças. Em caso de morte, a sucessão de bens seria feita para o irmão, que fica responsável pelo sustento de toda a família. A sul do Zambeze, a importância do elo patrilinear estende-se à responsabilização do chefe da família em casos penais e no seu comprometimento na assistência a todos os membros da família. Em termos de influência cultural, o autor considera os prazeiros muito mais como recetores, do que agentes de mudança nas populações, afirmando “they were essentially the converted rather than the converters”<sup>274</sup>.

Na relação do prazeiro com a população livre, não cremos que a atitude do primeiro pudesse ser de índole despótica, e gratuitamente violenta, visto os colonos serem a base da produção agrícola do prazo, que, apesar de parca, sustentava todos os seus habitantes. António Truão<sup>275</sup> declara que os colonos livres não tinham pertences, estando habituados “a uma errante vida” circulando entre prazos e terras de chefes africanos. Os colonos movimentavam-se livremente de regulado em regulado em busca de melhores condições<sup>276</sup>. Esta falta de vínculo social com o prazeiro, a facilidade de migração e a dependência do prazo em relação à produção agrícola, dificulta a compreensão das teses que afirmam a constante violência dos senhores sobre as

---

<sup>272</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.818

<sup>273</sup> A. ISAACMAN, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, op. cit., pp.43-47

<sup>274</sup> *Ibid.*, p.47

<sup>275</sup> A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Sena do Anno de 1806*, op. cit., p.7

<sup>276</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.43

populações livres. Os senhores teriam mesmo dificuldade em impor a sua autoridade sobre as populações como demonstra a situação no final do séc. XVIII, em que para além de não conseguirem aumentar os tributos, dificilmente recolhiam metade dos valores estabelecidos<sup>277</sup>.

Dentro dos prazos era comum que um indivíduo nascido na região chegasse a prazeiro, sendo no entanto condição que o seu pai fosse português. Esta situação encontra fácil explicação no diminuto número de europeus no sertão, especialmente mulheres, sendo comum as relações entre prazeiros e africanas, resultando da mesma os chamados *patrícios*. Esta situação não deve ser confundida com a dos indivíduos puramente africanos, visto que “as pessoas de origem exclusivamente africana, mesmo convertidas, não parecem ter ascendido à elite dos Rios de Sena”<sup>278</sup>. Neste caso, não estamos perante um processo de ascensão social por parte dos africanos livres, mas antes de miscigenação.

### **Muçulmanos e Hindus**

Até este ponto focámos principalmente a interação entre africanos e portugueses, por ser a que mais nos interessa para uma dimensão interpretativa do fenómeno dos prazos na região do vale do Zambeze. No entanto, durante todo o período em estudo, existiram outros intervenientes que, com maior ou menor sucesso, contactaram com a região, tentando impor-se a nível mercantil.

A primeira referência neste âmbito cabe aos muçulmanos, visto que a sua presença precede cronologicamente a portuguesa na costa oriental africana. Aquando da chegada das primeiras armadas portuguesas existiram cerca de 10 mil<sup>279</sup> muçulmanos, estabelecidos maioritariamente na região de Sofala onde viviam de forma semelhante à dos seus congéneres de cidades a norte, como Quíloa. Estes comerciantes controlavam há vários séculos as ligações comerciais no Índico, tendo-se estabelecido também na

---

<sup>277</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.815

<sup>278</sup> *Ibid.*, p.738

<sup>279</sup> M. LOBATO, "Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma Religioso no Norte de Moçambique nos Séculos XV a XIX", op. cit., p.3

região de Moçambique. Phiri, Kalinga e Bhila<sup>280</sup>, asseguram que apesar da ligação comercial com o litoral do continente africano, os muçulmanos nunca alcançaram uma incursão tão forte no interior do continente quanto a dos portugueses no final do século XVI, que viria a ter maior influência nas populações locais. A iniciativa portuguesa, apesar de ser movida por uma génese puramente comercial, significou uma presença efetiva sem precedentes, estendendo as suas ligações até ao lago Maláui e à Zâmbia Central<sup>281</sup>. Esta presença fazia-se sentir em *feiras* remotas como a do Zumbo e Manica<sup>282</sup>, nos *bares*, como o de Mano, e de forma mais sistematizada nos prazos da Coroa.

Até à chegada portuguesa, os muçulmanos eram o elo de ligação comercial entre a África Oriental e o restante Índico. Tal como no caso português, temos provas bastantes para intuir duas tipologias diferentes: os mercadores ocasionais que se aproximavam exclusivamente do litoral não permanecendo no território e os povos africanos de miscigenação muçulmana. Presentes na região desde o século VIII, estes misturaram-se com as populações africanas dando origem à cultura suaíli<sup>283</sup>.

No final do séc. XVI, a relação entre muçulmanos e portugueses nos rios variava entre a competição comercial e algumas disputas, sendo ainda frequentes os relatos de chefaturas muçulmanas no interior africano. Nesta altura, a principal povoação portuguesa era Sena, onde as mercadorias eram transacionadas com a Ilha de Moçambique, tanto por cristãos, como por muçulmanos<sup>284</sup>. Dada a extensão da costa, desde a chegada portuguesa, os muçulmanos reagiram com a criação de novos entrepostos comerciais<sup>285</sup>, tendo como centro político Angoche, cidade cerca de 370 quilómetros a norte de Quelimane.

---

<sup>280</sup> K.M. PHIRI, O.J.M. KALINGA et H.H.K. BHILA, "A Zambézia do Norte: a região do Lago Malaui", *art. cit.*, p.744

<sup>281</sup> *Ibid.*, p.745

<sup>282</sup> As feiras de Zumbo e Manica distam cerca de 300 quilómetros de Tete e Sena, respetivamente

<sup>283</sup>; M. BASTIÃO, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", *op. cit.*, p.2; E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, *op. cit.*, p.63

<sup>284</sup> *Ibid.*, p.78

<sup>285</sup> A. LOBATO, "Prazos da Zambézia", *art. cit.*



As evidências apontam no sentido de uma coexistência<sup>286</sup> nos centros urbanos dominados por portugueses no início do séc. XVII. Conforme referido por Frei João dos Santos, no Monomotapa, vivem “mouros, uns pretos e outros brancos, e alguns deles ricos, e, com serem vassalos do Monomotapa, vivem aqui quase como isentos, por estarem mui distantes da corte deste rei”<sup>287</sup>. O mesmo autor refere o seu encontro no forte de Tete com mercadores mouros que vendiam *machiras* no sertão<sup>288</sup>. A naturalidade com que são descritos os encontros demonstra uma certa familiaridade dos mesmos que colide com a visão de que a chegada portuguesa teria criado uma barreira que impediria a circulação de muçulmanos. Cremos que, para além de os portugueses não terem um domínio que lhes permitisse impor tal condição, o mesmo não seria do seu interesse do ponto de vista comercial, sendo os muçulmanos não tolerados, mas sim um dado adquirido nos circuitos comerciais dos rios de Cuama. Reforçamos no entanto, que estes muçulmanos que viviam no interior do sertão eram suaílis, com uma presença bastante mais antiga que o próprio Monomotapa.

Com o advento do séc. XVII, os senhores dos prazos aumentaram substancialmente os seus territórios e influência sobre o Monomotapa, desequilibrando a seu favor as relações na região. Os muçulmanos seriam largamente penalizados com esta evolução, sendo confinados a regiões cada vez mais periféricas. No sertão, a sua posição seria fragilizada com o avanço das Terras da Coroa, especialmente após as negociações com o Monomotapa Mavura, em 1629, ficando estabelecido que “os mouros, concorrentes, seriam expulsos, e passado um ano mortos pelos portugueses os que no império se achasse”<sup>289</sup>. Julgamos que vários fatores contribuíram para este desequilíbrio. Os portugueses dominavam politicamente os centros urbanos, onde tinham construído fortificações no séc. XVI, que funcionavam como importantes centros logísticos para o avanço no sertão. Por outro lado, esta época coincide com a diminuição de poder do Monomotapa, que, sem alternativa política, prometera exclusivos na exploração mineira em troca de apoio. Apoiados nos seus exércitos *achikunda* os senhores dos prazos tinham os meios suficientes para perspetivarem um

---

<sup>286</sup> C.f. *Ibid.*

<sup>287</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, op. cit., p.87

<sup>288</sup> *Ibid.*, p.99

<sup>289</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.144

provento comercial sem competição, desembaraçando-se dos seus principais concorrentes.

No rescaldo deste acordo com Mavura, os muçulmanos perderam efetivamente preponderância nas redes comerciais a sul do Zambeze, deslocando-se para norte do rio, onde manteriam influência e governo de algumas povoações. Ironicamente, algumas décadas depois, as Terras da Coroa seguiriam na mesma direção por ocasião das invasões do Changamire.

Se do ponto de vista interno, os principais intervenientes nas redes comerciais eram os suaflis, habitantes enraizados na cultura africana há vários séculos, de um ponto de vista externo outros intervenientes se impuseram. A posição dos prazeiros estava deveras alicerçada na sua capacidade de criar laços com as chefias locais e mostrar-se úteis às mesmas, dada a sua dependência do controlo da população africana e das redes comerciais que se estendiam pelo Monomotapa necessitando, portanto, do seu beneplácito. Neste sentido, os senhores necessitavam a cada momento de ter uma moeda de troca que fizesse funcionar a economia local e essa capacidade provinha da Índia.

No xadrez económico moçambicano, no séc. XVIII os indianos hindus e muçulmanos tinham um “domínio quase exclusivo”<sup>290</sup> de atividades comerciais tão importantes como os tecidos que serviam o comércio entre portugueses e negros. Desde a sua chegada que os portugueses constataram por toda a costa oriental africana a riqueza dos muçulmanos, com indumentárias confeccionados com panos ricos e ouro<sup>291</sup>, sendo exemplos as cidades de Quíloa, Mombaça e Melinde, sendo a própria Ilha seu domínio.

Os comerciantes indianos marcavam uma forte presença na Ilha de Moçambique, na costa contígua a este ponto e na baía de Lourenço Marques, onde ganharam o seu espaço no comércio do marfim. As suas atividades estendiam-se ainda ao comércio aurífero no vale do Zambeze e ao empréstimo de dinheiro aos prazeiros

---

<sup>290</sup> L.F.D. ANTUNES, "A Influência Africana e Indiana no Brasil, na Virada do Séc. XVII: Escravos e Têxteis", in A.P.C. (org. . JOÃO FRAGOSO (ORG.), MANOLO FLORENTINO (ORG.), ANTÓNIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO (ORG.) (ed.), *Nas Rotas do Império, eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, n.d., EDUFES, 2006.

<sup>291</sup> J.P.O. COSTA et T. LACERDA, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, op. cit., p.57

portugueses que viviam no mesmo. Como referido por Antunes e Lobato<sup>292</sup>, “entre os principais habitantes das vilas portuguesas do Zambeze contam-se os baneanes, casta indiana de mercadores guzerates que se estabeleceu nos Rios por ocasião das facilidades criadas com o advento pombalismo, os quais dominaram financeiramente a sociedade dos terra tenentes na segunda metade do século XVIII”. Neste caso, a própria ordem jesuíta, oferecia os seus préstimos como representante dos ricos comerciantes do Guzerate junto das autoridades portuguesas<sup>293</sup>. Se para as populações originárias do sertão a chegada portuguesa ditou uma relegação para territórios marginais, para os muçulmanos e hindus do Malabar, os prazeiros representavam uma rentável fonte de negócio.

No decorrer do século XVIII, o cristianismo decairia ao mesmo ritmo que o Islão se impunha<sup>294</sup>, especialmente na região Macua, localizada a norte do Zambeze. Aqui, as chefaturas aderiram às práticas religiosas que ganharam uma nova força com a reconquista de Mombaça, reclamando agora o seu quinhão numa nova atividade comercial: o tráfico de escravos. Na viragem para o séc. XIX, viviam 35 mil muçulmanos na macuana.

### **Portugueses fora dos prazos**

O comércio e posterior negociação privada de territórios no Vale do Zambeze foi a porta de entrada para uma presença portuguesa formal no interior do sertão africano. No presente estudo pretendemos sobretudo revelar a evolução social dentro das terras aforadas a privados, desde a sua constituição jurídica até ao final do séc. XVIII. De forma a contextualizar estes intervenientes, o presente capítulo pretende sintetizar a sua interligação com a presença portuguesa fora dos prazos, nomeadamente através de quatro tipologias: as terras portuguesas não reconhecidas pela Coroa, os meios urbanos que se desenvolveram no vale do Zambeze, os pontos de interação

---

<sup>292</sup> L.F.D. ANTUNES et M. LOBATO, "Moçambique e a Presença Portuguesa na Costa Oriental Africana (1660-1820)", in A.H.O. MARQUES et M.J. LOPES (ed.), *O Império Oriental (1660-1820)*, t. 2. *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Estampa, 2006, pp. 265-332., p.291

<sup>293</sup> *Ibid.*, pp.321-323

<sup>294</sup> M. LOBATO, "Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma Religioso no Norte de Moçambique nos Séculos XV a XIX", *op. cit.*, p.8

comercial sob domínio africano e a Ilha de Moçambique como centro simbólico do poder oficial.

### ***Terras de Fatiota***

A sul do Zambeze, fora dos limites oficiais dos territórios com título cedido pela Coroa, existem evidências<sup>295</sup> da existência de terrenos de dimensão apreciável negociados pelos portugueses com os chefes locais. A falta de institucionalização destes territórios é explicada por uma estrutura administrativa oficial diminuta que preferia seguir uma política de concentração dos territórios junto ao Zambeze, dentro da sua esfera de atuação. Estas possessões não oficiais resultavam assim de um esforço individual, sem qualquer apoio militar oficial, tendo grande resistência por parte do soberano do Monomotapa, e sendo as primeiras a desaparecer em tempos de conflito entre as partes. Da mesma forma, a também a norte do rio se desenvolveram iniciativas não institucionalizadas.

Devido ao seu extenso leito, o rio Zambeze constituiu uma divisão natural de soberanias africanas, mas também da progressão portuguesa no seu vale. Convencionalmente, designam-se todos os territórios dominados por senhores portugueses como prazos. Embora todos tivessem em comum aspetos práticos ligados à relação entre os diferentes grupos na região, numa perspetiva portuguesa, a maioria dos terrenos da margem norte do rio não se encontravam abrangidos pelo regime legal que temos vindo a dissecar. Na prática, os mesmos não estavam sujeitos a obrigações semelhantes aos seus congéneres do sul, por estarem fora das chamadas Terras da Coroa. Se a sul as regras eram mais formais do que materializadas no terreno, a norte do Zambeze não existia enquadramento jurídico para questões tão definidoras dos prazos como a enfiteuse, a tributação régia, a sucessão matrilinear, ou a limitação da área autorizada<sup>296</sup>.

A interpretação mais comum, veiculada por autores como Disney<sup>297</sup>, elimina a existência de prazos a norte do Zambeze dando exclusividade neste espaço às “terras de

---

<sup>295</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.388

<sup>296</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", art. cit., p.770

<sup>297</sup> Disney refere que na década de 1760 existiam sessenta e um “prazos” deste tipo, A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II*, op. cit., p.532

fatiota”. Contrariamente, numa abordagem inovadora, Eugénia Rodrigues concede uma minoria de Terras da Coroa a norte do Zambeze, sendo a sua proveniência as conquistas feitas por iniciativa militar dos governadores dos rios que posteriormente eram divididas em prazos. A autora expõe que na década de 1760, cerca de 75%<sup>298</sup> das terras a norte do rio resultavam de iniciativas individuais de compra ou conquista por parte dos senhores, podendo ser registadas individualmente junto das autoridades portuguesas, mas não se inserindo nos direitos e deveres do regime de prazos. Estas terras designavam-se “terras de fatiota”, expressão que ganharia um sentido próprio na região, sem a carga legal das obrigações perante a Coroa, e por se referir especificamente a porções adquiridas com missangas e tecidos.

A tendência para o favorecimento do posicionamento meridional dos prazos é uma herança óbvia da sua génese, nas expedições militares ordenadas por D. Sebastião, que só seria contrariada por pressão militar africana no final do séc. XVII. Até este momento, foram preferidas as terras a sul do Zambeze, tanto pela dimensão da barreira natural fornecida pela hidrografia, como pelo maior conhecimento dos recursos minerais que se adivinhavam na região do Monomotapa, e, por fim, por maior capacidade de entrosamento junto das populações locais. Neste contexto, Quelimane era o único centro urbano relevante a norte do rio, mas não podendo ser comparado com Sena e Tete por dever a sua importância ao litoral. No conjunto, estas três localizações forneciam aos prazos o suporte político e económico, sem o qual dificilmente os senhores teriam conseguido impor-se no sertão.

### ***Meios urbanos***

Na costa oriental africana foram tentadas colonizações brancas por iniciativa régia ao longo do século XVII, mais precisamente em três ocasiões: 1635, 1677 e 1682. Os resultados alcançados não foram animadores, sendo diminuto o sucesso prático a nível demográfico. Tal como referido por João Paulo Oliveira e Costa<sup>299</sup>, a região da Zambézia era “central” tanto para a coroa como para os privados, dada a ausência de influência da primeira, foram efetivamente os segundos que exploraram e negociaram o

---

<sup>298</sup> C.F. E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.513-521

<sup>299</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, op. cit., p.214

interior africano, partindo de Tete, Sena e Quelimane originalmente na demanda da produção mineira.

Em meados do séc. XVII, as povoações referidas tinham um número muito reduzido de portugueses<sup>300</sup>, sendo na sua maioria abastados, e tentando constantemente aumentar os seus domínios e riqueza. Em termos numéricos, Lobato<sup>301</sup> refere a existência de 40 casas em Tete e 30 em Sena. Frei João dos Santos na sua passagem por Sena, na época parte integrante das terras do Monomotapa, descreve que “haveria mais de oitocentos cristãos, dos quais seriam cinquenta portugueses e os outros índios e *cafres* da terra”<sup>302</sup>. Esta descrição é interessante para o nosso estudo por motivos que vão além da mera quantificação demográfica. Mesmo que se reconheça um pouco de exagero, fruto do próprio autor ser agente de conversão religiosa, a mesma revela uma ação de integração da população nativa bastante assinalável. Se os prazos são exemplo da africanização de costumes dos portugueses, os números acima expostos são a prova de uma aparente europeização, pelo menos religiosa, das populações africanas nos meios urbanos. Sena era para os poucos portugueses que a habitavam um reduto militar, político e comercial. Militar pela sua fortaleza e guarnição e política pela presença do Capitão, sendo estes dois fatores a base logística para uma componente comercial efetiva dos senhores.

Para servir a população de Sena, no início do séc. XIX<sup>303</sup>, a cidade tinha governo próprio, feitor, capitão, vigário, juiz, e guarnição militar. Existiam 4 igrejas e uma fortaleza, sendo as casas feitas de adobe e palha, reforçado com caniço. Nesta altura, a cidade já se encontrava praticamente deserta e bastante fragilizada em termos produtivos. Ilustrando o diminuto número de habitantes livres das possessões portuguesas ao longo do Zambeze Sebastião Botelho sumariza que a vila de Sena tinha 25 pessoas livres, Tete 50 e existiam somente 6 na feira de Manica.

---

<sup>300</sup> Os dados demográficos relativos à população portuguesa na região no período em estudo são pouco fidedignos visto que frequentemente se centram exclusivamente nas figuras de maior relevo, sendo pouco precisos quanto à sua origem geográfica C.f. E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.173-174

<sup>301</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., pp.147-154

<sup>302</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, op. cit., pp.101-103

<sup>303</sup> S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, op. cit., pp.259-261

Subindo o Zambeze cerca de 250 quilómetros, e seguindo a relação demográfica feita por Frei João dos Santos<sup>304</sup> chegamos à fortaleza de Tete, em terras originalmente conquistadas pelo Monomotapa e cedidas à Coroa portuguesa. Nesta cidade, também ela com Capitão, viveriam 600 cristãos, sendo apenas quarenta portugueses.

Daqui partiam as rotas para fora das Terras da Coroa, rumo à Mocaranga. Recordamos que no início do século XVII o tráfico de escravos seria ainda marginal, ditado pelas necessidades regionais e suportado intermitentemente pelas guerras entre reinos vizinhos, não havendo uma procura consistente rumo à exportação. A mesma só ganharia impulso cerca de século e meio depois do relato do clérigo. Nesta altura, a colónia encontrava-se subordinada politicamente ao Vice-Rei da Índia, e economicamente era um afluente da Carreira da Índia. Desta forma, tendo em mente o ouro como principal exportação, e os tecidos indianos como a principal importação, podemos sistematizar um circuito que partia da Índia abastecendo a Ilha de Moçambique, de onde as mercadorias seguiam para o rio Zambeze, onde eram trocadas por ouro em Sena. A exploração aurífera que chegava a esta cidade era trazida pelos enviados dos portugueses de Tete que trocavam os produtos indianos pelo metal precioso na Mocaranga. Obviamente, existiam mais produtos, com destaque para o marfim que era especialmente apreciado na Índia<sup>305</sup> e por isso também usado nesta cadeia comercial. Este trajeto é o que melhor ilustra a viagem dos principais produtos nos circuitos imperiais, sendo o ouro o grande móbil para a presença portuguesa no sertão desde os tempos em que o mesmo era transacionado em Sofala.

A passagem para o séc. XVIII viria a mudar a distribuição da população em redor do Zambeze. Os novos interlocutores tanto a Norte como a Sul fizeram recuar o terreno dos Prazos na Mocaranga, para os expandir a norte do rio. Por outro lado, progressivamente, o centro de poder deslocar-se-ia de Sena para Tete.

No decorrer do séc. XVIII dispomos de números mais fidedignos a nível demográfico, contando-se em 1722 um total de 478<sup>306</sup> portugueses, de origem reinol e indiana, nos Rios de Sena. Este número é impressionante pela sua exiguidade, num

---

<sup>304</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, op. cit.

<sup>305</sup> E.A. ALPERS, "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)", art. cit., p.6

<sup>306</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.313

território que representa potencialmente quase 4/5 de Portugal Continental<sup>307</sup>. Em 1806, este número subiu ligeiramente para 502<sup>308</sup> portugueses.

Dada a utilização massiva dos meios fluviais enquanto via comercial, Quelimane impôs-se naturalmente enquanto via de entrada e saída do comércio do vale do Zambeze. Na Tabela n.º 4 sistematizamos os dados de António Truão<sup>309</sup> sobre as principais transações feitas a partir do porto de Quelimane em 1806.

|                    | <b>Tipologia</b>                  | <b>Quant./Uni</b>                    |
|--------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Exportações</b> | Ouro em pó                        | 6786 maticais                        |
|                    | Marfim                            | 4375 arrobas                         |
|                    | Escravos                          | 1080 (Ilha)<br>404 (Ilhas francesas) |
|                    | Arroz                             | 13717 alqueires                      |
|                    | Trigo                             | 6142 alqueires                       |
| <b>Importações</b> | Fatos de cor (bares de 400 panos) | 611 bares                            |
|                    | Armas de fogo                     | 270 un.                              |
|                    | Açúcar                            | 102 arrobas                          |

---

<sup>307</sup> Estimativa baseada na área total de um triângulo territorial assente em Tete, Quelimane e Sofala, excluindo os territórios de feiras longínquas como a do Zumbo. Esta área é um pouco mais conservadora do que os pontos apontados em J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p.15, tendo por base os mapas dos prazos apresentados por E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit.

Este polígono tem uma área de cerca de 70.000 km<sup>2</sup>, tendo Portugal Continental aproximadamente 90.000 km<sup>2</sup>. A área foi calculada tendo por base o website <https://www.daftlogic.com/projects-google-maps-area-calculator-tool.htm>, consultado no dia 17 de Abril de 2016

<sup>308</sup> A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Sena do Anno de 1806*, op. cit., citado por E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.318

<sup>309</sup> A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Sena do Anno de 1806*, op. cit., pp.14-



|  |                 |    |
|--|-----------------|----|
|  | Barris de vinho | 61 |
|--|-----------------|----|

**Tabela n.º 4: Principais importações e exportações de Quelimane em 1806**

Tal como referido, pelo próprio autor os números apresentados são bastante reduzidos tendo em conta o potencial e extensão da região envolvida. Por outro lado, à exceção dos escravos que tinham como destino as possessões francesas, todos os outros produtos tinham como destino a Ilha de Moçambique.

Bastas vezes temos referenciado a falta de meios por parte das instituições oficiais da Coroa no vale do Zambeze. Esta situação é facilmente comprovada pelos números apresentados por António Truão<sup>310</sup> relativos aos efetivos militares presentes nos meios urbanos do vale do Zambeze. Em 1806 contavam-se 264 militares, destacando-se Tete com 96 dos mesmos. O autor refere que seriam necessários, pelo menos, 1.200 efetivos para assegurar uma conveniente defesa do território e do comércio. Passados mais de dois séculos de presença portuguesa no Zambeze, a Coroa revelava uma grande dependência da presença dos senhores do Vale, que em termos comparativos dispunham de cerca de 28 mil<sup>311</sup> escravos. Mesmo admitindo que nem todos estariam aptos para o manejo de armas, a diferença continua a ser avassaladora.

### ***Feiras e Bares***

Em termos comparativos, será importante distinguir os *prazos da coroa* de outro tipo de cedência territorial feita pelos chefes africanos que se materializavam nas chamadas *feiras*. Neste segundo caso, apesar de haver a cedência de um território, o mesmo era exíguo, normalmente fortificado, servindo para a atividade comercial<sup>312</sup>. Apesar de dispersos ao longo do vale do Zambeze, os *prazos* eram dotados de uma linha geográfica e logística, bastante mais favorável que as *feiras*. Mesmo encontrando-se longe da capital sedeada na Ilha de Moçambique, a sua condição não se comparava às remotas feiras de Manica e do Zumbo que se projetavam no interior do sertão. Estas

---

<sup>310</sup> *Ibid.*, p.24

<sup>311</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.763

<sup>312</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.34. Contrariamente à temática dos prazos, o autor interpreta a origem das feiras como uma herança da presença muçulmana na região.

circunstâncias permitiam que nos *prazos* houvesse um verdadeiro domínio, que não existia de forma tão evidente nas *feiras*. Este domínio manifestava-se na coleta de impostos e a administração da justiça, embora esta fosse exercida maioritariamente segundo as tradições africanas e não segundo os trâmites das leis do reino<sup>313</sup>.

No plano económico, no século XVIII, a produção aurífera era essencial à economia dos prazos quer através da exploração no próprio terreno, com mão-de-obra feminina, quer no comércio com o interior africano. Foi a partir de meados deste século que a produção aumentou. De um ponto de vista mais abrangente, a principal atividade dos prazeiros era a intermediação comercial tanto na exportação do prazo, como na importação de produtos indianos. Na sua génese, os pioneiros portugueses distinguiam-se por privilegiarem como seu sustento o comércio em vez da agricultura. Mesmo o seu interesse no controlo das atividades mineiras seria bastante reduzido<sup>314</sup>, preferindo o papel de intermediários entre os produtos indianos e o ouro<sup>315</sup>. Com este intuito sustentavam centenas de carregadores nos seus territórios, tendo em vista o comércio nas distantes *feiras* do sertão<sup>316</sup>. Na feira de Manica, por exemplo, compravam o ouro, marfim, cera e mel, em troca de roupas, licores e armas, distando esta feira quarenta dias de viagem dos prazos de Sena<sup>317</sup>. Com efeito, iam ainda mais além. Muitos prazeiros tinham caravanas próprias, escoltadas pelos seus exércitos particulares, para fazer negócio em territórios impressionantemente longínquos que incluem a atual Zâmbia, Zimbabwe e Malawi<sup>318</sup>. Mesmo nos domínios do Monomotapa, e pagando um tributo a este, os moradores de Tete e Sena enviavam as suas caravanas às feiras de Massapa, Luanze e Manzovo. A norte de Tete, por exemplo, para aceder ao Zumbo seria necessário fazer o itinerário por terra, visto que o rio Zambeze estreitava a

---

<sup>313</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.824-847

<sup>314</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p.138

<sup>315</sup> Desde o início que os pioneiros assinalaram a fraca rentabilidade da exploração direta das minas, preferindo a intermediação comercial; C.f. A. LOBATO, "Prazos da Zambézia", art. cit.

<sup>316</sup> L.F.D. ANTUNES et M. LOBATO, "Moçambique e a Presença Portuguesa na Costa Oriental Africana (1660-1820)", art. cit., p.297

<sup>317</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p. 35

<sup>318</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II*, op. cit., p.534

montante da cidade, sendo impossível navegá-lo<sup>319</sup>. À semelhança das cidades, também nas feiras mais importantes, como a da Massapa, o Monomotapa concedia poderes a um capitão português<sup>320</sup>, confirmado pelo Vice-Rei da Índia. Mesmo não se tratando de terras da Coroa, o nomeado tinha a dupla função de servir de embaixador junto do Monomotapa, e, por outro lado, recolher tributos e administrar a justiça em nome do soberano africano.

Paralelamente, desenvolveu-se, fora dos prazos, mas comercialmente a ele ligados, o conceito dos *bares*. Estes eram pontos de comércio de ouro, que se distinguiam das feiras por se localizarem precisamente onde era feita a mineração<sup>321</sup>. Apesar do seu interesse económico para os prazos, politicamente estarão fora do nosso âmbito de estudo, visto que estas terras não eram cedidas, mas apenas concedida a sua exploração mineral. Na descrição do *bare* de Mano, citada por Lobato<sup>322</sup>, descobrimos algumas informações singulares sobre o contexto deste processo comercial. Por um lado, o autor refere que para além dos comerciantes individuais dos prazos, ou mais comumente os seus enviados, estavam envolvidos na expedição as ordens jesuítas e dominicanas. Por outro lado, outra singularidade, pelo menos numa perspetiva europeia, será o facto de os mineiros incumbidos do trabalho braçal, serem *negras*, e não homens. A ideia do trabalho braçal efetuado essencialmente por mulheres é confirmado no relato da prazeira D. Maria Francisca Meneses, que afiançava “os *cafres* ordinariamente vivem na ociosidade, pois todo o trabalho recai sobre as negras”, estando a maior parte das suas “minerando em Maxinga”<sup>323</sup>. Por fim, prova bastante da falta de posse portuguesa sobre estes domínios é a submissão à vontade dos régulos que designavam onde se devia minerar. Partindo de Tete em direção aos *bares*, os prazeiros geriam um negócio que representava cerca de 3500 onças de ouro anualmente, decaindo

---

<sup>319</sup> A região do referido estreitamento é chamada pelo autor “Cabrabça”, tudo indicando tratar-se da região da atual barragem de Cahora Bassa. A.A. de ANDRADE, *Relações de Moçambique Setecentista*, op. cit., p.163

<sup>320</sup> F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, op. cit., pp.104-105

<sup>321</sup> C.f. A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, op. cit., p. 39

<sup>322</sup> *Ibid.*, p.39

<sup>323</sup> F.J. de L. e ALMEIDA, “Diário da Viagem da Vila de Tete, Capital dos Rios de Sena, para o Interior de África”, art. cit., p.85

substancialmente a produção nas últimas duas décadas do séc. XVIII<sup>324</sup>. Este ouro teria como destino os circuitos comerciais portugueses, tendo como intermediário natural a passagem pela Ilha de Moçambique.

### ***A Ilha de Moçambique***

De todos os territórios identificados no presente capítulo, a Ilha de Moçambique é o mais longínquo mas o que teria maior preponderância política, e, portanto, o que propiciou as maiores disputas com os prazeiros.

Com uma implementação diferenciada da costa Ocidental africana, os portugueses perceberam rapidamente a importância da Ilha de Moçambique como centro de convergência do comércio de ouro que afluía ao litoral<sup>325</sup>. Esta serviria assim como ponto logístico da Carreira da Índia e como núcleo fundamental para a presença no vale do Zambeze<sup>326</sup>. No início do século XVII os ataques holandeses gorados ao pequeno território insular revelariam uma ligação poderosa entre a Ilha e os nativos do litoral moçambicano, declarando os portugueses como parte integrante do xadrez social da região. É desta altura que data também a consolidação no vale do Zambeze e o começo da emissão oficial de cartas de doação conhecidas como «prazos da Zambézia»<sup>327</sup>. De facto, Thornton refere a Ilha de Moçambique como “base segura para as incursões sistemáticas no vale do Zambeze”<sup>328</sup>. Era a importância estratégica da Ilha de Moçambique enquanto elo de ligação da realidade regional e imperial que a tornou um ponto-chave também para a ocupação do vale do Zambeze<sup>329</sup>. Afinal, qual a relevância do sertão para os comerciantes, se não tivessem como se abastecer e para onde escoar a sua rede comercial?

---

<sup>324</sup> K.M. PHIRI, O.J.M. KALINGA et H.H.K. BHILA, "A Zambézia do Norte: a região do Lago Malawi", *art. cit.*, p.746

<sup>325</sup> M. LOBATO, "Ilha de Moçambique. Escala africana da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII", in *Catálogo Oficial. Pavilhão de Portugal. 1998. Exposição Mundial de Lisboa*, Lisboa, 1998, pp. 115-129.

<sup>326</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", *art. cit.*, p.154

<sup>327</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, *op. cit.*, p.182

<sup>328</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", *art. cit.*, p.154

<sup>329</sup> *Ibid.*, p.155

Esta dependência exclusiva da Carreira da Índia manifestar-se-ia até meados do séc. XVII, altura em que foi criada também uma rota regular autónoma que ligava o território moçambicano a Portugal. Luís Antunes e Manuel Lobato<sup>330</sup> confirmam esta ideia ao identificarem que “a organização comercial que vigorou em Moçambique até ao século XVIII baseava-se em ligações diretas e exclusivas com os portos portugueses da Índia”, descortinando-se assim um papel algo periférico de Moçambique face às principais rotas de comércio portuguesas até à data explicitada. Contudo, a partir desta data, mais do que um ponto logístico de passagem do comércio das especiarias, a coroa acreditava que Moçambique “tinha um potencial maior do que qualquer outro do Estado da Índia”<sup>331</sup>. Esta crença no potencial económico ganhou forma na criação de monopólios sobre o negócio do ouro e marfim.

No estudo do comércio português na Ilha de Moçambique é importante conservar sempre a ideia que esta era um porto fulcral na ligação do Atlântico com o Índico, mas que *per si* não tinha uma produção ou exploração própria. Portanto, era abastecido por produtos de diferentes origens do litoral africano e especialmente do interior de Moçambique, criando uma relação de dependência bilateral a nível económico. Destes produtos, nas exportações, destacam-se desde o século XVI, o marfim da região de Lourenço Marques e o ouro de Sofala<sup>332</sup> e, posteriormente, do vale do Zambeze.

A perda de Mombaça em 1698 marcaria o avanço muçulmano no Norte dos territórios portugueses da África Oriental, mas teria um impacto comercial benéfico para a Ilha de Moçambique. A luta no norte deslocizou o comércio de marfim na região a favor desta praça. As caravanas que vinham do interior passaram a convergir diretamente para este território onde sabiam poder encontrar, como moeda de troca, os tecidos provenientes da Índia. Esta alteração conjuntural transformou a Ilha de Moçambique no início do século XVIII “no porto comercial de maior importância de toda a costa oriental africana”<sup>333</sup>. Sendo visível a existência da rede formal gerida

---

<sup>330</sup> L.F.D. ANTUNES et M. LOBATO, "Moçambique e a Presença Portuguesa na Costa Oriental Africana (1660-1820)", *art. cit.*, p.301

<sup>331</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, p.520

<sup>332</sup> M.N. PEARSON, "Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses", *art. cit.*, p.96

<sup>333</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique, op. cit.*, p.168

primeiro pelo capitão, e depois pela Junta de comércio em Goa, é inegável a existência igualmente de um rede informal paralela, criada pelos moradores que afirmavam deter este privilégio.

No início do séc. XVIII, o comércio de marfim atravessou o seu apogeu com uma subida da procura e subida de preços. Este trato desenvolveu-se na região do Zambeze e foi responsável mais a sul pela ocupação permanente de Inhambane e da baía de Lourenço Marques. Nesta época, o comércio da rede formal representava setenta por cento do volume transacionado<sup>334</sup>. A exploração de ouro em Moçambique era menos proveitosa que a de marfim, sendo contudo um comércio rentável. Esta atividade centrou-se sobretudo nas regiões das Terras da Coroa, tendo a sua origem nas já referidas feiras<sup>335</sup>. Centralizado no sertão, encontrava-se ligado às rotas de comércio imperial através da Ilha de Moçambique, chegando desta forma a Goa. Em termos quantitativos, Luís Antunes e Manuel Lobato<sup>336</sup> referem que “Em 1753, o capitão-general Francisco de Mello e Castro estimava em 600 mil cruzados o valor total das importações anuais da colónia e em 2 milhões de cruzados o das suas exportações em marfim, ouro e escravos”. A título de exemplo, em 1793 foram exportados a partir da Ilha de Moçambique trinta e um mil dentes de marfim e cerca de cem quilos de ouro<sup>337</sup>.

A ligação privilegiada entre a Ilha de Moçambique e as comunidades litorais da costa oriental africana é uma temática que importa aprofundar no âmbito do nosso estudo. Desde logo, pelo papel de ligação comercial que promovia entre a região e as redes do comércio imperial e consequentemente pela sua importância para os Prazos. Foi desde sempre reconhecido que a Ilha de Moçambique apresentava condições naturais pouco favoráveis à fixação de população e à navegação, sendo teoricamente um ponto de passagem pouco apelativo para a Carreira da Índia<sup>338</sup>. Viria no entanto a tornar-se um dos seus principais interpostos. Existiam outros problemas evidentes na

---

<sup>334</sup> *Ibid.*,

<sup>335</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*

<sup>336</sup> L.F.D. ANTUNES et M. LOBATO, "Moçambique e a Presença Portuguesa na Costa Oriental Africana (1660-1820)", *art. cit.*, p.302

<sup>337</sup> L.F.D. ANTUNES, "A Influência Africana e Indiana no Brasil, na Virada do Séc. XVII: Escravos e Têxteis", *art. cit.*, p.142

<sup>338</sup> C.f. M. LOBATO, "Ilha de Moçambique. Escala africana da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII", *art. cit.*

utilização da Ilha de Moçambique sendo o que se manifestaria com maior veemência a falta de recursos naturais, em que a água era o mais problemático, mas também de recursos agro-pecuários num espaço tão exíguo. A permanente dependência face à costa africana dificultava o sustento das armadas por tempos longos. Aparentemente, foram no entanto sempre esquecidas as necessidades de criação de um porto<sup>339</sup> apropriado ao volume dos barcos que visitavam a ilha e à reparação dos mesmos<sup>340</sup>.

Esta situação não era ignorada em Lisboa, chegando-se a dar instruções como os Regimentos de 1672 e 1673 em que se aconselhava o uso da Ilha apenas em caso de última necessidade. Segundo estes documentos, deveria ser dada preferência a fazer aguada nos portos de Madagáscar, Zanzibar ou mesmo numa ilha suaíli da costa africana. Notemos que estas instruções foram ignoradas no terreno, da mesma forma que o foram todas as que punham em causa os interesses particulares dos indivíduos com poder na região de influência portuguesa, como é o caso dos prazeiros. De facto, se a Ilha de Moçambique passasse a ter um papel marginal na rede comercial portuguesa, o interior africano ficaria igualmente a deixar de disfrutar de uma rede logística próxima, dificultando o seu desenvolvimento.

Apesar destas indicações, na prática, a Ilha de Moçambique manteve-se como o principal porto intermédio Carreira da Índia<sup>341</sup>. Excetuam-se destes números as viagens de regresso pois segundo Boxer<sup>342</sup> “the homeward-bound Indiamen usually touched at Bahia, which was a far healthier place than Mozambique”. Apesar de ser o principal ponto logístico da Carreira da Índia, a Ilha de Moçambique apresentava problemas óbvios no que concerne ao clima e salubridade. O principal seria a proliferação de doenças endémicas às quais os europeus teriam pouca resistência. Charles Boxer<sup>343</sup>

---

<sup>339</sup> Em termos de infraestruturas a Ilha de Moçambique estava genericamente mal servida, estando no entanto dotada de um hospital, que foi destruído na tentativa holandesa de conquista em 1607-1608, voltando apenas a reerguer-se em 1637. Já em 1680 D. Pedro, na altura como regente do reino, decidiu a construção de um novo hospital ao cuidado da ordem de São João de Deus.

<sup>340</sup> C. BOXER, *Moçambique Island and the Carreira da Índia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961., p.116

<sup>341</sup> M.V.J. HAIGHT, *European Powers and South East Africa, 1796-1856*, New York, Frederick A. Praeger, Inc., 1967., p.27; M. BASTIÃO, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", *op. cit.*, p.5

<sup>342</sup> C. BOXER, "The Carreira da Índia, 1650-1750", in *The Mariner's Mirror, Vol.46, No. 1, The Quarterly Journal of the Society for Nautical Research*, 1960, pp. 36-54., p. 50

<sup>343</sup> *Ibid.*, p.37

descreve esta problemática: “ships wich leave Lisbon late were usually compelled to winter in the island of Mozambique where malarial and bilious fevers were endemic, and the emaciated passengers and crew died like flies”. A falta de adaptação europeia ao clima e às enfermidades locais era uma realidade, que tinha sido já experimentada na face ocidental africana, com especial dureza em São Tomé. Em Moçambique este problema seria ainda mais grave, dadas as condições em que os indivíduos chegavam após uma viagem de vários meses sem víveres frescos, em embarcações muitas vezes sobrelotadas<sup>344</sup>. Boxer<sup>345</sup> enfatiza as más condições de saúde a bordo: “as an Indianman might easily be six or seven months at sea without making landfall –save in the fever-stricken Island of Mozambique – a mortality over 50% of the personnel on board was nothing unusual”. Neste cenário, não é difícil descortinar os motivos para nunca ter sido conseguida uma colonização reinol efetiva no vale do Zambeze.

Perante todas as adversidades explicitadas, foram efetuadas no séc. XVIII travessias diretas entre Lisboa e a Índia, com resultados igualmente mortíferos. Boxer<sup>346</sup> refere que constantemente foi equacionado o plano de abandonar a Ilha de Moçambique enquanto porto de passagem da Carreira da Índia, a favor de alternativas como Mombaça, São Lourenço ou as Quirimbas. No entanto, no plano pragmático, nada de concreto aconteceu e a sua utilização manteve-se ao longo dos séculos. Destas tentativas, uma das que esteve mais perto da sua concretização foi a de D. Manuel I, que no último ano do seu reinado projetou a construção de uma fortaleza em S. Lourenço para ali fazer aguada, por ser mais seguro e mais proveitoso que Moçambique<sup>347</sup>. Este projeto acabaria por não se materializar por problemas logísticos com as embarcações que levariam os materiais e com a subida ao trono de D. João III. Este monarca viria a

---

<sup>344</sup> Ao longo da sua exposição Charles Boxer enumera os problemas das armadas tanto relativos à sua sobrelotação, como à falta de respeito pelas regras vigentes e falta de preparação da tripulação. Este último aspeto, apesar de não ser um exclusivo português, é particularmente bem ilustrado com episódios como o piloto que aportou na costa Angolana convencido de estar a aportar no Malabar e o Capitão que teve pendurou cebolas e alhos nas laterais da embarcação para que os marinheiros (e o próprio piloto) distinguíssem bombordo e estibordo. Segundo o autor, ao longo dos séculos XVI e XVII foi cada vez mais difícil encontrar marinheiros qualificados (apesar desta ser uma imposição teórica para a realização das viagens). Dois aspetos que contribuíram em grande medida para esta realidade foram a monarquia dual (1580-1640) e consequente incorporação de um número substancial de portugueses nas rotas espanholas e o crescimento económico do Brasil, cuja rota era preferida por ser mais curta e segura. *Ibid.* pp.36-54

<sup>345</sup> *Ibid.*, p.41

<sup>346</sup> C. BOXER, *Moçambique Island and the Carreira da Índia*, *op. cit.*, p.113

<sup>347</sup> *Ibid.*, p.97



reforçar a posição da Ilha de Moçambique ao mandar construir em 1547 a fortaleza de São Sebastião. O mesmo rei tomou ainda a iniciativa de organizar uma junta de pilotos para regulamentar a rota, chegando-se à conclusão, nem sempre respeitada, que as embarcações deveriam fazer a rota a Este de Madagáscar apenas se passagem o cabo da Boa Esperança se realizasse depois de 25 de Julho.

Uma das principais razões enunciadas pelos defensores da manutenção desta escala seria a de que os ventos do Canal de Moçambique promoviam uma melhor e mais rápida viagem até à Índia do que os da *rota de fora*. Esta opinião não era todavia unanime. Os defensores da rota a este de Madagáscar, que evitava o Canal de Moçambique, argumentavam que a única razão para a pressão na manutenção da Ilha de Moçambique estaria relacionada com o proveito próprio de alguns intervenientes da Carreira da Índia. Por outras palavras, o lucro individual proporcionado pela economia informal era uma justificação fundamental para manter a escala na Ilha de Moçambique. Esta pressão seria tanto maior, com o crescimento substancial do comércio com a ocupação do Vale do Zambeze. Charles Boxer<sup>348</sup> resume esta disputa ao declarar: “It was the attraction of moçambique as an entrepôt with opportunities for private trade which has decisive in keeping that Island as the main port of call in the Carreira”. Citado pelo mesmo autor, D. António de Ataíde dizia em 1631 que “a verdade é que cuidam os homens que em Moçambique venderão o biscoito e o vinho e o queijo”<sup>349</sup>.

Apesar de aparentemente ser pouco atrativa em termos náuticos, a manutenção da Ilha de Moçambique, e a sua preponderância política, mostram uma ligação real entre os portugueses e a economia local, mesmo que por vezes apenas informal. A manutenção da Ilha enquanto elo de ligação com a Carreira da Índia foi essencial para o crescimento económico dos prazos. O território da Ilha de Moçambique é demasiado pequeno para permitir a produção ou exploração com origem na mesma, mas teria as condições ideais para servir como ponto aglutinador regional. Na Ilha era concentrado o ouro e marfim recolhidos no continente a fim de ser escoado na ligação periódica com Goa, que era a capital política e económica do mundo português sediado no Índico.

---

<sup>348</sup> *Ibid.*, p.100

<sup>349</sup> C. BOXER, “The Carreira da Índia, 1650-1750”, *art. cit.*, p.100

## **Tendências de evolução política e económica e o seu impacto na sociedade dos prazos**

A dimensão social, que preside como foco temático do presente trabalho, foi uma realidade dinâmica ao longo dos dois séculos em estudo. Neste período, tiveram lugar evoluções no xadrez político a nível regional e global que alterariam indelevelmente o quotidiano do vale do Zambeze. Invasões ditaram a instabilidade política na região, transfigurando as suas fronteiras. No contexto imperial viveu-se a transição de uma monarquia dual para uma nova dinastia, a independência de Moçambique face a Goa e as reformas pombalinas trariam uma nova atitude face ao modelo de prazos. A nível económico novos intervenientes europeus lutaram pelo domínio no Índico. No Atlântico, o Brasil começaria a merecer maior atenção do reino e as rotas intercontinentais do tráfico de escravos atingiriam números inauditos.

No presente capítulo reunimos os principais fatores políticos e económicos, endógenos e exógenos, com impacto na sociedade seiscentista e setecentista do vale do Zambeze.

### ***Séc. XVII***

Artur Teodoro de Matos<sup>350</sup> apresenta um resumo do estado da arte do império português no início da centúria de 1600, referindo uma situação de «relativa estabilidade», apesar do despontar de uma ameaça concertada de outras potências europeias no Atlântico e no Índico. Do ponto de vista estritamente económico, no início do período em estudo, o autor assinala as condições vividas nos diversos espaços imperiais. O arquipélago de Cabo Verde seria atacado sucessivamente pelos holandeses, em S. Tomé a produção açucareira tinha já ultrapassado o seu período de glória assistindo-se a um conturbado período de revoltas de escravos. No Brasil os bandeirantes expandem fronteiras em busca de ouro, materializando-se a presença portuguesa, no início do séc. XVII, numa divisão territorial em capitânias. Nesta altura, a colónia tinha “uma população branca portuguesa de 14 000 homens”<sup>351</sup>. Recordamos que a população portuguesa em redor do Zambeze nunca excedeu algumas centenas de

---

<sup>350</sup> A.T. de MATOS, *O Império Colonial Português no início de século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas*, op. cit., p.183

<sup>351</sup> *Ibid.*, p. 185

indivíduos, sendo rara a sua proveniência do reino. Neste período, no Brasil, a sociedade colonial organizava-se em torno de uma economia baseada na exploração da cana-de-açúcar, que se iria transformar, mediante o crescimento da preponderância da exploração aurífera<sup>352</sup>.

Por oposição, grande parte do período em estudo foi “uma longa agonia” para a Carreira da Índia<sup>353</sup>. Desde o início do século XVII, que a Carreira declinava, sendo a década de 30 do mesmo século exemplo paradigmático, não só pela escassez de embarcações a partirem rumo ao Oriente, mas também pelo diminuto número das que conseguiam regressar a Lisboa. Charles Boxer corrobora esta ideia ao afirmar que “a long series of shipwrecks, arribadas (abortive voyages), and other maritime mishaps had reduced the once great and glamorous prestige of the Portuguese Indiamen to a very low ebb by 1650”<sup>354</sup>. Até meados do século XVIII esta situação manter-se-ia inalterada, continuando a citada “longa agonia” com um movimento anual de navios na Carreira que em média não superaria as três unidades. Há muito que a rota perdia fulgor e “o retorno financeiro começou a tornar-se cada vez menor, fazendo com que os investimentos fossem concentrados na Carreira do Brasil, investimento de retorno quase certo”<sup>355</sup>.

Neste contexto, a fraqueza inicial protagonizada pela dependência dos prazeiros relativamente às chefias africanas e portuguesas revelou-se uma vantagem para cimentarem a sua posição no início do séc. XVII. Com os esforços da Coroa concentrados no Atlântico, a presença portuguesa na região resumia-se a pouco mais que a iniciativa dos senhores dos prazos. Por outro lado, o Monomotapa decaía em lutas internas para as quais a ajuda dos senhores se revelaria decisiva. Foi desta forma que, os habitantes portugueses das principais cidades perto do Zambeze, encabeçados por Diogo Simões Madeira reuniram um exército privado para intervir na guerra civil no

---

<sup>352</sup> *Ibid.*, p.186; C.M. FILIPE, “Primeiro Contacto com Terras Brasileiras”, *art. cit.*, p.205

<sup>353</sup> P. GUINOTE, E. FRUTUOSO et A. LOPES, *As Armadas da Índia (1497-1835)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002., p.32

<sup>354</sup> C. BOXER, “The Carreira da Índia, 1650-1750”, *art. cit.*,

<sup>355</sup> R. RAMOS, *História de Portugal, op. cit.*, p.76; F.P. RAMOS, “Os Problemas Enfrentados no Cotidiano das Navegações Portuguesas da Carreira da Índia: Fator de Abandono Gradual da Rota das Especiarias”, *Revista de História da Universidade de São Paulo*, 1997, pp. 75-94., p.83

reino de Caranga<sup>356</sup> em auxílio do Monomotapa Gatsi Rusere, em 1607. Como resultado, o soberano africano recompensaria o prazeiro com a exploração argentífera da Chicova e mais algumas concessões mineiras ao rei português.

O período de alargamento mais acelerado dos territórios e influência dos senhores no sertão registou-se entre o fim do séc. XVI e a década de 1630<sup>357</sup>, mantendo-se a partir daí aquela que foi a maior área ocupada por Terras da Coroa e as iniciativas individuais cada vez mais distantes. Portugal tentou inverter a balança de poder com a conversão ao catolicismo, e declaração de vassalagem ao rei de Portugal, do Monomotapa Mavura<sup>358</sup> em 1629. Esta tentativa teve efeitos práticos muito reduzidos, perante um processo em grande medida irreversível. Nem poderia ter tido o efeito contrário, visto que quem no terreno negociou as condições de vassalagem foram os prazeiros, suportados pelos seus exércitos africanos<sup>359</sup>. Este foi “o período áureo e heróico da conquista e ocupação da Zambézia. Os nossos colonos não são os fracos residentes do princípio, mas verdadeiros chefes de guerra, senhores absolutos de territórios imensos”<sup>360</sup>.

Com estes acontecimentos, cresceu a preocupação do Vice-Rei da Índia, o conde de Linhares, que pretendia a instituição do cargo de vedor da fazenda para os Rios de Cuama<sup>361</sup>. O propósito era claro: retirar poder aos senhores do sertão e devolvê-lo à Coroa. Não obstante, este plano foi recusado pelo rei Filipe III de Portugal que procurou vias que evitassem um confronto direto com os enfiteutas, dando incentivos à povoação das terras por soldados casados, munidos de instrumentos para a agricultura, bem como enviadas mulheres de instituições de caridade para casarem no sertão. Todos estes incentivos datam da última década do governo de Filipe III resultando num crescimento populacional e territorial na Zambézia portuguesa. Por outro lado, sendo este

---

<sup>356</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", *art. cit.*, p.162

<sup>357</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, *op. cit.*, p.388

<sup>358</sup> Manuva em algumas fontes

<sup>359</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, p. 142

<sup>360</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, *op. cit.*, p.19

<sup>361</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, *op. cit.*, p.145

crescimento largamente alicerçado nos grandes senhores, este foi igualmente um período em que imperava a “ausência de justiça no sertão”<sup>362</sup>, pilhando-se os mercadores entre si, pilhando os africanos, tendo como garantido o suporte da convicção expansionista do capitão D. Nuno Álvares Pereira<sup>363</sup>, que pugnaria pelos seus próprios interesses políticos e comerciais.

A própria Coroa desenvolveu planos para a exploração mineira do oriente africano, nomeadamente na Chicova, Manica e na Caranga<sup>364</sup>. Os empreendimentos mais consistentes desenvolveram-se nos reinados de Filipe II e Filipe III de Portugal, tendo como pano de fundo uma estratégia de povoamento europeu e conquista militar do território. Esta estratégia foi particularmente mal sucedida na procura de prata, uma “miragem” segundo Capela<sup>365</sup>, essencial como moeda de troca em todo o comércio no Índico, nunca se chegando a provar a existência de um filão rentável na região. Sendo discutível a real existência de prata, o ouro existia em abundância suficiente para garantir a rentabilidade da sua exploração. Contudo, os planos da Coroa esmoreceram consecutivamente nos interesses próprios dos principais intervenientes nas redes de comércio: os senhores dos prazos, o Monomotapa e os próprios capitães.

Paralelamente, a norte do Zambeze, as invasões Maraves do início do século XVII foram importantes para a afirmação portuguesa junto das populações Macuas, e, sobretudo a sul, no Monomotapa. Os portugueses eram um aliado fulcral face ao avanço do novo inimigo, constituindo-se esta situação como uma oportunidade para forjar alianças na região. No início de seiscentos, as convulsões políticas entre o Monomotapa e os grupos Maraves vindos do Norte, e as próprias lutas internas pela soberania dentro do Monomotapa, criaram terreno fértil para a expansão territorial portuguesa<sup>366</sup>. Estes apresentavam uma força comercial e militar capaz de garantir a subsistência do

---

<sup>362</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.146

<sup>363</sup> Capitão de Moçambique e Sofala

<sup>364</sup> M. BASTIÃO, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", op. cit., p.12

<sup>365</sup> J. CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, op. cit., p.42

<sup>366</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., pp.117-119

Monomotapa, tendo este, no entanto, como retribuição cedido consecutivamente aos seus interesses na região.

Na segunda metade do século XVII, o regime dos prazos atingiu um ponto alto, expandindo a influência dos *muzungos* para o planalto de Manica, Quiteve, Barué e Bútua<sup>367</sup>. O próprio Monomotapa Caprasine tentou tardiamente expulsar os *muzungos* sendo derrotado e deixando estes últimos em posição privilegiada até à década de 1690. Nesta época, já os exércitos *achikunda* podiam ter mais de 5000 homens<sup>368</sup>. Este poder, criou uma bipolarização tal de forças que impossibilitou a criação de uma verdadeira colónia administrativamente portuguesa nas novas regiões. A Coroa alarmada pelo crescente poder dos prazeiros, tentou que as autoridades em Moçambique reafirmassem a sua autoridade, algo que não aconteceu por falta de meios humanos.

Apesar da prosperidade dos prazos, que fomentava a contínua exploração de um interior virtualmente sem horizonte, no final do século XVII esta instituição sofreu um duro revés. Mais precisamente, a partir de 1693 a expansão do Changamire para a região obrigou a uma retração drástica do terreno ocupado pelo Monomotapa e pelos portugueses, expulsando os donos dos prazos do sertão, e confinando-os ao vale do rio Zambeze. Conforme explicado resumido por Lobato, “eles foram os que arrancaram para o sertão movidos pelos seus negócios e ali se estabeleceram até serem escoraçados ante a força esmagadora do expansionismo do novo Império Changamire, ficando circunscritos às velhas terras da coroa de onde tinham partido”<sup>369</sup>.

A nova força conquistadora no terreno provocou uma redução significativa do território do Monomotapa, ditando o seu declínio que se manifestou em guerras internas e, em última análise, na devastação de grandes áreas na posse de prazeiros. Assim, enquanto na região Tonga do Zambeze os colonos tinham o apoio da Coroa, no planalto Caranga, os senhores dos prazos transformaram-se em guerreiros independentes, com constantes lutas entre si, lutas essas que facilitaram a expansão do Changamire. O único interesse dos prazeiros seria a sua prosperidade comercial, tendo ficado isolados em

---

<sup>367</sup> A. DISNEY, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II, op. cit.*, p.530

<sup>368</sup> S. SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português 1500-1700: uma história política e económica, op. cit.*, p.280

<sup>369</sup> A. LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763), op. cit.* p.169

territórios cada vez mais longínquos, isolados e despovoados<sup>370</sup>. Com linhas de comunicação cada vez mais extensas e ténues, estes prazeiros ficaram indefesos perante revoltas locais, sem dispor de uma entidade agregadora como a que existia junto às margens do Zambeze, sendo, naturalmente os primeiros a perderem os seus territórios. Entre o último quartel do século XVII e a década de 1720, a guerra na região protagonizada pelo Changamire ditou o abandono de grandes extensões onde assentavam os prazos e as minas, obrigando à deslocação das Terras da Coroa para junto da margem do Zambeze e afetando o comércio das duas principais exportações da região: ouro e marfim<sup>371</sup>.

Reposto o domínio político africano da região, o Changamire teria interesse em passar de uma atitude bélica, à cooperação comercial, reativando paulatinamente a autorização para os mercadores portugueses se deslocarem a feiras como a de Manica<sup>372</sup>. No entanto, os portugueses não voltariam a recuperar a sua influência política a sul do Zambeze, influência essa que chegara a ser preponderante na escolha das sucessões no Monomotapa.

### *Séc. XVIII*

Segundo alguns autores, os conflitos entre prazeiros e as populações africanas, em especial os cativos, foram uma marca constante do séc. XVIII. No início do séc. XX, Vilhena resumia o objeto de estudo como “uma região ainda em parte insubmissa, [onde é necessário] dominar uma raça guerreira, não só por índole, mas por tradição, porque nós próprios durante séculos os agitámos em guerras e perturbações incessantes”<sup>373</sup>. No entanto, esta visão é refutada por Eugénia Rodrigues<sup>374</sup> que defende que a mesma resulta de uma interpretação pouco rigorosa das fontes, que contemplam como conflitos sociais nos prazos as lutas entre africanos que ocuparam uma parte significativa das

---

<sup>370</sup> *Ibid.*, cit., p.170

<sup>371</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Portugêses*, op. cit., p.215

<sup>372</sup> A. LOBATO, "Prazos da Zambézia", art. cit.

<sup>373</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, op. cit., p.8

<sup>374</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.897

Terras da Coroa a sul do Zambeze depois da invasão Changamire. Apesar do seu reduzido número, a autora aponta as principais razões para estes conflitos. Estes motivos abrangiam colonos e escravos e consubstanciavam-se nas tentativas dos senhores aumentarem os tributos, nos castigos físicos<sup>375</sup> e a ingerência excessiva nas estruturas de poder dos grupos sociais africanos, livres e cativos. Esta situação causou em casos limite a fuga de grupos de *achikunda* que se refugiavam em prazos vizinhos, chefaturas limítrofes ou fundavam assentamentos próprios, designados *aringas*.

No século XVIII, a conturbação militar vivida na margem meridional do Zambeze, levou os prazeiros e as populações dos prazos a importantes movimentos migratórios para território Marave, a norte do rio. A situação deteriorou-se de tal forma que a partir de 1760 “os chefes Chonas instalavam-se nas terras (...) mesmo quando não as ocupavam, saqueavam-nas amiúde, conduzindo os foreiros e, aparentemente, os seus dependentes africanos a abandoná-las”<sup>376</sup>. Esta situação foi particularmente grave na região de Tete, assistindo-se a uma progressiva transição territorial e comercial para os territórios Maraves na margem norte do Zambeze. Para além de se apresentar como um território mais pacífico, apresentava vantagens evidentes como a possibilidade de explorar diretamente as minas de ouro e um terreno agrícola mais fértil<sup>377</sup>. O movimento iniciou-se na região de Tete, por ser a mais afetada pelas guerras africanas, expandindo-se através da negociação, ou conquista, liderada individualmente. Testemunho desta situação é o relato de Inácio Xavier, de 1758, transcrito por Andrade<sup>378</sup>, ao descrever Tete como uma cidade com poucos moradores, arruinada por dez anos de luta com o Monomotapa.

É no século XVIII que se assiste a um volte face no sistema territorial em estudo. Ao contrário de outros territórios, nomeadamente brasileiro e angolano, onde a Coroa exercia indiscutivelmente a sua supremacia política, no Zambeze a recuperação dos prazos foi feita pelos portugueses e descendentes mestiços que povoavam a região. O Zambeze era afirmado português por conveniência de um certo *status* conferido por

---

<sup>375</sup> A. ISAACMAN et D. PETERSON, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", *art. cit.*, p.273

<sup>376</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, *op. cit.*, p.494

<sup>377</sup> *Ibid.*, p.513

<sup>378</sup> A.A. de ANDRADE, *Relações de Moçambique Setecentista*, *op. cit.*, p.163



tal afirmação, pois a administração imperial não penetrou os territórios erigidos pelos grandes senhores, limitando-se a Sofala e à Ilha de Moçambique<sup>379</sup>. Este foi o estado da arte desde o início dos prazos, mas principalmente na sua recuperação em setecentos. Esta verdade só seria rebatida no período de expansão europeia imperialista em África, em finais do século XIX.

A violência e periodicidade dos desacatos parecem ter variado no espaço e no tempo, nomeadamente, sendo mais violentos e mais frequentes os conflitos ocorridos em prazos mais longínquos dos centros de poder português e, portanto, onde os senhores estariam mais vulneráveis. Da mesma forma, os conflitos tornaram-se mais frequentes com o avanço do séc. XVIII e aumento da procura de escravos para as redes comerciais fora do Zambeze, muito motivados pela prática de escravização dos colonos livres. Como contrapoder, a atuação dos senhores era largamente condicionada pela reação em cadeia das relações familiares tidas entre os escravos, colonos e, inclusivamente, algumas chefaturas limítrofes<sup>380</sup>. Como forma de retaliação, dependendo da gravidade, as populações podiam furtar-se a pagar os tributos ao senhor, pegar em armas contra o mesmo, ou, pura e simplesmente desertar. A ameaça de uma deserção em massa teria com certeza um forte efeito dissuasor dos prazeiros com maior ímpeto sobre as suas populações, visto que o seu poder militar, social e económico estava intimamente ligado à sua capacidade de mobilização de efetivos do ponto de vista militar e da produção do prazo<sup>381</sup>.

No final do século XVIII, o poder e riqueza destes senhores encontrava-se ligado à quantidade de escravos que conseguiam acomodar nas suas terras. De todo o território moçambicano, a região da Zambézia transformou-se na via principal do comércio de escravos e o espaço mais inconformado com a sua abolição no século XIX. Quanto mais crescia o poder dos senhores, mais difícil era a implementação da letra de lei na região visto que “ocupando áreas muito extensas, alguns destes domínios tinham evoluído para unidades político-territoriais autónomas, verdadeiros principados guerreiros, ora

---

<sup>379</sup> J.K. THORNTON, "Os Portugueses em África", *art. cit.*, p.166; A tardia preocupação com a ocupação territorial efetiva está patente no relatório sobre os prazos de 1916: E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, *op. cit.*

<sup>380</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, *op. cit.*, p.899

<sup>381</sup> *Ibid.*, p.904

avassalados à coroa portuguesa, ora assumindo atitudes de independência face aos seus agentes”.<sup>382</sup> De facto, para defender o prazo era necessário subordinar os reinos africanos à sua volta, mas era ainda mais importante não mostrar fraqueza perante os prazos circunjacentes<sup>383</sup>.

Neste contexto, a regulação pombalina da década de 1760 mostrou-se infrutífera no terreno. O objetivo era claro: reduzir o tamanho dos prazos a unidades de três léguas de comprimento, por uma légua de largura<sup>384</sup> aquando das sucessões e novos aforamentos. Contudo, aquando do levantamento de Truão<sup>385</sup>, em 1806, os territórios dos prazos encontravam-se intocados. Em 1806<sup>386</sup>, o autor apontava as quatro faces deste problema como fatores essenciais do subdesenvolvimento populacional e agrícola do território: a extensão dos prazos retirava meios de subsistência a novos enfiteutas; a falta de confiança no regime legal que permitia facilmente usurpar prazos; a posse dos prazos por parte de famílias da Ilha de Moçambique e Goa, que não residiam nos mesmos e, portanto, para além de não os desenvolverem eram violentos com as populações; a excessiva burocracia dos dominicanos no processo de matrimónio ligada a intenções de extorsão dos nubentes.

Em todo este fervilhar intui-se uma evolução significativa na atitude dos senhores perante o poder da Coroa<sup>387</sup>. No séc. XVII, prazeiros como Sisnando Baião e António Lobo da Silva empreenderam esforços pessoais na representação de interesses comuns sob a tutela portuguesa. Na centúria seguinte, a posição dos senhores alterou-se substancialmente tomando posições de autonomia como a recusa do pagamento de impostos, a resistência consecutiva à execução de novos regimes legais e ao poder do governador de Moçambique.

---

<sup>382</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, op. cit., p.375

<sup>383</sup> S. SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português 1500-1700: uma história política e económica*, op. cit., p.278-284

<sup>384</sup> E.J. de VILHENA, *Regime dos Prazos da Zambézia*, op. cit., p.25

<sup>385</sup> C.f. A.N. TRUÃO, *Estatísticas da Capitania dos rios de Senna do Anno de 1806*, op. cit.

<sup>386</sup> *Ibid.*, p.9

<sup>387</sup> A. ISAACMAN et B. ISAACMAN, "Os Prazeiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural", art. cit., pp.31-32

Pela dimensão que o tráfico de escravos atingiu, torna-se indissociável dos modelos económicos, sociais e culturais criados na interação europeia nos diversos espaços ultramarinos logo a partir do século XV. Caso paradigmático desta realidade, é o império português que, a partir do período quinhentista foi particularmente relevante pelo volume do tráfico ocorrido nas suas possessões. No entanto, este é um tema que podemos considerar assimétrico, uma vez que o tráfico apresenta números incomparavelmente mais significativos no Atlântico do que para lá do Cabo da Boa Esperança. Consequentemente, a bibliografia existente é muito mais extensa e aprofundada no primeiro caso, do que na sua congénere mais oriental.

Apesar de menos representativo em termos globais, o tráfico de escravos no Índico português, deixou uma marca económica e social que apesar de diversa da sua congénere atlântica, terá o mesmo interesse como objeto de análise para a compreensão das dinâmicas regionais e imperiais. Ao referirmos um começo tardio no Índico corremos o risco de cometer uma grave imprecisão histórica que terá de ser desde já clarificada. Efetivamente, nesta região existia escravatura e consequente comércio de escravos, mesmo antes da chegada portuguesa. A ideia que pretendemos transmitir não será a da inexistência desta atividade previamente ao século XVIII, mas antes que apenas neste período ganhou um impulso estatístico significativo, apresentando uma sistematização que lhe deu relevância económica.

Perante este enquadramento, o valor produzido pelo negócio de escravos, trouxe alterações sociais importantes a partir de 1780, como recorda Luís Antunes<sup>388</sup> “o acréscimo do tráfico de escravos a partir de 1783, não só proporcionou aos armadores e comerciantes portugueses grandes somas em dinheiro que lhes permitiram alcançar a influência económica que até aí não desfrutavam, como, também, acelerou a transformação da principal atividade dos comerciantes baneanes no domínio do comércio de marfim”. Assim, em Moçambique o florescimento do negócio negreiro gerou uma classe de famílias de armadores, em regime de quase oligarquia, distinta da sociedade fundiária dos prazos da Zambézia, que se servia dos seus cargos na teia administrativa colonial portuguesa para seu próprio rendimento.

---

<sup>388</sup> L.F.D. ANTUNES, "O comércio com o Brasil e a comunidade mercantil em Moçambique (séc. XVIII)", in *Actas do Congresso Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2005., p.7

Os baneanes que detinham anteriormente o domínio económico foram desta forma duplamente penalizados. Por um lado a sua menor adaptação ao negócio dos escravos excluía-os na maioria dos casos desta rentável atividade. Por outro lado, a captura dos mesmos em regiões litorais interferia com as rotas do marfim que se projetavam para o hinterland. Alpers<sup>389</sup> descreve a situação aprofundando que o comércio do marfim, teria como principais vendedores os Yao<sup>390</sup> que se deslocavam entre dois a quatro meses para trazer até à costa o seu produto. A partir de meados do século XVIII, estes tiveram maiores dificuldades em chegar ao seu destino, pois o comércio de escravos tornara os Macuas mais agressivos e munidos de armas de fogo, fruto de algum comércio direto com compradores franceses.

Os colonos do vale do Zambeze também se incluíam neste proveitoso negócio. Luís Antunes<sup>391</sup> refere que no final do séc. XVIII, graças a um aparecimento tardio mas consistente do comércio de escravos, os prazeiros tornaram-se figuras eminentes na sociedade moçambicana pelo poder e riqueza conferidos por este tráfico. Em termos sociais, a substituição do prazeiro por um comerciante externo, desconhecedor da realidade local, enfraqueceria uma pedra angular da presença portuguesa em Moçambique. Ao deixar de existir um laço cultural e familiar com as chefias africanas, esboroava-se igualmente o reconhecimento da autoridade do prazeiro.

Analisando de forma transversal, esta situação apenas será lógica considerando que a partir de 1752, com a independência administrativa de Moçambique, os prazos seriam aforados diretamente na Ilha, pelo que a rede clientelar mais proeminente seria a nova classe de comerciantes de escravos sedeados junto do governo-geral. A partir desta data, entraram em vigor vários diplomas que promoviam a aproximação com o modelo de sesmarias em vigor no Brasil<sup>392</sup>, sendo esta medida acompanhada da chegada progressiva de altos quadros para a administração e novos prazeiros provindos desta mesma origem. Na segunda metade do séc. XVIII, entrou ainda em vigor a limitação de

---

<sup>389</sup> E.A. ALPERS, *Ivory and Slaves in East Central Africa*, *op. cit.*, p.107

<sup>390</sup> Os Yao destacam-se como potência comercial na região nos séculos XVII e XVIII, sendo apontada como justificação para o seu pendor comercial o facto de viverem no interior montanhoso, sem possibilidade de subsistir da agricultura, como os povos seus vizinhos, restando-lhes como alternativa o comércio com a costa, C.f. H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", *art. cit.*

<sup>391</sup> L.F.D. ANTUNES, "A Influência Africana e Indiana no Brasil, na Virada do Séc. XVII: Escravos e Têxteis", *art. cit.*, p.143

<sup>392</sup> A. LOBATO, "Prazos da Zambézia", *art. cit.*

cada enfiteuta poder deter apenas um prazo. Desta forma, os tradicionais senhores, que como vimos se encontravam imiscuídos no quotidiano africano, foram paulatinamente substituídos<sup>393</sup> por uma nova elite que não conhecia presencialmente o sertão africano e cujo único intento seria o lucro advindo do «tráfico de almas». Já em tempo de República, em 1916, num inflamado pelo discurso político, Pedro Alvares<sup>394</sup>, discorria sobre a sociedade ainda existente nos prazos onde um milhão de indígenas viviam numa verdadeira servidão, sem fiscalização do Estado.

Independentemente dos prazeiros terem uma longa tradição familiar no sertão, ou pertencerem à poderosa classe de mercadores sita na Ilha de Moçambique, a conjuntura económica jogava a favor dos prazos que como consequência do aumento do comércio, beneficiaram da deslocação dos núcleos geográficos onde se fazia o mesmo. A principal alteração foi a passagem do ponto fulcral da Ilha de Moçambique para o porto de Quelimane, onde existiam condições logísticas mais favoráveis, nomeadamente mais alimentos e uma maior abundância de escravos. Naturalmente, as relações de causa e efeito enunciadas alavancam-se mutuamente, consolidando o sistema de prazos, que fornecia os escravos e beneficiava toda a logística necessária ao comércio.

As alterações no ecossistema social provocadas pelo novo equilíbrio económico nas exportações moçambicanas não se ficariam pela influência dos comerciantes e facilitadores e a sua consequente ascensão. A proveniência dos cativos vendidos, especialmente para as ilhas francesas, é disperso, mas podemos identificar uma preponderância de afluência da região Norte, num comércio controlado pelos Macua. Segundo Newitt<sup>395</sup>, aqui encontramos um efeito indireto nas populações nativas, criando um novo equilíbrio de poder a favor de quem através de transações comerciais conseguisse adquirir armas de fogo, artigo que os portugueses na sua política de expansão não transacionavam.

Não podemos no entanto concordar na íntegra com a afirmação que “o fracasso da exploração aurífera e a perda do mercado do marfim em favor dos Yao e dos Bisa

---

<sup>393</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit., p.922

<sup>394</sup> P.A. ÁLVARES, *O Regime dos Prazos da Zambézia*, op. cit., p.54

<sup>395</sup> M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit., pp.226-246

obrigaram-nos [os portugueses] a participar ativamente do comércio de escravos”<sup>396</sup>. Embora esta constatação ilustre uma tendência real de alteração do paradigma económico, fornece uma justificação simplista para a mesma. Em nosso entender, o fator mais importante para o aumento da preponderância do tráfico de escravos na economia zambeziana, no final do séc. XVIII, não se encontra no sertão africano, mas sim fora dele. O fator decisivo foi o aumento exponencial da procura, acompanhado pela complacência de uma estrutura burocrática que viu nas ilhas francesas uma oportunidade de ascensão social e económica. Prova desta situação, é a adaptação dos povos do *hinterland* às novas circunstâncias, sendo os próprios Yao a fonte que suportava parte da oferta de escravos da região. Desta forma, não assistimos ao “fracasso” económico de determinado produto, mas antes à adaptação de todos os intervenientes da cadeia económica em face de uma nova oportunidade.

Bhila<sup>397</sup> considera que houve uma decadência no sistema de prazos na segunda metade do séc. XVIII. A primeira razão apontada assenta no facto dos senhores se substituírem às chefias africanas, aproveitando o seu poder para escravizar a mão-de-obra assim conseguirem produzir a baixo custo, aterrorizando os colonos ao tratá-los com violência. Seguindo este raciocínio, o autor descreve uma reação de revolta dos escravos que desertavam<sup>398</sup>. Uma segunda razão está ligada ao tráfico de escravos, visto que os senhores, para além das incursões nos territórios vizinhos, começaram a vender os seus próprios colonos. A existência de escravos nos prazos é uma evidência, mas originalmente os mesmos fariam parte das rotas de tráfico das quais os prazeiros eram intermediários, sendo responsáveis pelo seu enriquecimento juntamente com o comércio aurífero.

O tráfico de escravos levou à mudança do paradigma social que vigorava desde finais de seiscentos na região. O sector primário, nunca foi o negócio do prazeiro, mas sempre foi a base da subsistência dos territórios, não sendo assim proveitoso ao senhor afugentar ou vender os colonos que plantavam o sustento do seu exército *achikunda*. Contudo, com o crescimento de importância do tráfico de escravos no decorrer do séc.

---

<sup>396</sup>K.M. PHIRI, O.J.M. KALINGA et H.H.K. BHILA, "A Zambézia do Norte: a região do Lago Malawi", *art. cit.*, p.749

<sup>397</sup> H.H.K. BHILA, "A região ao Sul do Zambeze", *art. cit.*, p.771

<sup>398</sup> Espécie de quilombo no território moçambicano que albergava uma comunidade de escravos fugidos dos seus senhores

XVIII, esta situação verificou-se como corrobora Sebastião Botelho Xavier: “o lucroso tráfico da escravatura, principal origem da decadência e atual pobreza deste imenso território tem diminuído sobremaneira o número dos cativos e os forros cultivadores tem sofrido a mesma diminuição, assim por venda (...) como por desertarem para os sertões”<sup>399</sup>.

No séc. XVIII o sistema de prazos começou a colapsar, em nosso entender por dois motivos distintos, sendo as revoltas de escravos consequência e não motivo para esse colapso. O primeiro motivo é político e baseia-se na geopolítica local e no surgimento de novas potências africanas que obrigaram os prazos recuar territorialmente. Este recuo impediu o acesso direto e seguro às *feiras* e *bares* onde se desenrolava o trato do ouro, principal sustento dos senhores no séc. XVII. O segundo motivo, é interno ao sistema e decorre da falta de sentido de unidade, que faria os *prazeiros* lutarem entre si e com a Coroa. Os senhores dos prazos eram poderosos na sua pequena escala, mas não constituíam uma entidade única capaz de derrotar um movimento migratório de um povo africano. Esta falta de uniformidade manifestou-se de forma mais veemente quando os senhores deixaram de viver no prazo, conseguindo as suas concessões na Ilha de Moçambique, local a partir de onde dirigiam a sua atividade mercantil. Todavia, neste momento já nos encontrávamos muito distantes da matriz sociocultural dos primeiros comerciantes que se imiscuíram no sertão no séc. XVI, integrando-se nas sociedades locais, num quadro de miscigenação. Os *prazeiros* que caíram no erro estratégico de incluir no tráfico de escravos os colonos e *achikunda* dos seus próprios prazos<sup>400</sup>, a partir do final de setecentos fizeram-no tendo em vista apenas o lucro de curto prazo. Esta atitude foi tomada sem a percepção que este cenário faria colapsar imediatamente o vínculo de confiança entre senhores e cativos que mantinha os prazos sem insurreições, ou nos casos de maior argúcia, sem a preocupação que o mesmo acontecesse no sertão enquanto os lucros chegassem à Ilha de Moçambique. Sumarizamos esta temática com a posição de Isaacman<sup>401</sup> que refere apenas se colocar a questão da fuga dos *achikunda* na primeira década do início do séc.

---

<sup>399</sup> S.X. BOTELHO, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, op. cit., p.263

<sup>400</sup> A. ISAACMAN, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, op. cit., p.116

<sup>401</sup> *Ibid.*, p.117

XIX, disfrutando até aí os mesmos de liberdade bastante para fugirem se fosse esse o seu intento, algo que apenas aconteceu residualmente.

Todo o contexto referido tornou dramaticamente difícil o estabelecimento pacífico de colonos, impedindo assim o desenvolvimento da região. Apenas um interesse imperava: o dos próprios prazeiros que lutavam entre si, numa constante volatilidade da sua lealdade. Nesta época, em termos estritos podemos afirmar que houve um aumento da zona de matriz europeia na região, pois era isso que os prazeiros representavam, mesmo que remotamente. Contudo, este aumento de influência, embora aproveitado em termos meramente retóricos pelas autoridades portuguesas, não tinha consequências políticas práticas. Os próprios funcionários da Coroa ignoravam os atropelos legais dos grandes senhores, visto que os mesmos contribuíam ativamente, mas seguindo interesses próprios, para o fornecimento de mão-de-obra e poder bélico para defender os interesses oficiais de Portugal.

Uma referência final para a dificuldade sentida em impor a letra de lei e respetiva abolição do tráfico de escravos no território português no decorrer do séc. XIX. Os obstáculos levantados pelos prazeiros no terreno confirmaram a região da Zambézia como “centro nevrálgico”<sup>402</sup> do comércio de escravos. Perante esta situação, a coroa tentou reduzir o poder dos *muzungos* em 1854, substituindo os prazos por arrendamentos, resultando esta medida em sangrentas lutas na região na segunda metade do século XIX. Estas lutas mostraram poderosos exércitos reunidos pelos senhores dos prazos que lutavam contra uma pequena resistência oficial portuguesa, defendendo um sistema cuja matriz sociocultural se distingue do nosso objeto de estudo, mas que estaria condenada pela nova necessidade de ocupação territorial efetiva em África por parte das potências europeias.

---

<sup>402</sup> J.P.O. COSTA, J.D. RODRIGUES et P.A. OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, op. cit., p.375



## CONCLUSÃO

Os prazos do Zambeze foram uma das instituições fundamentais da África Oriental portuguesa vigorando, com diferentes enquadramentos, durante três séculos e meio. Esta instituição constitui-se como uma criação *sui generis* no âmbito do Império Português, tendo penetrado o sertão africano, deixando uma marca tão profunda que influenciou geográfica e socialmente o Moçambique dos nossos dias. O prazo resulta de uma intrincada mistura de modelos que conjugam a tradição legal reinol, as necessidades e oportunidades da economia imperial, a tradição cultural africana e, bastas vezes, a influência política de Goa. Todas estas vertentes se reúnem na figura do prazeiro, elemento essencial do presente estudo, sobre o qual elencámos os principais elementos definidores.

O senhor que lidera o prazo no séc. XVII é uma construção, antes de mais, individual, confirmada legalmente pela necessidade da Coroa de incentivar o povoamento de vários espaços ultramarinos, sem que isso obrigasse a um investimento significativo. Da mesma forma, as chefaturas africanas encontraram nestes indivíduos importantes aliados para fortalecer a sua posição perante os seus inimigos. Nestas circunstâncias, o prazeiro vive entre duas realidades díspares, comungando no seu dia-a-dia das estruturas sociais africanas, mas necessitando igualmente da confirmação das autoridades portuguesas para garantir a sua prosperidade comercial e reconhecimento social. Excluindo situações políticas momentâneas e as malformações da evolução do sistema fora do vale do Zambeze, este é um modelo que parece interessar a todos os intervenientes. A coroa vê salvaguardado o seu domínio territorial, sem haver esforço direto de conquista e por vezes sem possuir um verdadeiro domínio administrativo. As chefaturas africanas podem contar com o poder militar privado dos prazeiros e a sua organização política e económica. Os prazeiros veem crescer as suas fortunas e são reconhecidos como peças fundamentais pelos outros dois intervenientes. Este modelo tem no entanto um perigo evidente para a Coroa. Trata-se da evolução natural de uma sociedade longínqua de Lisboa, que em determinado momento rejeita o seu poder e se comporta de forma autónoma.

A sociedade dos prazos do Zambeze nos séculos XVII e XVIII engloba dinâmicas sociais que abrangem um tempo e espaço demasiadamente latos para serem

generalizados como uma realidade única. No mapa geopolítico da região, independentemente da presença portuguesa, as voláteis chefaturas africanas apresentavam uma estrutura de governação diferente dos modelos de matriz europeia. Estes reinos, com fronteiras mais fluídas e importantes convulsões políticas, muito influíram na evolução dos territórios portugueses, tendo o seu estudo acompanhado também as dinâmicas da região. São exemplo destes momentos definidores a invasão Changamire no final de seiscentos e a massificação do tráfico de escravos em setecentos. Se o primeiro momento alteraria para sempre a geografia dos prazos, o segundo seria definidor da ascensão de novos prazeiros.

A singularidade do modelo de prazos relativamente ao contexto atlântico é uma característica patente em múltiplas dimensões. Desde logo, a sua formulação jurídica: as teses que nos merecem maior crédito apontam o sistema como uma mistura da tradição legal Ibérica da Idade Média, nomeadamente do período de reconquista, com um enquadramento de enfiteuse já praticado nos territórios da Província do Norte, na Índia portuguesa. Todavia, este é apenas o seu enquadramento formal numa perspetiva portuguesa, sendo a sua prática diversa da atlântica pela manifesta falta de influência da estrutura administrativa oficial, e da letra lei emanada de Goa e de Lisboa. No terreno, os prazeiros integraram-se paulatinamente na mundividência africana, sendo parte integrante desta sociedade de forma muito mais ativa do que o que se verificou, no Brasil ou em Angola.

Na descrição social dos prazeiros e da sua rede de interações sociais não se vislumbram líderes despóticos de um modelo social por uma multiplicidade de motivos elencados no estudo, que agora resumimos. O primeiro motivo reside na fragilidade da sua posição pela sua atuação individual, com relações com as chefaturas africanas altamente personalizadas, ao invés de uma atuação em nome de um soberano ou de um grupo social unificado, que personificaria uma verdadeira elite. Outro motivo, reside em todo o processo de aculturação a que estão sujeitos no remoto sertão zambeziano, vivendo a prática africana com muito maior frequência do que a portuguesa. Para aqueles que se embrenharam no sertão, arriscamos que a sua identificação com o Império português se deve exclusivamente a uma dupla conveniência: a sua necessidade de usar a rede comercial portuguesa para garantir a sua prosperidade e a pertinência para a Coroa de afirmar os territórios enquanto sua possessão. Por fim, a africanidade enquanto característica social primordial dos enfiteutas conduz-nos à análise da

influência dos senhores perante os colonos livres e as suas lideranças. Neste capítulo, descortina-se uma tendência natural das populações para recusar a interferência externa na escolha das suas estruturas hierárquicas e mesmo para se furtarem a liquidar a tributação estipulada pelos senhores e a deslocarem-se amiúde para outros territórios. A exceção a este modo de atuação encontra-se nos *achikunda*. Estes, apesar de originalmente africanos, eram um grupo tão recente quanto os próprios senhores, visto terem sido reunidos pelos mesmos na sua necessidade de contrabalançar o poder dentro do prazo. Em certa medida, conforme descrito, julgamos que os *achikunda* foram melhor sucedidos na criação de uma identidade enquanto grupo social, do que os seus senhores.

No estudo da evolução do modelo de prazos e do seu papel económico no contexto imperial português descortinamos a pedra basilar em que, segundo a nossa análise, assentam as fundações das interpretações menos rigorosas sobre os prazos. Durante os dois séculos em estudo ocorreram importantes mudanças exógenas que precipitaram a mutação desta instituição. São estas modificações que tendem a ser interpretadas de forma anacrónica e extrapoladas para todo o período de existência do prazo. Assinalamos, como principais exemplos desta evolução, as invasões de cariz militar do Changamire a sul do Zambeze e dos Maraves a norte do mesmo. Outra mudança foi a crescente afirmação das donas do Zambeze, que só surgiriam nas últimas décadas do séc. XVII, mas cujos registos não confirmam a sua origem reinol.

Por último, em termos económicos, a evolução da procura escravagista, iniciada pelas possessões francesas no Índico, levou os senhores a substituírem as suas redes de comércio de ouro e marfim pela especialização no tráfico de escravos. Concomitantemente, estas alterações levaram à evolução para uma sociedade diferente da experimentada pelos *muzungos* originais, sendo os prazos cobiçados por ricos mercadores sedeados na Ilha de Moçambique. Esta nova elite, mais próxima da administração oficial, independente de Goa desde 1752, conseguiu a concessão de importantes territórios no Zambeze, sendo estes os novos senhores, célebres pela sua vida faustosa e distante dos prazos, e pelos seus casamentos encomendados com donas do Zambeze. Não poderíamos estar mais distantes da matriz sociocultural dos pioneiros, moldada no interior de África no final do séc. XVI, ainda antes da instituição legal dos prazos, que se integrou nas sociedades locais, e se desenvolveu num quadro de miscigenação com influência portuguesa, asiática e, sobretudo, africana.

A dissertação que agora se apresenta resulta da revisão exaustiva dos principais autores que ao longo do tempo se debruçaram sobre a África Oriental portuguesa. Não temos a presunção de ter esgotado uma realidade tão abrangente, nem seria objeto do presente trabalho abarcar alguns pontos por se encontrarem fora dos limites temáticos ou metodológicos da dissertação. É, contudo, da máxima relevância que os mesmos sejam discriminados para usufruto de futuros investigadores. O primeiro ponto nestas condições é a muito debatida origem jurídica do modelo de prazos. Sendo as Terras da Coroa, construções eminentemente jurídicas, vários são os autores e as opiniões divergentes sobre a sua origem. Neste campo, a História muito teria a ganhar com uma aprofundada investigação multidisciplinar que identifique cabalmente os regimes jurídicos aplicados, a sua convergência e a sua efetiva prática na concessão das enfiteuses aos senhores dos prazos. Outra vertente em que uma análise rigorosa poderá trazer à luz novos factos à narrativa histórica será a compreensão dos intervenientes não portugueses no terreno. A generalidade dos relatos e da documentação oficial da época, exprime, por motivos óbvios uma mundividência portuguesa. Esta tende a centrar-se nos senhores dos prazos e nas missões religiosas, havendo larga margem de progressão no que concerne às redes muçulmanas, à complexidade multicultural do fenómeno suaíli na região e mesmo à presença informal de outros europeus na região.

Como derradeiro ponto para aprofundamento futuro assinalamos até à data a carência de fontes que exprimam de forma suficientemente aprofundada a vivência africana do modelo de prazos. Esta dificuldade entronca num problema metodológico evidente que se materializa na escassez de fontes escritas, no seio de uma tradição de transmissão cultural essencialmente oral. Dois dos reflexos mais evidentes desta problemática são a incerteza relativamente aos desenvolvimentos políticos das altas esferas africanas, quando estes não envolvem diretamente os portugueses, e a sistemática ausência de dados demográficos fidedignos anteriores ao séc. XVIII.

Conforme exposto, a temática escolhida para a dissertação “Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (séculos XVII e XVIII)” apresenta múltiplas interpretações em questões absolutamente essenciais à definição do modelo em estudo. Neste sentido, a sua elaboração contemplou necessariamente uma leitura exploratória da bibliografia mais representativa de diferentes opiniões, como forma de apontar um trilho caracterizado por uma voz própria, devidamente alicerçada em pressupostos lógicos de investigações anteriores.

Seguindo este caminho, terminamos identificando uma conclusão transversal a todas as temáticas até agora elencadas. A influência dos prazeiros é bastas vezes sobrevalorizada, numa perspectiva que vê a sua figura enquanto líder incontestado do vale do Zambeze, com um poderio ilimitado sobre as populações locais. Tendemos a optar por uma abordagem mais harmoniosa, com a firme convicção que estes agentes se imiscuíram paulatinamente na estrutura de poder, ficando enredados entre os jogos de poder da Coroa e das chefias africanas. Se é factua que a espaços, alguns deles conseguiram reunir individualmente um poderio impressionante, não é menos verdade que esse poder teve constantemente de ser negociado, simultaneamente com África e com a Europa.

## **Anexos**

**Mapa 1 – A geopolítica no vale do Zambeze no séc. XVII<sup>403</sup>**



<sup>403</sup> Mapas construídos com informação de E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, op. cit.; complementado com M. NEWITT, *História de Moçambique*, op. cit.. e L.F.D. ANTUNES et M. LOBATO, «Moçambique e a Presença Portuguesa na Costa Oriental Africana (1660-1820)», art. cit.

### Mapa 2 – A geopolítica no vale do Zambeze no séc. XVIII





## BIBLIOGRAFIA

### Estudos

ALPERS, Edward A., *Ivory and Slaves in East Central Africa*, Los Angeles, University of California Press, 1975.

ALPERS, Edward A., "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)", in *Cahiers d'études africaines*, Volume 10, N.º 37, 1970, pp. 80-124.

ÁLVARES, Pedro António, *O Regime dos Prazos da Zambézia*, Lisboa, Tipografia Universal, 1916.

ANDRADE, António Alberto de, *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1985.

ANTUNES, Luís Frederico Dias, "A persistência dos Sistemas Tradicionais de Propriedade Fundiária em Damão e Baçaim (século XVI)", in SERRÃO, J.V. et al. (ed.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*, Lisboa, 2014, pp. 156-165.

ANTUNES, Luís Frederico Dias, "A Influência Africana e Indiana no Brasil, na Virada do Séc. XVII: Escravos e Têxteis", in JOÃO FRAGOSO (ORG.), MANOLO FLORENTINO (ORG.), ANTÓNIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO (ORG.), A.P.C. (org. . (ed.), *Nas Rotas do Império, eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, n.d., EDUFES, 2006.

ANTUNES, Luís Frederico Dias, "O comércio com o Brasil e a comunidade mercantil em Moçambique (séc. XVIII)", in *Actas do Congresso Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa, 2005.

ANTUNES, Luís Frederico Dias, LOBATO, Manuel, "Moçambique e a Presença Portuguesa na Costa Oriental Africana (1660-1820)", in MARQUES, A.H.O. et M.J. LOPES (ed.), *O Império Oriental (1660-1820)*, t. 2. *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Estampa, 2006, pp. 265-332.

- BASTIÃO, Maria, "A Ilha de Moçambique de Seiscentos: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro", in *II Jornadas do Mar - Escola Naval/Marinha Portuguesa*, Lisboa, 2010.
- BETHENCOURT, Francisco, "Configurações Políticas e Poderes Locais", in BETHENCOURT, F. et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 207-264.
- BOXER, Charles, *Moçambique Island and the Carreira da Índia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961.
- BOXER, Charles, "The Carreira da Índia, 1650-1750", in *The Mariner's Mirror, Vol.46, No. 1, The Quaterly Journal of the Society for Nautical Research*, 1960, pp. 36-54.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "Um triângulo conflituoso: relações comerciais da ilha de São Tomé com os reinos do Kongo e de Angola durante o Séc. XVI", in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico – n.º3*, 2011, pp. 671-687.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, "Elites locais, património e mobilidade social no arquipélago de São Tomé e Príncipe durante o século XVIII", in *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, 2011.
- CAPELA, José, *Moçambique Pela Sua História*, e-book, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010.
- CAPELA, José, "Como as Aringas de Moçambique se Transformaram em Quilombos", *Revista Digital Tempo*, 2005, pp. 70-97.
- CAPELA, José, *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2002.
- CAPELA, José, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Edições Afrontamento, 1996.
- CAPELA, José, MEDEIROS, Eduardo, *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as*

*Ilhas do Índico, 1720/1902*, Maputo, Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, Imprensa Nacional de Moçambique, 1987.

CARREIRA, António, "O Primeiro «Censo» de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde", in *Revista de História Económica e Social* - n. 13, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1984, pp. 51-66.

CASTELO, Inês Fontes, *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-História e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

FILIPE, Carlos Mattoso, "Primeiro Contacto com Terras Brasileiras", in ALBUQUERQUE, L. de (ed.), *Portugal no Mundo, vol.III, O Descobrimento do Brasil e suas Consequências*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 198-209.

GUINOTE, Paulo, FRUTUOSO, Eduardo, LOPES, António, *As Armadas da Índia (1497-1835)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

GURVEN, Micheal, KAPLAN, Hillard, "Longevity Among Hunter-Gatherers: A Cross-Cultural Examination", in *POPULATION AND DEVELOPMENT REVIEW*, 33, 2007, pp. 321-365.

HAIGHT, Mabel V. Jackson, *European Powers and South East Africa, 1796-1856*, New York, Frederick A. Praeger, Inc., 1967.

HENRIKSEN, Thomas, *Mozambique: a History*, Southampton, The Camelot Press, 1978.

HOPPE, Fritz, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal 1750-1777*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar, 1970.

ISAACMAN, Allen, *Chikunda Transfrontiersmen and Transnational Migrations in Pre-colonial South Africa*, vol. 27, n.d., University of Venda, 2000.

ISAACMAN, Allen, "The tradition of resistance in Mozambique : anti-colonial activity

in the Zambesi valley 1850-1921", in *Mozambique: the africanization of a European Institution, the Zambesi Prazos, 1750-1902*, London, Heinemann, 1976.

ISAACMAN, Allen, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambesi Prazos, 1750-1902*, London, The University of Winsconsin Press, 1972.

ISAACMAN, Allen, ISAACMAN, Barbara, "Os Prazeiros como Trans-raianos: Um Estudo sobre Transformação Social e Cultural", *Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, octobre 1991.

ISAACMAN, Allen, PETERSON, Derek, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 36, n° 2, 2003, pp. 257-281.

JOHNSON, H.B., "Portuguese Settlement, 1500-1580", in BETHELL, L. (ed.), *Colonial Brasil*, Cambridge, 2004, pp. 1-38.

LOBATO, Alexandre, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique (1753-1763)*, Lisboa, Edições Alfa, 1989.

LOBATO, Alexandre, "Sobre os Prazos da Índia", in ALBUQUERQUE, L. et I. GUERREIRO (ed.), *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 459-466.

LOBATO, Alexandre, *Colonização Senhorial da Zambézia e Outros Estudos*, n.d., Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

LOBATO, Alexandre, "Prazos da Zambézia", in *Reformulação do Estado da Índia*, 2º Vol, Cap. X, Mapfre, s.d.

LOBATO, Manuel, "Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma Religioso no Norte de Moçambique nos Séculos XV a XIX", in *Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, Lisboa, 2012.

- LOBATO, Manuel, "Ilha de Moçambique. Escala africana da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII", in *Catálogo Oficial. Pavilhão de Portugal. 1998. Exposição Mundial de Lisboa*, Lisboa, 1998, pp. 115-129.
- LOPES, Maria Mártires, "Goa: a simbiose luso-oriental", in MARQUES, A.H.O. et M.M. LOPES (ed.), *O Império Oriental (1660-1820)*, t. 2. *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VI, 2006, pp. 15-193.
- MATOS, Paulo Teodoro, VOS, Jelmer, "Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico", in *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 17, núm. 3, Maringá – Brasil, Univesidade Estadual de Maringá, 2013., pp. 807-834
- MAURO, Frédéric, "As Capitanias Hereditárias do Brasil", in ALBUQUERQUE, L. de (ed.), *Portugal no Mundo, vol.III, O Descobrimento do Brasil e suas Consequências*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 234-247.
- PEARSON, Micheal N., "Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses", in BETHENCOURT, F. et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 93-114.
- PHIRI, K.M., KALINGA, O.J.M., BHILA, H.H.K., "A Zambézia do Norte: a região do Lago Malaui", in OGOT, B.A. (ed.), *História Geral de África - Vol. V*, Brasília, UNESCO, 2010.
- RAMOS, Fábio Pestana, "Os Problemas Enfrentados no Cotidiano das Navegações Portuguesas da Carreira da Índia: Fator de Abandono Gradual da Rota das Especiarias", *Revista de História da Universidade de São Paulo*, 1997, pp. 75-94.
- RODRIGUES, Eugénia, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Mozambique nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.
- RODRIGUES, Eugénia, "As Donas de Prazos do Zambeze. Políticas Imperiais e

Estratégias Locais", in *VI Jornada Setecentista: Conferências e comunicações*, Curitiba, Aos Quatro Ventos/Cedop, 2006, pp. 15-34.

ROQUE, Ana, *Terras de Sofala: Persistências e Mudança. Contribuições para a História da Costa Sul Oriental de África (secs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

RUSSELL-WOOD, A.J.R., "Padrões de Colonização no Império Português", in BETHENCOURT, F. et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, 2010, pp. 171-206.

THOMAZ, Luís Filipe, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 207-243.

VILHENA, Ernesto Jardim de, *Regime dos Prazos da Zambézia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

WAGNER, Ana Paula, "Política e população no Império Português: Moçambique no último quartel do século XVIII", in DORÉ, A. et A. de A. SANTOS (ed.), *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR-SCHILA/ Fundação Araucária, 2009, pp. 399-411.

WAGNER, Ana Paula, "Moçambique e seu "Diminuto Número de Habitantes": Recenseamentos da População da África Oriental Portuguesa, no Último Quartel do Século XVIII", in *Diálogos*, v. 11, n. 1/n. 2, DHI/PPH/UEM, 2007, pp. 239-266.

WAGNER, Ana Paula, *Populações no Império Português: Recenseamentos na África Oriental Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

## **Fontes impressas**

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e, "Diário da Viagem da Vila de Tete, Capital dos Rios de Sena, para o Interior de África", in ALBUQUERQUE, L. de (ed.),

*Textos para a História da África Austral (Século XVIII)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 81-132.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e, "Observações Sobre a Viagem da Costa de Angola à Costa de Moçambique", in ALBUQUERQUE, L. de (ed.), *Textos para a História da África Austral (Século XVIII)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 62-76.

BOTELHO, Sebastião Xavier, *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*, Lisboa, José Baptista Morando, 1835.

MIRANDA, António Pinto de, "Memória sobre a Costa de África (c. de 1766)" in António Alberto de Andrade (org.), *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1955, pp. 231-302

SANTOS, Frei João dos, *Etiópia Oriental (I)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

TRUÃO, António Norberto, *Estatísticas da Capitania dos rios de Senna do Anno de 1806*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

## **Bibliografia geral**

BHILA, H.H.K., "A região ao Sul do Zambeze", in OGOT, B.A. (ed.), *História Geral de África - Vol. V*, Brasília, UNESCO, 2010.

BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo*, Lisboa, Texto & Grafia, 2014.

COSTA, João Paulo Oliveira, LACERDA, Teresa, *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira, RODRIGUES, José Damião, OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

CRUZ, Maria Augusta Lima, D. Sebastião, Mem Martins, Temas e Debates, 2009.

- DELACAMPAGNE, Christian, *História da Escravatura*, Lisboa, Texto & Grafia, 2002.
- DISNEY, Anthony, *História de Portugal e do Império Português, Vol. II*, Lisboa, Guerra e Paz, 2011.
- GARCIA, José Manuel, *Breve História dos Descobrimentos e da Expansão de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- MATOS, Artur Teodoro de, *O Império Colonial Português no início do século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995.
- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Mem Martins, Europa-América, 1997.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique - Formação e Oposição 1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- RAMOS, Rui, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R., "The Gold Cycle, 1690-1750", in BETHELL, L. (ed.), *Colonial Brasil*, Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge, 2004, pp. 190-243.
- SCHWARTZ, Stuart B., "A Economia do Império Português", in BETHENCOURT, F. et D.R. CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 21-52.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – Vol. III – O século de Ouro*, Lisboa, Verbo, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, "O Império Luso-Brasileiro 1750-1822", in SERRÃO, J. et A.H.O. MARQUES (ed.), *Nova História da Expansão Portuguesa - Vol. VIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700 : uma história política e económica*, Linda-a-velha, Difel, 1995.
- THORNTON, John K., "Os Portugueses em África", in BETHENCOURT, F. et D.R.



CURTO (ed.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Lugar da História, 2010, pp. 145-168.

TURLEY, David, *História da Escravatura*, Alfragide, Editorial Teorema, 2002.

VEIGA, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.

## **Glossário**

(N. do A.: *As nomenclaturas utilizadas na África Oriental portuguesa no período em estudo têm uma variação assinalável em função da fonte e do seu autor. Neste sentido, para a construção do presente glossário presidiu o critério da homogeneidade tendo-se optado, sempre que possível por tornar similar a grafia de cada termo ao longo de todo o estudo. A lista que se segue elenca as expressões próprias do objeto de estudo e cujo entendimento é essencial para uma compreensão plena do mesmo*).

**Achikunda** – (sing. Chikunda ou Muchikunda) – cativo que se dedica ao manejo das armas ao serviço do *prazeiro* em atividades como a caça, a guerra e a escolta de bens<sup>i</sup>;

**Aringa** – povoação fortificada ocupada por cativos foragidos<sup>ii</sup>;

**Bantus** - Grupo étnico de grande abrangência na África subsariana;

**Bútua** – reino a sul do vale do Zambeze, limítrofe do Monomotapa. A expansão deste reino para territórios do Monomotapa, liderada pelo Changamire Dombo levaria a grandes alterações geopolíticas no vale do Zambeze;

**Cafre** – designação de origem muçulmana para africano;

**Changamire** – título dado ao soberano do império Rozvi formado a sudoeste do Monomotapa; no contexto do objecto de estudo refere-se especificamente ao soberano Changamire Dombo protagonista da invasão das terras do Monomotapa, e de importantes posições comerciais portuguesas no final do séc. XVII<sup>iii</sup>;

**Chona** – grupo étnico que prevalece no atual zimbabué, usado neste contexto como sinónimo de Monomotapa ou Karanga;

**Colono** – africano livre que vive dentro do prazo nas povoações africanas;

**Cuama** – designação dada ao rio Zambeze no séc. XVI;

**Enfiteuse** – figura do direito romano que prevê a cedência do domínio útil de uma terra, mantendo o proprietário, que cede o seu usufruto a troco de um foro.

**Enfiteuta** – indivíduo que tem o usufruto da enfiteuse; no contexto em estudo, o mesmo que prazeiro

**Karangas** – sub-grupo dentro da étnia Chona; neste contexto, habitante do Monomotapa<sup>iv</sup>.

**Lançado** – indivíduo deixado em terra, por vontade própria ou no cumprimento de pena, que no contexto dos descobrimentos procurava entrosar-se com as populações locais e recolher informações sobre determinada região;

**Machiras** – nome genérico dado aos panos de algodão que serviam de moeda de troca no sertão;

**Mambo** – (pl. Amambo) – soberano de várias povoações africanas, sobrepondo-se hierarquicamente ao fumo;

**Maraves** – conjunto de povos que se estabeleceram na margem Norte do Zambeze alterando a sua geopolítica a partir do séc. XVIII, altura em que alguns prazos e terras de fatiota se posicionaram no seu território. Entre os seus constituintes assinalamos o povo Yao pela sua importância a nível comercial na região;

**Mf'umo** – (pl. Af'umo) – soberano da povoação africana;

**Mocaranga** – região a sul do Zambeze na qual se concentrava o domínio político do Monomotapa; deve a designação à língua falada pelos seus habitantes<sup>v</sup>;

**Muzungos** – pioneiros do sertão africano; portugueses, senhores dos prazos, branco. No dialecto local significa literalmente “homem branco”; com o passar das gerações o nome generalizou-se a indivíduos afro-portugueses, mesmo que fisionicamente africanos ou afro-portugueses; Capela interpreta de forma diferente, sendo no sentido literal “passear ou deambular”<sup>vi</sup>; Genericamente, refere-se aos senhores dos prazos, independentemente da sua fisionomia.

**Patrício** – habitante dos prazos filho de pai português, indo-português ou afro-português e de uma africana<sup>vii</sup>;

**Prazeiro** – indivíduo a quem é concedido o prazo;

**Prazo** – contrato resultante da enfiteuse; a sua nomenclatura resulta da expressão latina *plazum*, significando contrato. Erroneamente, vários autores atribuem a raiz da palavra ao prazo de três vidas das enfiteuses;

**Presúria** – forma de repartição territorial que remonta ao período da reconquista cristã, tendo a sua origem o direito «natural» de conquista;

**Rios de Sena** – Designação do conjunto hidrográfico do Zambeze;

**Sesmaria** – forma de repartição territorial com o intuito agrícola; a sesmaria, contrariamente à enfiteuse, não obrigava ao pagamento de um foro.

**Terras da Coroa** – conjunto de territórios reconhecidos legalmente na África Oriental e aforados pelas instituições portuguesas;

**Tongas** – subgrupo étnico da família Bantu que habitava entre Inhambane e Sofala<sup>viii</sup>;

**Zambeze** – rio em redor do qual se formaram as terras da coroa;

<sup>i</sup> C.f. A. ISAACMAN et D. PETERSON, "Making the Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1750-1900", *The International Journal of African Historical Studies*, vol. 36, n° 2, 2003, pp. 257-281.

<sup>ii</sup> C.f. J. CAPELA, "Como as Aringas de Moçambique se Transformaram em Quilombos", *Revista Digital Tempo*, 2005, pp. 70-97.; M. NEWITT, *História de Moçambique*, Mem Martins, Europa-América, 1997., p.278

<sup>iii</sup> E. RODRIGUES, *Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013., pp.239-254

<sup>iv</sup> C.f. M. NEWITT, *História de Moçambique*, *op. cit.*, pp.48-50

<sup>v</sup> C.f. F.J. dos SANTOS, *Etiópia Oriental (I)*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989., p.274

<sup>vi</sup> C.f. J. CAPELA, *Moçambique Pela Sua História*, e-book, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010.

<sup>vii</sup> A.P. WAGNER, *Populações no Império Português: Recenseamentos na África Oriental Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009., pp.109-110

<sup>viii</sup> C.f. M. NEWITT, *História de Moçambique*, *op. cit.*, p.47